E-book

Revisão de véspera

ISS Nova Iguaçu

1

2

Revisão de Véspera ISS Nova Iguaçu

3

Língua Portuguesa

Prof. Felipe Luccas

4

Estratégia Concursos

Instagram

@professorfelipeluccas

YouTube

Professor felipe luccas

t.me/professorfelipeluccas

@professorfelipeluccas

5

ARGUMENTAÇÃO

Prof. Felipe Luccas

6

FGV / 2024

Todas as frases abaixo mostram marcas do modo argumentativo de organização discursiva; a frase em que a tese defendida é acompanhada de um argumento, é:

A Quanto menos tempo se tem, mais tempo se encontra;

B Como dizem os sábios latinos, a vida é breve;

C O tempo perdido não se encontra nunca mais;

D Sempre temos tempo suficiente se dele fazemos bom uso;

E As pessoas que não fazem nada nunca têm tempo.

Gabarito letra B.

@professorfelipeluccas

FGV / 2024

Observe o texto argumentativo a seguir.

"No século XXI, a igualdade entre mulheres e homens ainda não é uma realidade. Por que é tão difícil atribuir às mulheres as mesmas posições que aos homens? Não há nenhum motivo por que uma mulher receba salário menor do que o de um homem, se o trabalho é o mesmo. E esse é exatamente o caso. Em nossos dias, na França, com o mesmo tempo de trabalho, mesma seção, mesma categoria profissional, a redução do salário feminino chega a 10%. Do mesmo modo, não é normal que postos de trabalho de mais responsabilidade sejam majoritariamente ocupados por homens. Segundo os dados fornecidos pela Comissão Europeia, na França de 2017, só 33% dos quadros superiores são de mulheres. É mais do que nos Países Baixos e na Grécia (25%), muito mais que em Luxemburgo (18%), mas menos que na Polônia ou na Eslovênia (41%), do que na Hungria ou na Suécia (39%). De qualquer modo, nenhum país da comunidade europeia chega à paridade nesse terreno."

Sobre o fragmento argumentativo acima, é correto afirmar que:

A o texto não apresenta argumentos em defesa da tese exposta, limitando-se a citar exemplos;

B as estatísticas apresentadas servem para apoiar uma tese contrária à defendida no texto;

C a tese do texto é a de que as mulheres devem receber tratamento igual ao dos homens, no mercado de trabalho;

>>>

Gabarito letra C.

@professorfelipeluccas

FGV / 2024

Observe o texto argumentativo a seguir.

“No século XXI, a igualdade entre mulheres e homens ainda não é uma realidade. Por que é tão difícil atribuir às mulheres as mesmas posições que aos homens? Não há nenhum motivo por que uma mulher receba salário menor do que o de um homem, se o trabalho é o mesmo. E esse é exatamente o caso. Em nossos dias, na França, com o mesmo tempo de trabalho, mesma seção, mesma categoria profissional, a redução do salário feminino chega a 10%. Do mesmo modo, não é normal que postos de trabalho de mais responsabilidade sejam majoritariamente ocupados por homens. Segundo os dados fornecidos pela Comissão Europeia, na França de 2017, só 33% dos quadros superiores são de mulheres. É mais do que nos Países Baixos e na Grécia (25%), muito mais que em Luxemburgo (18%), mas menos que na Polônia ou na Eslovênia (41%), do que na Hungria ou na Suécia (39%). De qualquer modo, nenhum país da comunidade europeia chega à paridade nesse terreno.”

Sobre o fragmento argumentativo acima, é correto afirmar que:

D os argumentos apresentados no texto são do tipo subjetivo, apoiados basicamente na opinião do argumentador;

E o último período do texto confirma a razão de as mulheres receberem distinção no tratamento profissional.

Gabarito letra C.

@professorfelipeluccas

FGV / 2024

Observe o texto abaixo:

“Pedrinho é uma criança de 6 anos e é obeso. A obesidade infantil é um grave problema atual.”

O tipo de argumento lógico aplicado nesse texto é

A o estabelecimento de uma analogia.

B o processo dedutivo de raciocínio.

C a relação de causa e consequência.

D a utilização de uma generalização.

E o uso do critério de autoridade.

Gabarito letra D.

@professorfelipeluccas

FGV / 2023

A frase abaixo que exemplifica o raciocínio indutivo é:

A Marcos sobe na mesa, Filipe não trouxe seu material de aula, Márcia discute com as amigas: é a baderna na escola atual;

B Os alunos desta sala devem fazer os deveres e como você é aluno, deve fazer também;

C Os meninos da minha idade ficam na rua até as 22h, eu também quero ficar na rua até essa hora;

D Os adjetivos concordam em gênero e número com os substantivos e, assim, o termo correto é "meninos atenciosos";

E O roubo é punido com prisão e por isso ele foi preso.

Gabarito letra A.

@professorfelipeluccas

ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS

Prof. Felipe Luccas

FGV / 2024

Assinale a frase que se fundamenta argumentativamente na intimidação do leitor.

A Não sigas as opiniões dos loucos, ou te arrependerás.

Gabarito letra A.

@professorfelipeluccas

13

FGV / 2023

Em todas as frases argumentativas a seguir há uma estratégia de convencimento.

Assinale a opção que apresenta a frase que apela para uma intimidação do interlocutor.

A Faça como os americanos: beba Coca-Cola.

B Não vá à festa de formatura com roupa velha.

C Compre uma mesa e ganhe duas cadeiras.

D Dê um carro de presente para sua mulher.

E Leia livros e se enriqueça.

Gabarito letra B/

@professorfelipeluccas

14

COESÃO X COERÊNCIA

Prof. Felipe Luccas

15

FGV / 2024

Estratégia Concursos

A frase abaixo em que a retomada com o pronome pessoal é feita de forma catafórica, ou seja, referindo-se a algo posterior na frase, é:

A Velhice é quando vamos a restaurantes que têm sommeliers, e não aos servidos por garçonetes;

B Ainda que a expulses com um forcado, a natureza voltará a aparecer;

C Só os poetas e as mulheres sabem usar o dinheiro como ele merece;

D Quando nós o fizermos, nós o teremos;

E Onde aumentam os bens, aumentam aqueles que os devoram.

Gabarito letra B.

FGV / 2024

Os textos, independentemente de seu modo de organização, possuem um conjunto de marcas específicas; entre as frases abaixo, aquela que mostra coesão e coerência, é:

A O invisível é real. As almas têm seu mundo;

B A palavra é dom de todos. A sabedoria cabe a Deus;

C Em qualquer abundância há falta;

D A melhor maneira de ir devagar é não ir;

E O caminho que sobe é o mesmo que desce.

Gabarito letra E.

@professorfelipeluccas

TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

Prof. Felipe Luccas

FGV / 2024

Observe o seguinte texto:

Você sabia? Em Singapura é proibido levar, vender ou mesmo mascar chicletes sob pena de pagar multa! Isso se aplica aos cidadãos e aos turistas.

A finalidade do autor do texto é

A informar o leitor sobre algo que lhe pode ser útil.

B explicar ao leitor as motivações de algo.

C apresentar um ponto de vista.

D defender uma medida legal.

E aconselhar a não fazer-se algo.

Gabarito letra A.

@professorfelipeluccas

FGV / 2024

Observe o trecho narrativo a seguir, fundamentado na carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal:

"No dia 23 de abril, pela manhã, saímos de nossa nau, preparamos um batel e dirigimo-nos à terra, onde já nos esperavam alguns índios. Reconheci, entre eles, um que, no dia anterior, me dera um colar de penas em troca de algumas contas. Logo a seguir, passamos a caminhar pela areia, ainda que com alguma dificuldade, porque nossos casacos grandes não ajudavam com o calor e nossas botas grossas atrapalhavam nosso andar. Pensava no que nos estaria aguardando mais tarde, depois que passássemos o pequeno rochedo da extremidade da praia, talvez uma tribo inteira ou alguns animais ferozes. Continuamos nossa caminhada."

Sobre a estruturação desse texto narrativo, é **inadequada** a seguinte afirmativa:

A a marcação do tempo, no início do texto, é feita de forma direta, pela indicação de uma data;

B certas indicações sobre a cronologia da narrativa aparecem de forma indireta por meio das vestimentas dos personagens;

C o ritmo desse texto inclui uma volta ao passado por meio da lembrança de com quem o narrador havia trocado presentes;

D o ritmo dessa narrativa também inclui uma projeção futura, com os fatos imaginados pelo narrador sobre o que o esperava após o rochedo;

E como narrador onisciente que é, o autor do texto tem o cuidado de informar o leitor sobre os fatos mais importantes da narrativa, principalmente sobre a passagem do tempo.

Gabarito letra E.

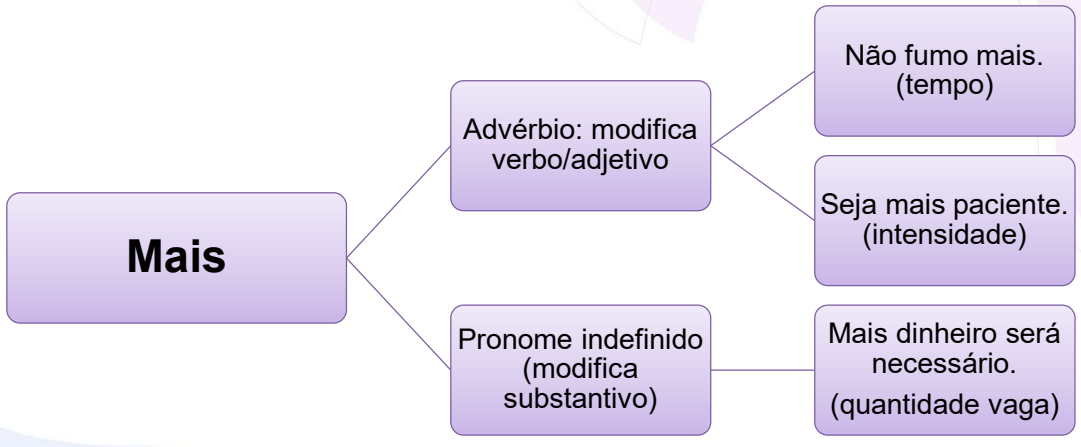
@professorfelipeluccas

ADVÉRBIO X PRONOME

Prof. Felipe Luccas

21

Estratégia Concursos



* Mais informações x Maiores informações

22

FGV / 2024

Entre as frases abaixo, assinale aquela em que o vocábulo “mais” mostra valor de “tempo”.

A Os animais que o ser humano come não se extinguem. É por isso que temos mais galinhas do que águias neste país.

B Graças a Deus o sol já se pôs, e não tenho mais de sair para aproveitá-lo.

C Uma cultura não tem mais valor do que os seus bosques.

D O cavalo. A mais bela conquista que o homem já fez.

E O amanhecer é o momento mais bonito do dia, mas, quando ele chega, encontra a maioria das pessoas dormindo.

Gabarito letra B.

@professorfelipeluccas

PREPOSIÇÕES

Prof. Felipe Luccas

FGV / 2024

Assinale a frase em que a preposição sublinhada tem valor semântico, não sendo exigida por nenhum termo anterior

A Justamente quando descobri o significado da vida, eles o mudaram.

B A dificuldade reside não nas novas ideias, mas em escapar das velhas ideias.

C Circunstâncias são os reguladores dos fatos e os instrumentos dos sábios.

D Não tem liberdade quem não tem sede dela.

E Não libere um camelo da carga do seu lombo, você pode libertá-lo de ser um camelo.

Gabarito letra A.

@professorfelipeluccas

FGV / 2024

A preposição DE mostra inúmeros valores semânticos.

Assinale a frase em que essa preposição tem seu valor corretamente indicado.

A Com o assalto, a casa ficou cercada de policiais / agente.

B O bule de chá ficou horas sobre a mesa / continente.

C Os quadros de Picasso valem fortunas / propriedade.

D Os homens de cultura são educados / assunto.

E Chegaram de táxi, mas atrasados / modo.

Gabarito letra A.

@professorfelipeluccas

REESCRITURA

Prof. Felipe Luccas

27

FGV / 2024

Estratégia Concursos

Todas as frases abaixo mostram a passagem de uma forma verbal para uma forma nominal; assinale a frase em que essa mudança foi feita de forma adequada.

A Criar uma pequenina flor é um trabalho de eras. / A criatividade de uma pequenina flor é um trabalho de eras.

B As flores apareceram na Terra, e os pássaros começaram a cantar. / As flores apareceram na Terra e os pássaros começaram a cantiga.

C Para a pedra atirada, cair não é um mal, nem subir um bem. / Para a pedra atirada, o caimento não é um mal, nem a subida um bem.

D A flor não nasceu para decorar a casa. / A flor não nasceu para que se decore a casa.

E Sabei que o segredo das artes é corrigir a natureza. / Sabei que o segredo das artes é a correção da natureza.

Gabarito letra E.

FGV / 2023

Em todas as frases a seguir, o problema da repetição de palavras idênticas foi contornado de formas diversas.

Assinale a frase em que essa forma não foi identificada corretamente, em relação ao termo sublinhado.

A Um bebê nasce com a necessidade de ser amado e nunca supera isto. / substituição por pronome demonstrativo.

B O amor vive da incompletude e esse vazio justifica a poesia da entrega. / substituição por sinônimo.

C Nunca o amor morre de fome, mas frequentemente de indigestão. / eliminado por elipse.

D O amor é a asa que Deus deu ao homem para voar até Ele. / eliminado por elipse.

E A única maneira de livrar-se de uma tentação é render-se a ela. / substituição por pronome pessoal oblíquo.

Gabarito letra D.

@professorfelipeluccas

FGV / 2023

O conteúdo programático desta prova inclui operações de re-escritura da frase. Assinale a opção em que a modificação ocorrida da primeira frase está corretamente indicada.

(A) A inteligência é uma construção do sujeito para enriquecer os objetos externos / A inteligência é uma construção do sujeito para o enriquecimento dos objetos externos = transformação de uma oração reduzida em oração desenvolvida.

(B) Errar é humano. Culpar o computador é ainda mais humano / Errar é humano, embora culpar o computador seja ainda mais humano = substituir um sinal de pontuação por um conector adequado.

(C) Não há exceções à regra de que todos gostam de ser a exceção da regra / Não há exceções à regra de que todos gostam de ser a exceção dela = substituição de um termo repetido por um hiperônimo.

@professorfelipeluccas

FGV / 2023

(D) O arquiteto deseja sempre realizar o projeto e o pagamento do serviço / O arquiteto deseja sempre realizar o projeto e receber o pagamento = modificar um termo para restabelecer o paralelismo na frase.

(E) Não basta fugir, é preciso fugir na direção certa / Não basta fugir, é preciso fazê-lo na direção certa = substituição de um termo repetido por um sinônimo.

Gabarito letra D.

@professorfelipeluccas

SEMÂNTICA / POLISSEMIA / AMBIGUIDADE

Prof. Felipe Luccas

FGV / 2024

A frase abaixo em que os termos sublinhados caracterizam uma antítese, é:

A O político deve buscar a aprovação, porém jamais o aplauso;

B Com os pequenos, o governo ruge como um leão; com os grandes, mia como um gato;

C A diferença entre o presidente Clinton e mim é que ele tem contra si uma maioria organizada e eu tenho a favor uma maioria desorganizada;

D A extensão é o sinal do meu poderio. O tempo é o sinal da minha impotência;

E O que é lei hoje não o é amanhã.

Gabarito letra C.

@professorfelipeluccas

FGV / 2024

A frase abaixo que mostra uma estrutura de antíteses, ou seja, mostra palavras de significados opostos, é:

A Quanto menos tempo se tem, mais tempo se encontra;

Gabarito letra A.

@professorfelipeluccas

FGV / 2024

Observe a frase a seguir.

“Os deuses brincam com os homens como se fossem bolas.”

O problema estrutural dessa frase é:

A a incoerência;

B a ambiguidade;

C um erro de pontuação;

D a troca indevida de parônimos;

E a falta de coesão.

Gabarito letra B.

@professorfelipeluccas

FGV / 2024

Assinale a frase abaixo em que o enunciador jogou com a dupla possibilidade de sentido do termo sublinhado.

C O tempo **perdido** não se encontra nunca mais.

Gabarito letra C.

@professorfelipeluccas

OBRIGADO!

Prof. Felipe Luccas

37

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Prof. Carlos Henrique

38

ZAP: 21 988787600

@PROFCARLOSHENRIQUERLM

39

FGV - 2024 - Técnico Judiciário (TJ AP)/Apoio Especializado/Técnico de Informática

Considere as 6 letras da palavra MACAPA. O número de maneiras diferentes de escrever essas 6 letras de modo que não apareçam duas letras A juntas é:

a) 6;
b) 12;
c) 16;
d) 24;
e) 48.

40

41

42

FGV - 2024 - Professor (Pref Vitória)/Educação Básica III/Matemática

Uma roda de samba é composta por músicos que ficam dispostos em roda em torno de uma mesa. Determinada roda de samba conta com 9 músicos e, entre eles, 3 tocam instrumentos de corda. Para melhor organização, definiu-se que entre os músicos que tocam instrumentos de corda estarão sempre dois músicos que não tocam instrumentos de corda.

O número de maneiras distintas em que essa roda de samba pode ser organizada é igual a

a) 240.
b) 720.
c) 1440.
d) 4320.
e) 8640.

45

46

FGV - 2024 - Agente (Pref Caraguatatuba)/Fiscalização de Trânsito

João possuía um número N de bolinhas de gude quando encontrou José, a quem deu 40% das suas bolinhas. Depois disso, João encontrou com Júlio, a quem deu 10 das bolinhas que lhe haviam restado.

Depois de dar as bolinhas a Júlio, João ficou com 38 bolinhas.

Pode-se afirmar que N está entre

a) 60 e 73.
b) 73 e 86.
c) 86 e 99.
d) 99 e 112.
e) 112 e 125.

49

50

FGV - 2024 - Analista Legislativo III (ALESC)/Analista de Sistemas

Em uma bandeja há 10 empadas, todas com mesma aparência, sendo 3 de frango e as demais de palmito. Carla retira, ao acaso, duas empadas dessa bandeja.

A probabilidade de que as duas empadas retiradas sejam de sabores diferentes é:

a) 1212
b) 2525
c) 3838
d) 512512
e) 715

51

52

53

54

FGV - 2024 - Professor (Pref Vitória)/Educação Básica III/Matemática

O professor desafia:

"Um saco contém n bolas azuis e m bolas brancas. Quantas bolas vermelhas devem ser colocadas no saco, de modo que a probabilidade de retirarmos dele, aleatoriamente, uma bola vermelha, seja de 50%?"

Você responde corretamente:

a) n
b) m
c) (n+m)/2
d) n+m
e) 2(n+m)

57

58

FGV - 2024 - Analista em Gestão Municipal (Pref SJC)/Tecnologia da Informação

Sempre que o dia é frio, Teobaldo bebe chá. A probabilidade de que amanhã seja um dia frio é de 40%.

A probabilidade de que Teobaldo beba chá amanhã é de 58%. A probabilidade de que Teobaldo beba chá amanhã mesmo que não seja um dia frio é de

a) 60%.
b) 42%.
c) 30%.
d) 24%.
e) 18%.

59

60

61

62

FGV - 2024 - Psicólogo Policial Civil (PC SC)

Certa quantia em reais foi repartida entre Ana, Bia e Cida de modo que cada uma delas recebeu, respectivamente, partes inversamente proporcionais a 2, 3 e 5. Depois de feita a partilha, Cida deu tudo o que havia recebido para Bia que, após essa doação, terminou com R$ 320,00 a mais do que Ana.

A quantia originalmente repartida entre elas foi

a) R$ 9.930.
b) R$ 9.920.
c) R$ 9.910.
d) R$ 9.900.
e) R$ 9.890.

65

66

FGV - 2024 - Técnico Legislativo (CM SP)/Contabilidade (e mais 6 concursos)

As medidas dos ângulos internos de um quadrilátero convexo são inversamente proporcionais a 2, 3, 4 e 6. A diferença entre as medidas do maior e do menor ângulo, nessa ordem, é igual a

a) 96°.
b) 93°.
c) 87°.
d) 84°.
e) 81°.

69

70

FGV - 2024 - Professor (Pref Caraguatatuba)/Educação Básica II/Matemática

Uma fábrica de refrigerante usa máquinas com mesma capacidade de trabalho para engarrafar seu produto. Cinco dessas máquinas são postas em funcionamento simultaneamente com a expectativa de que, em 12 minutos, trabalhando sem intervalos, engarrafem juntas um total de 3.000 garrafas. Lamentavelmente, após 8 minutos de trabalho contínuo, uma delas para de funcionar. As 4 máquinas remanescentes continuaram trabalhando até que o total de 3.000 unidades foi atingido.

O tempo total de trabalho das máquinas, desde o início da realização da tarefa até a meta ser atingida, foi de

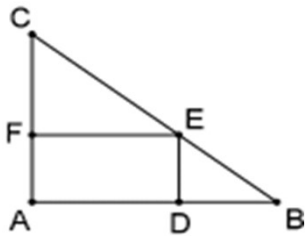
a) 13 minutos.
b) 14 minutos e 30 segundos.
c) 15 minutos.
d) 16 minutos e 30 segundos.
e) 18 minutos.

73

74

FGV - 2024 - Cadete Bombeiro Militar (CBM RJ)

A figura abaixo mostra o triângulo ABC e um retângulo ADEF no seu interior tal que a medida da base AD é o dobro de sua altura DE.



Sabe-se que AB = 8 cm e AC = 6 cm.
O perímetro do retângulo ADEF é:

a) 13,2 cm
b) 13,8 cm
c) 14,4 cm
d) 15,0 cm
e) 15,6 cm

77

78

FGV - 2024 - Analista em Gestão Municipal (Pref SJC)/Administração de Empresas

Em um encontro de 26 pessoas, 21 delas se conhecem mutuamente. Cada uma das 5 pessoas restantes não conhece nenhuma das outras 25 pessoas presentes.

Pessoas que se conhecem se cumprimentam com um abraço e pessoas que não se conhecem se cumprimentam com um aperto de mão. Todas as pessoas presentes ao encontro se cumprimentaram.

O número de apertos de mão foi

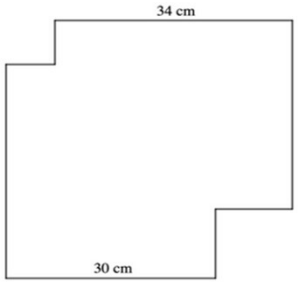
a) 115.
b) 120.
c) 125.
d) 130.
e) 135.

81

82

FGV - 2024 - Técnico Tributário (Pref SJC)

De uma placa quadrada de aço, foram recortados e descartados dois pedaços também quadrados. A aparência final da peça, após os recortes, está ilustrada a seguir.



Dos pedaços descartados, o menor tem área $49cm^2$. Logo, o outro pedaço descartado tem área

a) $144cm^2$.
b) $121cm^2$.
c) $100cm^2$.
d) $81cm^2$.
e) $64cm^2$

83

84

85

86

FGV - 2024 - Agente Operacional (Pref SJC)

Um terreno tem a forma de um quadrilátero ABCD onde os ângulos de vértices B e C são retos.

São dadas as medidas: AB = 22 m, BC = 20 m e CD = 34 m.

Uma cerca reta será construída do ponto A ao ponto P do lado CD de forma que o terreno fique dividido em duas partes de mesma área.

O segmento CP mede

a) 5m.
b) 6m.
c) 7m.
d) 8m.
e) 9m.

89

90

FGV - 2024 - Analista em Gestão Municipal (Pref SJC)/Tecnologia da Informação

Considere um polígono convexo C de 13 lados cujos vértices são P_1, P_2, P_3, P_4, ⋯ , P_{12}, P_{13}. De um ponto Q no interior desse polígono, são traçados 13 segmentos, cada um deles ligando Q a um vértice distinto de C.

Para calcular a soma de todos os 13 ângulos internos de C, Antígona usou a seguinte estratégia:

1º Somou todos os ângulos internos dos 13 triângulos que têm lado comum com C e vértice Q, obtendo o resultado S1;
2º Somou os ângulos internos com vértice em Q dos 13 triângulos descritos na etapa anterior, obtendo o resultado S_2;

Em seguida, Antígona calculou corretamente $S_1 - S_2$ e obteve

a) 1620º.
b) 1980º.
c) 2030º.
d) 2160º.
e) 2340º.

93

94

FGV - 2024 - Soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo/2ª Classe/2

João, Carlos, Pedro, Manoel e Francisco estão sentados em torno de uma mesa hexagonal regular e um lugar ficou vazio.

Sabe-se que:

Pedro é o vizinho à esquerda de Carlos.
Carlos não está em lugar oposto a Francisco.
João é o vizinho à direita de Manoel.
O lugar à direita de Francisco está vazio.
Assim, é correto afirmar que

a) o lugar à esquerda de Pedro não está vazio.
b) Manoel está em lugar oposto a Pedro.
c) O vizinho à direita de Carlos é João.
d) Pedro e Francisco estão em lugares opostos.
e) o vizinho à direita de João não é Pedro.

97

98

FGV - 2024 - Analista Administrativo (DNIT)/Administração (e mais 3 concursos)

Considere a sentença:

"*Se André é vascaíno ou Beto é botafoguense, então Cadu é flamenguista e Beto não é botafoguense*".

Sabendo-se que a sentença dada é verdadeira, é **correto** concluir que

a) André é vascaíno.
b) Beto é botafoguense.
c) Cadu é flamenguista.
d) André não é vascaíno.
e) Beto não é botafoguense.

101

102

FGV - 2024 - Técnico Legislativo (CM SP)/Contabilidade

Considere a seguinte proposição feita sobre as feiras livres de uma cidade:

"Em qualquer feira livre da cidade há pelo menos uma barraca que vende tapioca".

A negação da proposição dada é

a) "Em toda feira livre da cidade não há barraca que vende tapioca".
b) "Em qualquer feira livre da cidade há no máximo uma barraca que vende tapioca".
c) "Em nenhuma feira livre da cidade há barraca que vende tapioca".
d) "Existe ao menos uma feira livre da cidade em que nenhuma barraca vende tapioca".
e) "Existe ao menos uma feira livre da cidade em que pelo menos uma barraca não vende tapioca".

105

106

OBRIGADO!

Prof. Carlos Henrique

107

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA

Prof. Jhoni Zini

108

O professor disponibilizará o material durante a revisão.

109

OBRIGADO!

Prof. Jhoni Zini

110

DIREITO ADMINISTRATIVO

Prof. Antônio Daud

111

Estratégia Concursos

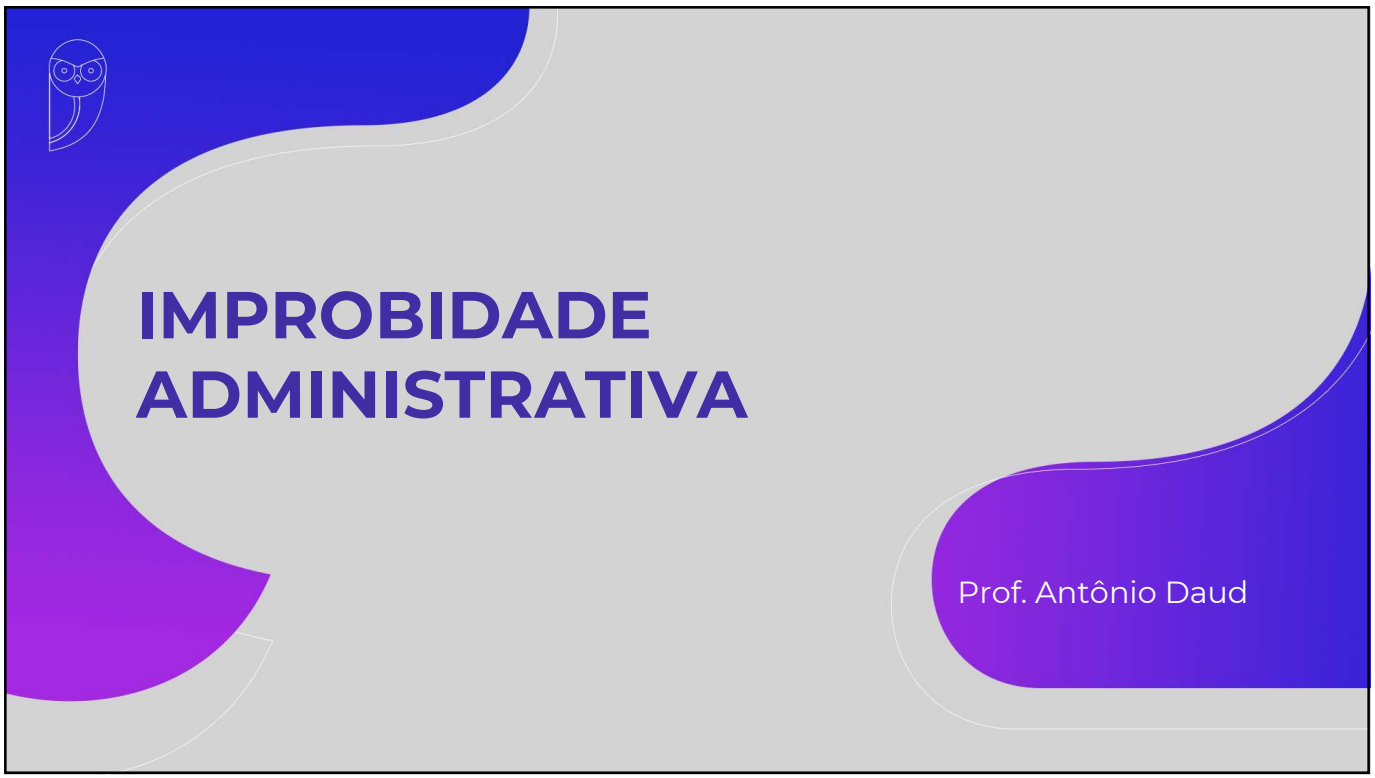
@professordaud

t.me/professordaud

Organização Admin.
Prof. Antonio Daud

112

1. Administração Pública: 1.1. Conceito. 1.2. Órgãos da administração direta e indireta. 1.3. Hierarquia. 2.
Controle Interno e Externo da Administração Pública: 2.1. Tribunal de Contas. 3. Serviço Público: 3.1. Conceito. 3.2. Classificação. 3.3. Formas de prestação. 4. Atos Administrativos: 4.1. Validade e invalidade. 4.2. Anulação e revogação. 4.3. Controle jurisdicional dos atos administrativos. 4.4. Discricionariedade e vinculação. 4.5. Desvio de poder. 5. Procedimento Administrativo: 5.1. Conceito. 5.2. Princípios. 5.3. Requisitos. 5.4. Objetivos e fases 6. Bens Públicos: 6.1. Regime jurídico e classificação. 6.2. Formas de utilização. 6.3. Concessão, permissão e autorização de uso. 6.4. Alienação. 7. Agentes Públicos. 8. Servidores Públicos: 8.1. Conceito. 8.2. Categorias. 8.3. Direitos e deveres. 9. Responsabilidade dos Agentes Públicos: 9.1. Responsabilidade civil, administrativa e criminal. 9.2. Processo administrativo disciplinar. 9.3 Lei nº 8.429/92 (Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal) alterada pela lei nº 14.230/21 10. Licitação: 10.1. Natureza jurídica. 10.2. Finalidades. 10.3. Pregão. 10.4. Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10.5. Decreto-Lei 201/1967 (dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências)



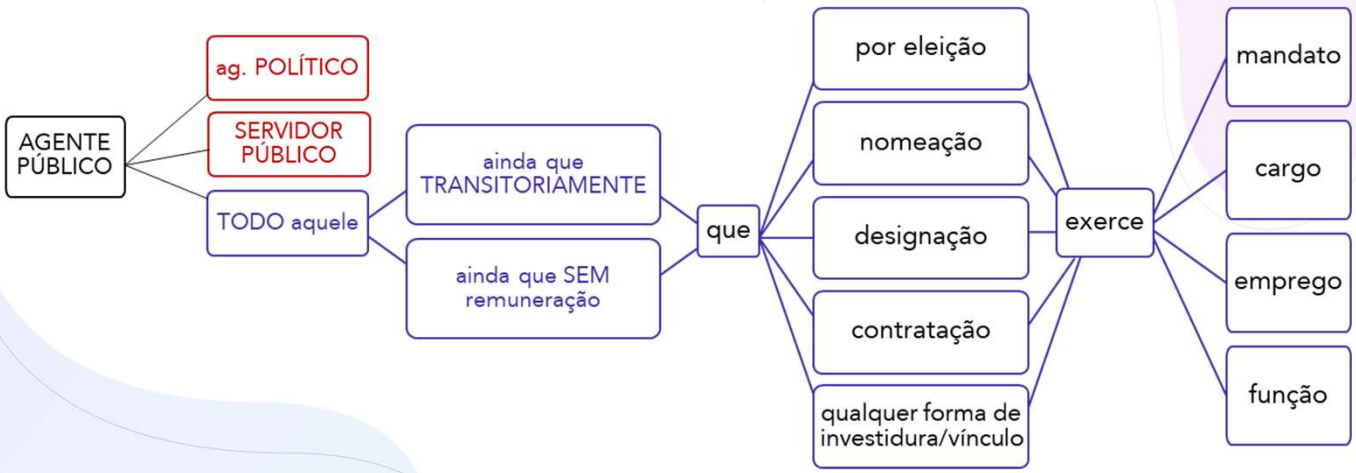
FGV - 2024 - Analista (TJ SC)/Administrativo

Ignácio, rico empresário de Florianópolis, procura Flavinho, estagiário contratado temporariamente pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para lhe propor um negócio escuso. Segundo essa proposta, Ignácio contrataria os serviços de consultoria do estagiário para que este acompanhasse, nos sistemas do tribunal, eventuais mandados de penhora expedidos contra ele ou contra uma de suas empresas, avisando-lhe com antecedência. Flavinho aceita prestar essa consultoria e convida sua namorada, a servidora exclusivamente comissionada do mesmo tribunal, Gerusa, que também aceita a proposta.

Nesse caso, à luz da Lei de Improbidade Administrativa, podem ser considerados agentes públicos;

A Ignácio e Flavinho;
B Ignácio e Gerusa;
C apenas Gerusa;
D Ignácio, Flavinho e Gerusa;
E Flavinho e Gerusa.

Sujeitos Ativos: agentes públicos



FGV/SENADO – ANALISTA - 2022

A Lei nº 8.429/1992, recentemente alterada pela Lei nº 14.230/2021, dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa. A lei também tipifica as condutas dolosas que configuram atos de improbidade administrativa. De acordo com a Lei nº 8.429/1992, relacione o tipo de ato administrativo à sua descrição.

1. Atos de Improbidade Administrativa que importam enriquecimento ilícito.
2. Atos de Improbidade Administrativa que causam prejuízo ao erário.
3. Atos de Improbidade Administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.

( ) Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

( ) Receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.

( ) Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.

( ) Frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros

( ) Frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.

117

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

(A) 1, 1, 2, 3 e 3.
(B) 3, 1, 2, 3 e 2.
(C) 3, 1, 1, 3 e 2.
(D) 2, 2, 1, 3 e 3.
(E) 2, 3, 3, 2 e 1.

118

FGV/TJ-AP - 2024

Semana passada, Adroaldo, no exercício das atribuições do cargo efetivo em que está lotado no Estado do Amapá, praticou a conduta de negar publicidade a determinado ato oficial, sob o fundamento de que ele está gravado de sigilo, classificado como informação secreta, que, mediante a devida motivação, foi considerada imprescindível para a segurança da sociedade e do Estado.

Acerca dessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, é correto afirmar que:

(A) caso caracterizado o dolo na realização de tal conduta, ficará configurado o ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, diante da previsão específica no respectivo dispositivo da Lei de Improbidade;

(B) independentemente da caracterização de dolo, a conduta em questão não configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, tanto que excepcionada pela própria Lei de Improbidade Administrativa;

(C) considerando que o rol atinente aos atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública é exemplificativo, a conduta em análise deve assim ser caracterizada, ainda que o servidor tenha agido com culpa;

(D) considerando que a negativa de publicidade não consta do rol taxativo das condutas que configuram o ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, a conduta em apreço não poderia ser assim caracterizada ainda que a informação não estivesse gravada de sigilo;

(E) considerando que a conduta em cotejo não pode ser caracterizada como ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, para tanto, é imprescindível o enriquecimento sem causa ou a lesão ao erário.

FGV/TJ-AP - 2024

Luana, recentemente, foi investida no cargo de analista do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá e tem o verdadeiro pavor de vir a ser responsabilizada por ato de improbidade que atente contra os princípios da Administração Pública em decorrência do exercício de suas atribuições, razão pela qual decidiu perquirir quais seriam as condutas passíveis de tal enquadramento, na forma da Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, dentre as quais é correto destacar:

(A) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;

(B) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades;

(C) celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

(D) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;

(E) utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de quaisquer das entidades referidas na respectiva lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades.

Atos que atentam contra os princípios da administração pública

revelar fato que deva permanecer em segredo	negar publicidade aos atos oficiais	frustrar caráter concorrencial de concurso público, chamamento ou proc. licitatório	deixar de prestar contas
revelar teor de medida	descumprir sobre parcerias da administração	Nepotismo (SV 13)	promover personalização de obras (CF, art. 37, §1º)

121

TCE-PA/Direito/FGV/2024

Após o devido processo legal, em decorrência da prática de ato de improbidade administrativa, foi aplicada a Samuel, que era prefeito do Município Alfa, entre outras penalidades, a de suspensão de direitos políticos pelo prazo de 13 (treze) anos, em decorrência da gravidade de sua conduta.

Considerando as disposições constantes da Lei nº 8.429/92, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, é correto afirmar que a penalidade de suspensão de direitos políticos na extensão imposta

(A) apenas está prevista para os atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito.

(B) pode ser aplicada para qualquer dos atos de improbidade tipificados na norma em comento.

(C) somente seria cabível para os atos de improbidade que causam lesão ao erário.

(D) restringe-se aos atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública.

(E) extrapola os limites previstos na norma em apreço para qualquer dos atos de improbidade.

122

Enriquecimento ilícito	Prejuízo ao erário	Violação a princípio
Perda dos bens acrescidos ilicitamente	Perda dos bens acrescidos ilicitamente (se ocorrer esta circunstância)	-
ressarcimento integral do dano (se houver dano efetivo)		
perda da função pública	perda da função pública	-
suspensão dos direitos políticos de **até 14** anos	suspensão dos direitos políticos de até **12** anos	-
multa civil igual ao **acréscimo patrimonial**	multa civil igual ao **dano ao erário**	multa civil de até **24 vezes** a **remuneração** do agente
proibição de contratar com Poder Público ou receber benefícios por até **14 anos**	proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios por até **12 anos**	proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios por até **4 anos**

123

NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Prof. Antônio Daud

124

FGV/DNIT - 2024

A Lei nº 14.133/2021, conhecida como Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, representa uma significativa atualização no cenário das contratações públicas no Brasil. Com relação à Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativo, analise os itens a seguir.

I. Esta Lei aplica-se à alienação e concessão de direito real de uso de bens.

II. Esta Lei aplica-se à gestão de dívida pública.

III. Caberá à autoridade máxima da entidade promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei.

Está correto o que se afirma em

(A) I, II e III.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) III, apenas.

125

FGV/TJ-AP - 2024

Joyce acabou de ler certo edital que veiculou a realização de um processo administrativo de chamamento público por meio do qual a Administração Pública convocou profissionais interessados em prestar determinado serviço, para que, preenchidos os requisitos necessários devidamente delimitados, se habilitem junto ao órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados, viabilizando a sua contratação direta, mediante critérios determinados.

No âmbito da Lei nº 14.133/2021, tal edital versa sobre:

(A) credenciamento, que caracteriza hipótese de licitação dispensável;

(B) pré-qualificação, que caracteriza hipótese de licitação inexigível;

(C) catálogo eletrônico de padronização de serviços, que caracteriza hipótese de licitação inexigível;

(D) credenciamento, que caracteriza hipótese de licitação inexigível;

(E) pré-qualificação, que caracteriza hipótese de licitação dispensável.

126

FGV/TCE PA - 2024

No exercício de suas atribuições como auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Pará, para fins de elaboração de certos contratos administrativos, Ednardo foi instado a se manifestar acerca da existência de discricionariedade quanto à previsão de matriz de alocação de riscos entre contratante e contratado nos respectivos editais.

Nesse contexto, diante do disposto na Lei nº 14.133/2021, Ednardo respondeu corretamente que

A a previsão de matriz de risco submete-se à discricionariedade da Administração em qualquer contrato, independente do objeto ou do regime de execução.

B há discricionariedade quanto à previsão de matriz de risco nos contratos de fornecimento, nas locações e nos contratos de obra, ainda que sejam realizados pelo regime da contratação semi-integrada.

C nos contratos de grande vulto, além de outras hipóteses especificadas na lei de regência, notadamente quanto ao regime de execução, não há discricionariedade com relação à previsão de matriz de risco.

D nas hipóteses de contratação pelos regimes de empreitada integral e empreitada por preço global não há discricionariedade da Administração acerca da previsão de matriz de risco.

E dentre os regimes de execução indireta previstos na norma de regência, não há discricionariedade da Administração quanto à previsão de matriz de risco apenas em relação ao da contratação integrada.

127

art. 22, § 3º Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital obrigatoriamente **contemplará matriz de alocação de riscos** entre o contratante e o contratado.

128

FGV/TCE PA - 2024

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que as contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às linhas de defesa nela delimitadas.

Acerca do aludido tema, à luz do mencionado Diploma Legal, é correto afirmar que os Tribunal de Contas

A integram todas as linhas de defesa, em razão da relevância do controle por eles exercido.

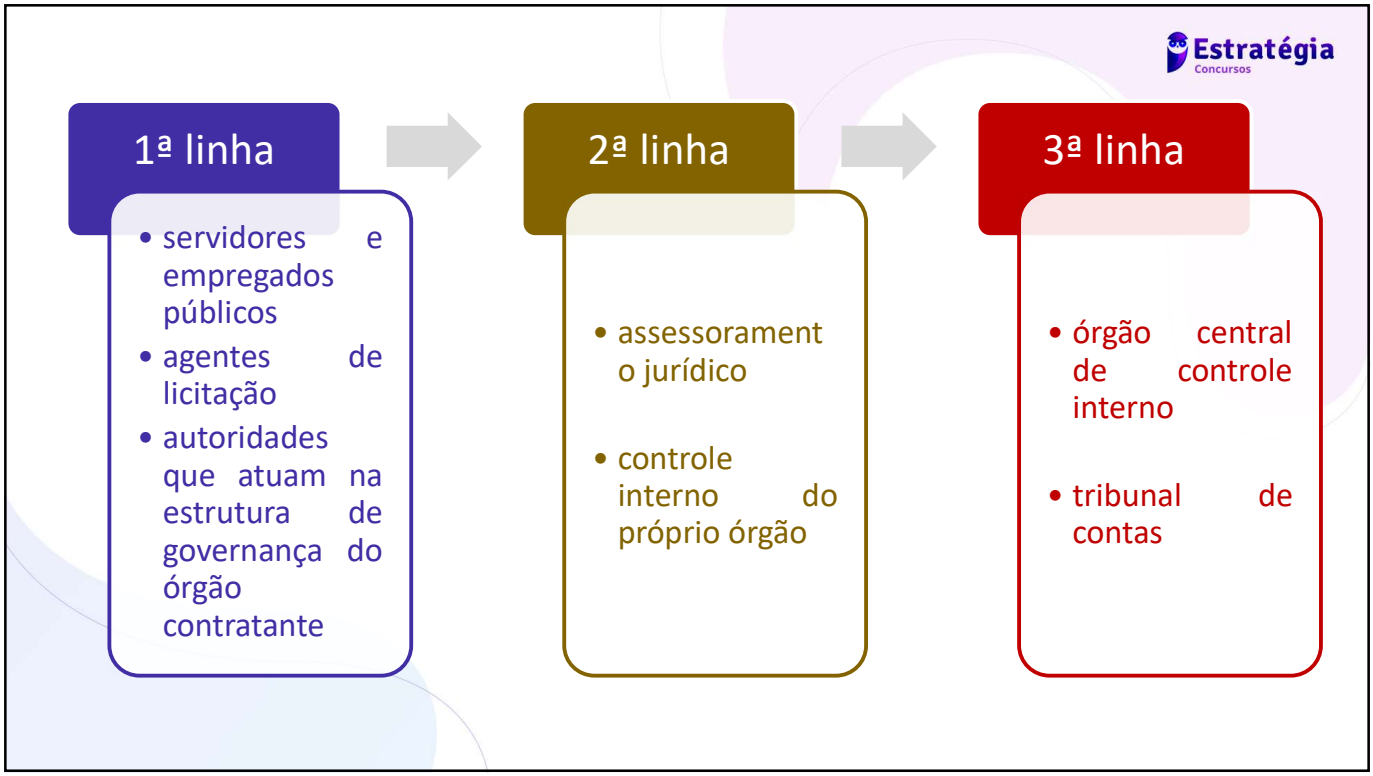
B integram a primeira linha de defesa, juntamente com as autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade.

C integram a segunda linha de defesa, juntamente com as unidades de assessoramento jurídico.

D integram a terceira linha de defesa, juntamente o órgão central de controle interno da Administração.

E não integram tais linhas de defesa, que são compostas apenas pelos órgãos de controle interno.

129



130

SERVIÇOS PÚBLICOS

Prof. Antônio Daud

131

FGV - 2023 - Assistente Técnico de Regulação (AGENERSA)

Vera, ao ler o texto sobre a realização da concessão comum de determinado serviço público pelo Estado Alfa, encontrou uma afirmação que viola o nosso ordenamento jurídico.

Assinale, entre as opções a seguir, a que apresenta tal afirmação.

A A Constituição determina que a concessão sempre será precedida de licitação.

B O contrato administrativo deve ter prazo determinado.

C A modalidade de licitação diálogo competitivo poderia ser utilizada.

D O contrato não pode prever o emprego da arbitragem.

E Os bens, extinta a concessão, poderão ser revertidos para o Estado Alfa.

132

FGV - 2023 - Notário e Registrador (TJ SE)

A modalidade de extinção das concessões de serviços públicos que decorre da inexecução total ou parcial do contrato por parte do concessionário, a ser precedida da verificação da inadimplência em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, é a:

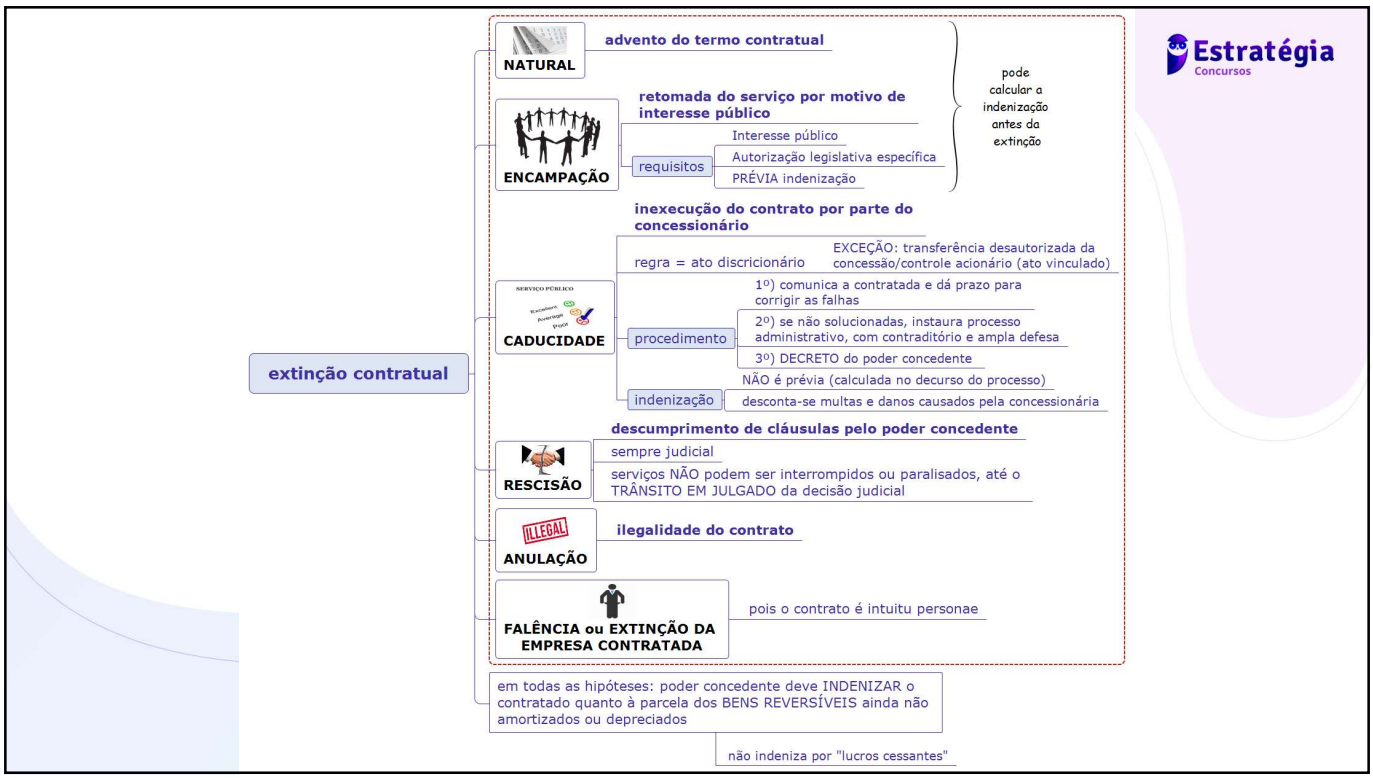
A encampação;

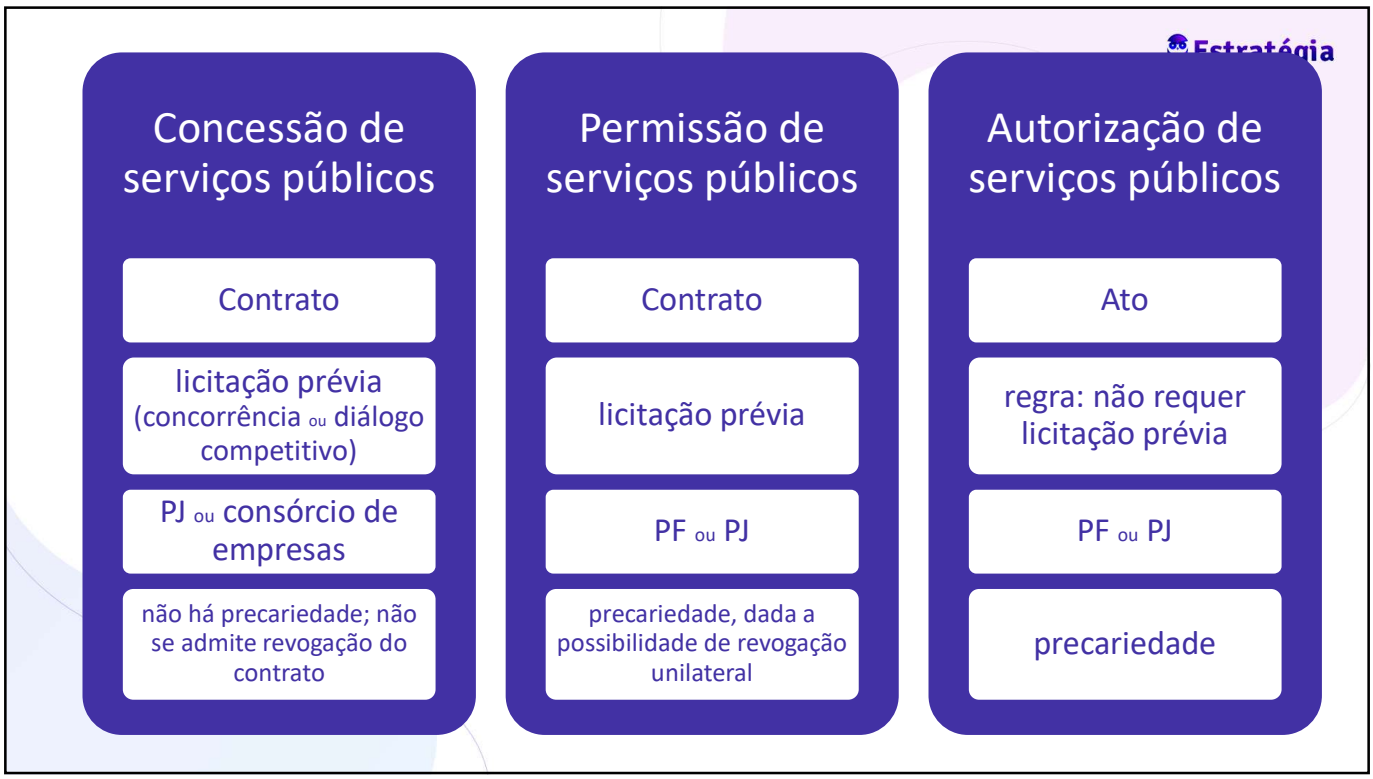
B intervenção;

C reversão;

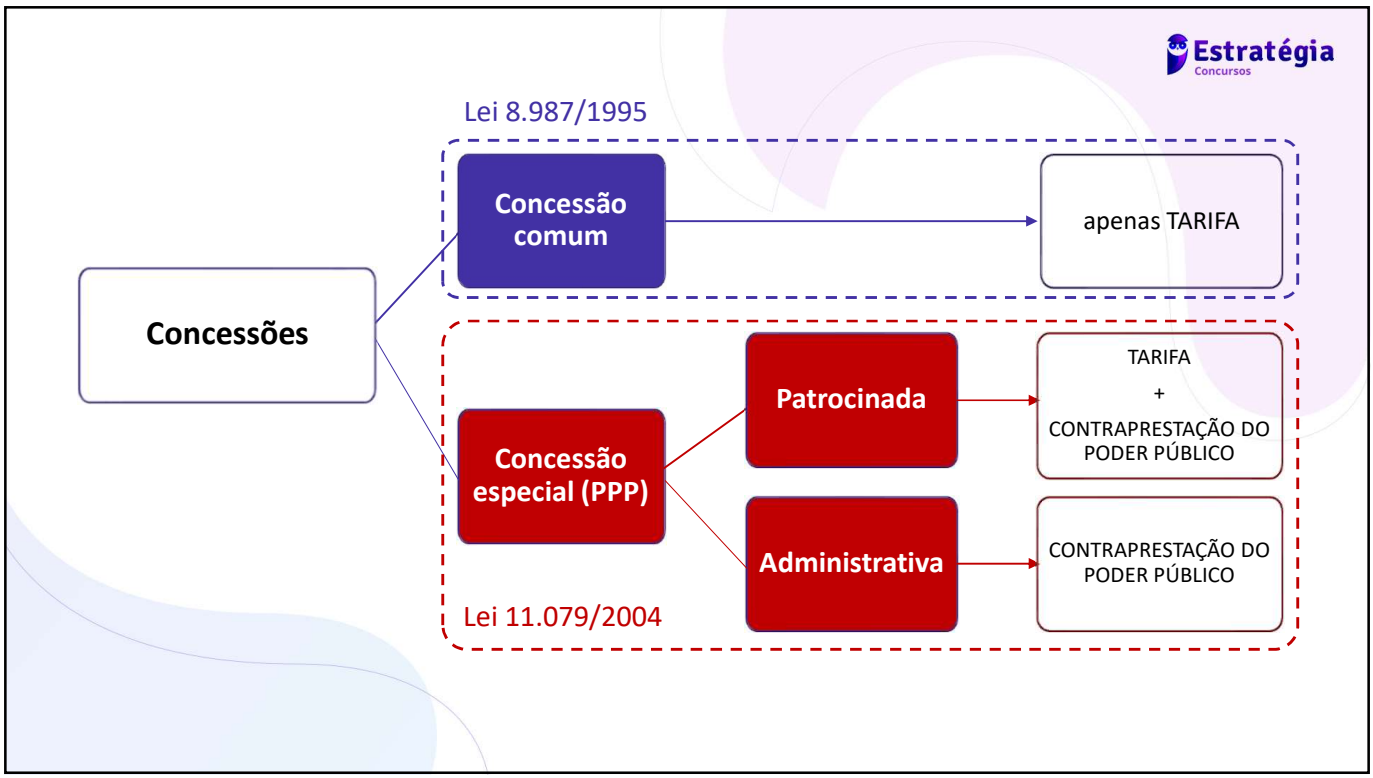
D declaração de caducidade;

E rescisão sancionatória.




Concessão de serviços públicos
Contrato
licitação prévia (concorrência ou diálogo competitivo)
PJ ou consórcio de empresas
não há precariedade; não se admite revogação do contrato
Permissão de serviços públicos
Contrato
licitação prévia
PF ou PJ
precariedade, dada a possibilidade de revogação unilateral
Autorização de serviços públicos
Ato
regra: não requer licitação prévia
PF ou PJ
precariedade

135


Lei 8.987/1995
Concessão comum
apenas TARIFA
Concessões
Concessão especial (PPP)
Patrocinada
TARIFA + CONTRAPRESTAÇÃO DO PODER PÚBLICO
Administrativa
CONTRAPRESTAÇÃO DO PODER PÚBLICO
Lei 11.079/2004

136

Polícia Penal -BA/Agente Penitenciário/FGV/2024

O Estado Alfa celebrou um contrato administrativo com a sociedade empresária XYZ para a concessão de serviços públicos, envolvendo, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei no 11.079/2004, é correto afirmar que se está diante de uma parceria público-privada, na modalidade

(A) patrocinada, que terá o prazo não inferior a cinco, nem superior a trinta e cinco anos, incluindo eventual prorrogação.

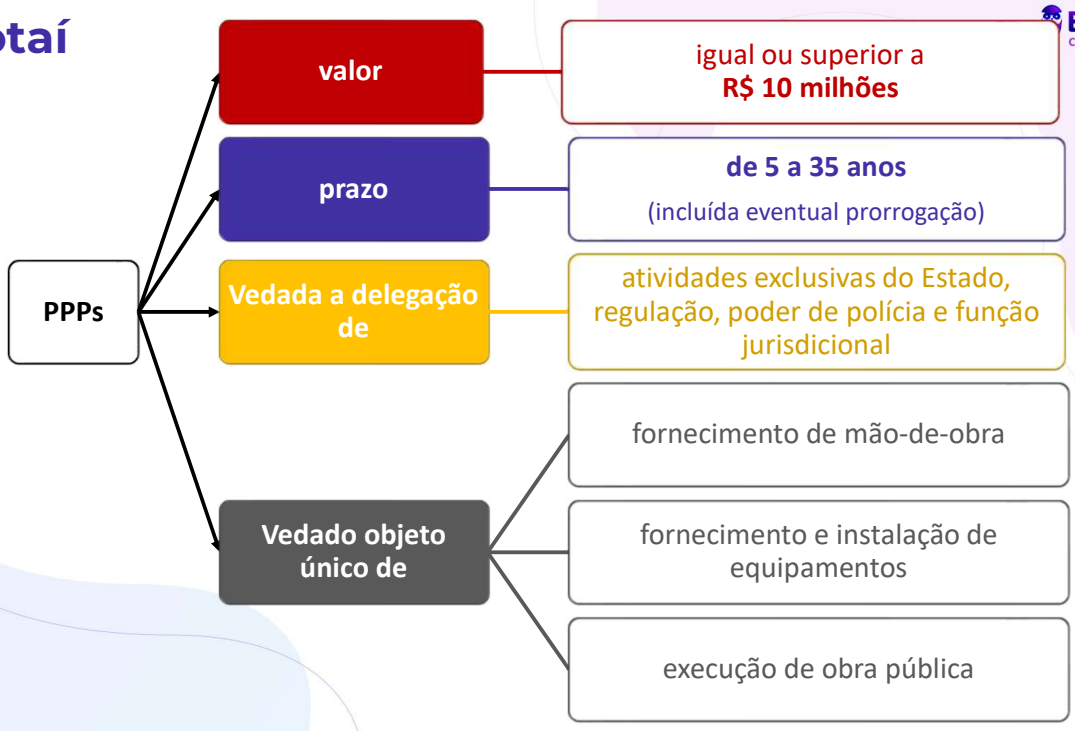
(B) administrativa, que terá o prazo não inferior a cinco, nem superior a trinta e cinco anos, incluindo eventual prorrogação.

(C) administrativa, que terá o prazo não inferior a cinco, nem superior a trinta e cinco anos, sem contar eventual prorrogação.

(D) administrativa, que terá o prazo não inferior a cinco, nem superior a trinta anos, sem contar eventual prorrogação.

(E) patrocinada, que terá o prazo não inferior a cinco, nem superior a trinta anos, incluindo eventual prorrogação

#anotaí



CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Prof. Antônio Daud

FGV - 2024 - Analista (TJ SC)/Administrativo

Ao realizar um levantamento acerca dos processos judiciais que têm por objeto a impugnação de atos administrativos do Poder Executivo, Daiane verificou que diversos atos discricionários são submetidos ao controle do Poder Judiciário, de modo que passou a aprofundar as peculiaridades acerca do tema, vindo a concluir corretamente que o Poder Judiciário:

A não pode anular atos discricionários que apresentem vício de ilegalidade;

B pode substituir a Administração Pública no exercício da discricionariedade;

C não pode realizar controle sobre os atos administrativos discricionários, diante da conveniência e oportunidade que recaem sobre todos os seus elementos;

D pode invalidar ato discricionário com base na teoria dos motivos determinantes, bem como com fundamento em desvio de finalidade;

E pode revogar atos discricionários do Poder Executivo, no típico exercício da atividade jurisdicional.

FGV/SENADO – TÉCNICO - 2022

Em tema de controle da Administração Pública, a apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de admissão de pessoal dos novos servidores do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Policial Legislativo do Senado Federal que, em breve, serão nomeados, compete

(A) à Controladoria-Geral da União, a qual também exerce similar atividade em relação às nomeações para cargo de provimento em comissão.

(B) ao Tribunal de Contas da União, o qual, contudo, não exerce similar atividade em relação às nomeações para cargo de provimento em comissão.

(C) à Câmara dos Deputados, a qual também exerce similar atividade em relação às nomeações para cargo de provimento em comissão.

(D) à Controladoria-Geral da União, a qual, contudo, não exerce similar atividade em relação às nomeações para cargo de provimento em comissão.

(E) ao Tribunal de Contas da União, o qual também exerce similar atividade em relação às nomeações para cargo de provimento em comissão.

Art. 71, III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, **excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão**, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

FGV/TJ-PR/Juiz - 2021

Os Tribunais de Contas, no exercício da competência constitucional que lhes outorga a atribuição para o registro dos atos de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão dos servidores dos órgãos e entidades submetidos à sua jurisdição, devem observar que a fluência do prazo:

(A) decadencial de cinco anos para julgamento da legalidade de tais atos tem início a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas;

(B) prescricional de cinco anos para julgamento da legalidade de tais atos tem início com a instauração do contraditório junto ao servidor que figura como parte interessada;

(C) prescricional de três anos para julgamento da legalidade de tais atos tem início a contar da publicação do ato de passagem do servidor para a inatividade;

(D) decadencial de cinco anos para julgamento da legalidade de tais atos tem início com a instauração do contraditório junto ao servidor que figura como parte interessada;

(E) prescricional de cinco anos para julgamento da legalidade de tais atos tem início com a chegada do processo à respectiva Corte de Contas, interrompendo-se pelo contraditório junto à parte interessada.

"Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, **os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas**".

STF/RE 636553

PODERES ADMINISTRATIVOS

Prof. Antônio Daud

FGV - 2024 - Delegado de Polícia (PC SC)

Ao aprofundar os seus estudos acerca do direito administrativo, Carlota observou que existem diversas manifestações do poder hierárquico, entre as quais é correto apontar

A a avocação temporária de competência.
B o embargo de obra que esteja em desacordo com o ordenamento.
C o deferimento de uma licença profissional.
D a aplicação de multa à concessionária de serviço público.
E o recurso administrativo dirigido para a autoridade competente da Administração Direta contra decisão de autarquia.

FGV - 2024 - Psicólogo Policial Civil (PC SC)

Ao estudar certo ponto especificado no edital de concurso público para o cargo almejado, Galileu verificou que a doutrina administrativista costuma distinguir a polícia administrativa da polícia judiciária, vindo a concluir corretamente que

A a polícia administrativa apenas pode ter natureza preventiva, na medida em que jamais tem conotação repressiva.
B a polícia judiciária se exaure na função administrativa, não sendo necessária a via jurisdicional para a conclusão do escopo de aplicação da lei penal.
C a polícia civil apenas pode exercer as atribuições relacionadas à polícia administrativa, mas não à polícia judiciária.
D as medidas de polícia administrativa podem ser dotadas de autoexecutoriedade, na forma da lei, de modo que não será necessária a intervenção jurisdicional para colocá-las em prática.
E todos os órgãos da Administração Pública que exercem polícia administrativa poderão exercer polícia judiciária, mesmo que não integrem a segurança pública.

147

FGV/SENADO – TÉCNICO - 2022

A respeito de atos administrativos, analise as situações a seguir. I. Técnicos legislativos - policiais legislativos do Senado Federal, observando regularmente as cautelas legais e normativas, dissolveram passeata tumultuosa no interior da Casa Legislativa. II. Autoridade competente do Senado Federal aplicou sanção administrativa de advertência à sociedade empresária Beta por infração durante a execução de contrato administrativo. III. Servidores públicos da agência de vigilância sanitária, no regular exercício de sua competência legal, apreenderam mercadorias impróprias para consumo ofertadas no supermercado Alfa. Os atos administrativos praticados por agentes públicos nos exemplos acima estão diretamente calcados, respectivamente, nos poderes administrativos
(A) disciplinar, hierárquico e de polícia.
(B) de segurança pública, hierárquico e regulamentar.
(C) de polícia, disciplinar e de polícia.
(D) disciplinar, hierárquico e disciplinar.
(E) de polícia, hierárquico e disciplinar.

148

FGV - AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2023

O Estado Delta fez publicar uma lei que autorizou a criação de uma sociedade de economia mista, a ser designada Servitíneo, para realizar exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado, em regime não concorrencial.
A mesma norma outorgou poder de polícia para a mencionada entidade administrativa, inclusive para aplicar multas aos particulares que cometam infrações administrativas, legalmente previstas, em seu âmbito de atuação.
Acerca da delegação e da teoria do ciclo do poder de polícia, considerando a orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral, assinale a afirmativa correta.

(A) A lei não poderia ter delegado para Servitíneo nenhuma das fases integrantes do ciclo de polícia.

(B) A ordem de polícia não integra o ciclo de polícia, de modo que poderia ser delegada

para Servitíneo.

(C) A aplicação de multas, integrante da fase de sanção de polícia, poderia ser delegada a Servitíneo, em decorrência da previsão legal.

(D) Apenas a fase de consentimento integrante do ciclo de polícia poderia ser delegada a Servitíneo por lei.

(E) Apenas os atos materiais relacionados à fase de fiscalização do ciclo do poder de polícia poderiam ser delegados para Servitíneo.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Prof. Antônio Daud

FGV/TJ-AP - 2024

Ao estudar ponto específico de edital para concurso público atinente à organização administrativa, notadamente com relação à descentralização, Ofélia observou que, dentre as entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que integram a Administração Pública indireta, é correto apontar:

(A) as autarquias;
(B) as prefeituras;
(C) as associações públicas;
(D) os tribunais de contas;
(E) as sociedades de economia mista.

FGV/São José dos Campos - 2024

Ao analisar o regime jurídico de determinada autarquia municipal, com relação à sua personalidade jurídica, criação, patrimônio, regime de pessoal e prerrogativas, Clarêncio, analista de gestão do Município Delta, concluiu corretamente que tal entidade administrativa

A) não se submete ao regime de precatórios.

B) deve adotar o regime jurídico único de pessoal.

C) é um órgão, sem personalidade jurídica.

D) tem o seu patrimônio formado por bens privados.

E) só pode adquirir personalidade jurídica com o respectivo registro dos atos constitutivos.

153

(FGV/IMBEL-2021-Comprador Técnico)

Leia o fragmento a seguir: Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de_____, com criação autorizada por lei, sob a forma de_____-, cujas ações com direito a voto pertençam _____ à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta. Assinale a opção cujos itens completam, corretamente, as lacunas do fragmento acima.

A direito público - sociedade anônima - integralmente

B direito público - sociedade limitada - integralmente

C direito público - sociedade limitada - em sua maioria

D direito privado - sociedade limitada - exclusivamente

E direito privado - sociedade anônima - em sua maioria

(FGV / MPE-RJ / 2019)

Em relação ao regime jurídico de uma sociedade de economia mista estadual exclusivamente exploradora de atividade econômica, é correto armar que:

A ostenta personalidade jurídica de direito público, seus servidores são estatutários e se submetem a concurso público, e são controladas pelo Tribunal de Contas;

B ostenta personalidade jurídica de direito privado, goza das prerrogativas processuais aplicadas à fazenda pública e seu pessoal não se submete a concurso público;

C somente por lei específica é autorizada a sua instituição e se submete às normas do direito privado em matéria de responsabilidade civil;

OBRIGADO!

Prof. Antônio Daud

DIREITO CONSTITUCIONAL

Profª. Nelma Fontana

157

Estratégia Concursos

Professora Nelma Fontana

@nelmafontana

158

Controle de constitucionalidade (formas e tipos): 14.1. Controle concentrado de constitucionalidade: ação direta de constitucionalidade, ação declaratória de constitucionalidade, ação direta de inconstitucionalidade por omissão, arguição de descumprimento de preceito fundamental. 14.2. Controle difuso e incidental de constitucionalidade. 14.3. Efeitos das decisões de inconstitucionalidade e de constitucionalidade. 14.4. Modulação temporal de efeitos. Técnicas de decisão no controle de constitucionalidade. 14.5. Controle de constitucionalidade dos direitos estadual e municipal.

159

ADI	ADC	ADPF

160

Legitimados ativos

Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:
I - o Presidente da República;
II - a Mesa do Senado Federal;
III - a Mesa da Câmara dos Deputados;
IV a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
V o Governador de Estado ou do Distrito Federal;
VI - o Procurador-Geral da República;
VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
VIII - partido político com representação no Congresso Nacional;
IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Efeitos da decisão

Art. 103. § 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

Controle de constitucionalidade estadual

Art. 125. § 2º Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

Aplicabilidade das Normas Constitucionais: 1.1. Normas de eficácia plena, contida e limitada, 1.2. Normas programáticas.

165

Plena			
Contida			
Limitada			
Programática			

166

2.3. Direitos de nacionalidade, 2.4. Direitos políticos,

Perda da nacionalidade

§ 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:
I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;
II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

Perda ou suspensão dos direitos políticos

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:
I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;
II - incapacidade civil absoluta;
III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;
V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

GRATA!

Profª. Nelma Fontana

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Prof. Fernando Pedrosa

Estratégia Concursos

Web Services

- Web Services são um conjunto de protocolos e tecnologias que têm como objetivo integrar sistemas heterogêneos
- São componentes de aplicativos autocontidos, autodescritos e não proprietários
- Utilizam XML para a troca de mensagens padronizadas

SOAP

- É o protocolo de encapsulamento e transferência estruturada de dados em formato XML
  - Via de regra, utiliza HTTP como mecanismo de transporte
- Independe de tecnologia ou linguagem de programação
- Consiste de três elementos:
  - Envelope, Cabeçalho e Corpo

SOAP - Envelope

- Elemento-raiz do documento XML: identifica o documento como uma mensagem SOAP
- Funciona como um recipiente que contém os demais elementos da mensagem (Header/Body)
- Possui como atributos *namespace* e *encodingStyle*
- É elemento obrigatório na mensagem SOAP

SOAP – Cabeçalho (Header)

- Carrega informações adicionais para a aplicação, como Autenticação, Autorização, assinatura digital, etc.
- Define como o receptor deve processar a mensagem
- Podem ser definidos vários cabeçalhos
- É opcional – caso seja utilizado deve ser o primeiro elemento do envelope

SOAP – Corpo (Body)

- Contém a mensagem SOAP propriamente dita
- É obrigatório – capaz de empacotar chamadas RPC, reportar erros, enviar operações
- Pode conter um elemento opcional *Fault*, usado para carregar mensagens de status e erros retornados

WSDL

- Web Services Description Language
- Linguagem de descrição de Web Services, baseada em XML, que especifica formas de acesso das operações e métodos disponíveis
- Os serviços são descritos como *endpoints* (portas) que operam em mensagens com informações orientadas a documentos e procedimentos

WSDL (Cont.)

- Com a descrição do serviço, a implementação do Web Service pode ser feita em qualquer linguagem de programação
- Define um XML Schema para descrever o Web Service
- É possível gerar um WSDL a partir de definições de interface escritas em linguagens de programação

UDDI

- Universal Description, Discovery and Integration
- Serviço de diretório, baseado em XML, em que é possível registrar e localizar Web Services
- Estabelece um padrão de descoberta que define como são as organizadas as informações de descrição dos serviços, permitindo sua descoberta
- Possui interfaces para Publicação (*Publisher Interface*) e Busca (*Inquiry Interface*)

179

REST

- Representational State Transfer
- O desenvolvimento inicial de Web Services foi baseado em padrões com uso de XML (SOAP, WSDL, UDDI, etc.)
  - Isso permitia desenvolver serviços altamente confiáveis e complexos, com controle de qualidade
- O problema é que os padrões de Web Services são considerados "pesados" e muitas vezes ineficientes
  - Não se adequam bem a desenvolvimento Mobile, por exemplo

180

REST (cont.)

- REST é uma alternativa "leve" para desenvolver serviços web, bem mais simples do que os padrões tradicionais
  - Não são exclusivamente dependentes de XML
  - Utilizam operações padrões do protocolo HTTP
- Na arquitetura REST, tudo pode ser representado como um Recurso
  - Recursos são como objetos com operações associadas de Create, Read, Update e Delete

REST - Princípios

- Cliente/Servidor
  - A responsabilidade deve ser separada entre cliente e servidor.
  - Cliente se preocupa com interface e experiência com usuário
  - Servidor faz comunicação com BD, gerenciamento de cache, segurança, etc.
- Stateless
  - A comunicação entre cliente e servidor não deve guardar estado, cada requisição é independente

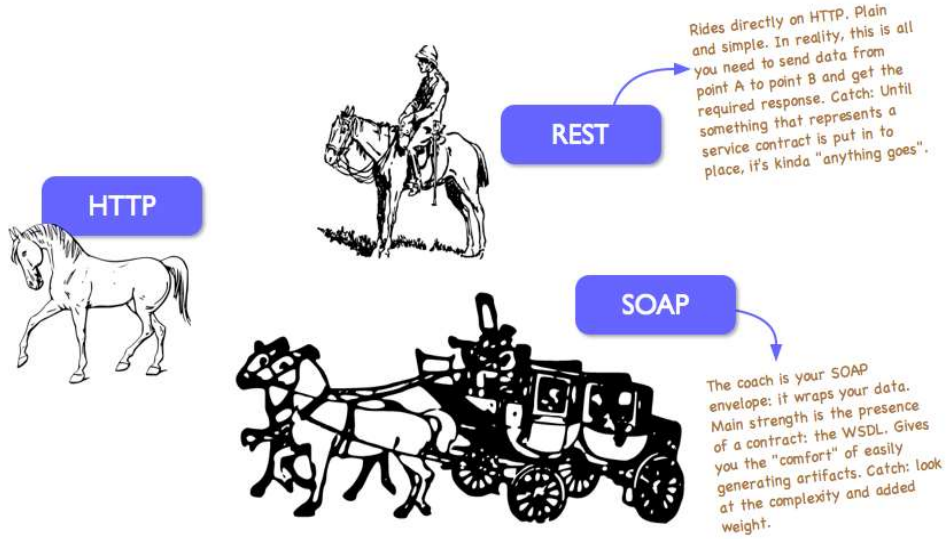
REST – Princípios (Cont.)

- Sistema em Camada
  - Múltiplas camadas hierárquicas, como gateways, firewalls e proxies podem existir entre o cliente e o servidor
  - O cliente nunca deve chamar diretamente o servidor da aplicação sem antes passar por um intermediador
- Cache
  - Respostas do servidor devem ser declaradas como cacheable ou noncacheable
  - Isso permite que o cliente armazene em cache as respostas do servidor, reutilizando em requisições posteriores

REST – Princípios (Cont.)

- Interface Uniforme
  - É um contrato de comunicação entre cliente e servidor, que especifica interfaces claras entre os componentes
- Código sob demanda (opcional)
  - Possibilidade do cliente estender sua funcionalidade por meio de execução de código sob demanda (Javascript, Applets, etc.)
  - Permite que clientes se comportem de maneira diferente de acordo com a necessidade

REST – Transmissão da



185

(FGV / TJDFT – 2022) No âmbito de Web services, analise as afirmativas a seguir sobre a abordagem REST e o uso de tecnologias baseadas em SOAP.

I. Uma característica dos serviços Web RESTful é a capacidade de transmitir dados diretamente via HTTP.

II. As mensagens SOAP precisam ser retornadas como documentos XML.

III. Um navegador não pode armazenar em cache uma solicitação concluída por uma API SOAP.

É correto o que se afirma em:

a) somente II; b) somente I e II;
c) somente I e III;
d) somente II e III;
e) I, II e III.

186

(FGV / TJDFT – 2022) O analista de sistemas Pedro desenvolveu o webservice RService aplicando o estilo de arquitetura REST (Representational State Transfer). As aplicações clientes que utilizam o RService são desenvolvidas de forma desacoplada e dissociada de RService e manipulam os recursos de RService através de representações transferidas em mensagens autodescritivas.

Para habilitar a independência no desenvolvimento de aplicações clientes com o uso de representações em mensagens autodescritivas, Pedro aplicou em RService o princípio REST:

a) arquitetura cliente-servidor;
b) código sob demanda;
c) interface uniforme;
d) sistema em camadas;
e) capacidade de cache.

187

(FGV / Prefeitura de Niterói-RJ – 2018) As tecnologias SOAP e REST são largamente utilizadas para troca de informações estruturadas em sistemas distribuídos. Sobre essas tecnologias, analise as afirmativas a seguir.

I. REST pressupõe que cada solicitação do cliente ao servidor deve conter todas as informações necessárias para processar o pedido e não pode tirar proveito de qualquer contexto armazenado no servidor.

II. As mensagens SOAP são documentos XML construídos especificamente para trafegar através do protocolo de transporte HTTP/HTTPS.

III. REST é mais eficiente que o SOAP porque utiliza exclusivamente mensagens menores no formato JSON.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.
b) II, apenas.
c) III, apenas.
d) I e II, apenas.
e) I, II e III.

188

(FGV / AL-RO – 2018) O padrão REST define um conjunto de restrições e propriedades baseado em HTTP. Sobre REST, analise as afirmativas a seguir.

I. Web services que obedecem ao padrão REST precisam utilizar o formato JSON para encapsular os dados da resposta às requisições dos sistemas solicitantes.

II. Os métodos GET, POST, PUT e DELETE do protocolo de comunicação HTTP são compatíveis com operações CRUD para a persistência de dados.

III. O padrão REST pressupõe que requisições de um mesmo sistema solicitante são dependentes, permitindo manter o estado de cada solicitante durante várias solicitações.

Está correto o que se afirma em:

a) I, somente.
b) II, somente.
c) III, somente.
d) I e II, somente.
e) I, II e III.

189

(FGV / AL-RO – 2018) SOAP é um protocolo para troca de informações estruturadas. Sobre a estrutura da mensagem SOAP, analise as afirmativas a seguir.

I. O formato da mensagem é baseado na linguagem de marcação XML.
II. Os elementos Header e Body são filhos obrigatórios do elemento Envelope.
III. O elemento Fault é opcional e quando estiver presente deve aparecer como um elemento filho do elemento Envelope.

Está correto o que se afirma em:

a) I, somente.
b) II, somente.
c) III, somente.
d) I e III, somente.
e) I, II e III.

190

(FGV / BANESTES – 2018) Sobre os princípios do padrão REST, analise as afirmativas a seguir.

I. As mensagens REST são documentos texto no formato JSON.

II. REST é independente do protocolo de transporte, podendo ser implementado com HTTP, SMTP ou JMS.

III. Serviços REST são stateless, isto é, cada solicitação deve conter todas as informações necessárias para ser compreendida pelo servidor.

Está correto o que se afirma em:

a) somente I;
b) somente II;
c) somente III;
d) somente I e III;
e) I, II e III.

191

(FGV / BANESTES – 2018) A linguagem baseada em XML utilizada para descrever um web service, suas operações e como acessá-lo é:

a) XSLT
b) XSD
c) DTD
d) WSDL
e) UDDI

192

(FGV / BANESTES – 2018) Sobre a implementação de serviços web com padrão SOAP, analise as afirmativas a seguir.

I. As mensagens SOAP são documentos XML.
II. A dependência do SOAP ao protocolo de transporte HTTP é uma restrição para implementação deste padrão.
III. O padrão é inadequado para troca de informações em uma plataforma descentralizada e distribuída.

Está correto o que se afirma em:

a) somente I;
b) somente II;
c) somente III;
d) somente I e II;
e) I, II e III.

11. (FGV / BANESTES – 2018) Usualmente, WebServices envolvem a utilização dos padrões XML, SOAP e WSDL. A função de cada um deles é, respectivamente:

a) descrever os parâmetros, disponibilizar o serviço, transferir as mensagens;
b) transferir as mensagens, descrever o algoritmo, transportar as mensagens;
c) rotular e formatar os dados, transferir as mensagens, descrever a disponibilidade do serviço;
d) transferir as mensagens, descrever a disponibilidade do serviço, formatar os parâmetros;
e) descrever as classes e suas interfaces, instanciar os objetos, descrever os algoritmos.

(FGV / IBGE – 2017) SOAP (Simple Object Access Protocol) é um protocolo de comunicação projetado para permitir a troca de informações de maneira estruturada entre sistemas distribuídos. Em relação à estrutura da mensagem SOAP versão 1.2 definida pela W3C, analise as afirmativas a seguir:

I. A mensagem SOAP é definida em um documento XML que contém um elemento raiz denominado Envelope.

II. Header é um elemento mandatório que fornece informações específicas para autenticação.

III. Error é um elemento opcional que contém as informações dos erros ocorridos no envio da mensagem.

Está correto o que se afirma em:

a) somente I;
b) somente II;
c) somente III;
d) somente I e III;
e) I, II e III.

195

(FGV / IBGE – 2017) Com relação a REST e SOAP, analise as afirmativas a seguir:

I. REST é baseado em orientação a recursos, sendo indicado para operações stateless.
II. SOAP é um protocolo para troca de mensagens estruturadas, que podem possuir diferentes formatos, tais como JSON, HTML ou XML.
III. Tanto REST quanto SOAP foram concebidos para utilizar diferentes protocolos de comunicação, além do HTTP.

Está correto somente o que se afirma em:

a) I;
b) II;
c) III;
d) I e II;
e) I e III.

196

(FGV / IBGE – 2017) SOAP (Simple Object Access Protocol) é um protocolo de comunicação utilizado para troca de informações estruturadas entre sistemas computacionais. Analise as afirmativas a seguir sobre a estrutura de uma mensagem SOAP:

I. É codificada como um documento XML e o elemento <Envelope> é o elemento-raiz da mensagem.

II. O elemento <Header> é opcional e o elemento <Body> obrigatório.

III. O elemento <Fault> é utilizado para transportar informações de erro dentro de uma mensagem SOAP.

Está correto o que se afirma em:

a) somente I;
b) somente II;
c) somente III;
d) somente I e III;
e) I, II e III.

197

(FGV / IBGE – 2016) Uma mensagem no protocolo SOAP, versão 1.2, é representada por um documento XML capaz de transportar dados de serviços Web. Os elementos considerados opcionais são:

a) Title e Meta;
b) Envope e Body;
c) Header e Fault;
d) Model e Control;
e) Footer e Namespace.

198

(FGV / DPE-RO – 2015) A função da WSDL (Web Services Description Language - Linguagem de Descrição de Serviços Web) é:

a) executar métodos de um serviço SOAP;
b) descrever um serviço Web, informando o local do serviço e os métodos expostos por ele;
c) descrever os objetos de um Serviço REST;
d) linguagem de programação para serviços SOAP;
e) linguagem de programação para XML.

199

(FGV / MEC – 2009) Um Web Service é definido pela W3C como um sistema de software projetado para fornecer interoperabilidade entre máquinas em uma determinada rede. Dentro do contexto dos Web Services assinale a alternativa correta.

a) A UDDI (Universal Description, Discovery, and Integration) é uma linguagem baseada em XML que descreve o que um Web Service pode fazer, onde ele reside e como chamá-lo.

b) SOAP (Simple Object Access Protocol) é um protocolo, baseado em XML, para troca de informação estruturada com Web Services em redes de computadores.

c) A interoperabilidade entre os Web Services e aplicações é garantida devido ao uso obrigatório da linguagem Java na implementação das aplicações.

d) SOA (Simple Object Access) é uma plataforma de arquitetura orientada a serviços, utilizada como base para suportar os Web Services.

e) A WSDL (Web Services Description Language) é uma especificação para publicar e localizar informações sobre Web Services.

200

(FGV / MEC – 2009) A respeito das tecnologias relacionadas a Web Services, analise as afirmativas a seguir:

I. A UDDI é uma plataforma de arquitetura orientada a serviços assíncronos utilizada como base para suportar os Web Services.

II. A WSDL (Web Services Description Language) é uma interface de programação que permite a execução de chamadas remotas no estilo RPC.

III. SOAP (Simple Object Access Protocol) é um protocolo, baseado em XML, para troca de informação estruturada com Web Services em redes de computadores.

Assinale:

a) se somente a afirmativa I estiver correta.
b) se somente a afirmativa II estiver correta.
c) se somente a afirmativa III estiver correta.
d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

201

(FGV / Senado Federal – 2008) Considere as assertivas a seguir sobre as relações entre SOAP, WSDL e UDDI:

I. UDDI é um diretório de serviços web descrito por WSDL.
II. WSDL pode ser usado para descrever serviços SOAP.
III. O UDDI é um diretório de descrições SOAP.

As assertivas corretas são:

a) somente I.
b) somente I e II.
c) somente I e III.
d) somente II e III.
e) I, II e III.

202

Obrigado!

Prof. Fernando Pedrosa

Tecnologia da Informação

Profª. Emannuelle Gouveia
@Emannuellegouveia

1. Conceito de Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBD). 2. Modelo relacional de dados. 3. Modelagem de dados: 3.1. Entidades. 3.2. Atributos. 3.3. Relacionamentos. 3.4. Cardinalidade. 4. Conceitos de tabelas, views, chaves primárias e estrangeiras. 5. Noções básicas de linguagem SQL: 5.1. Consulta. 5.2. Cláusula WHERE. 5.3. Operadores Condicionais: 5.3.1. Lógicos. 5.3.2. LIKE e NOT LIKE. 5.3.3. IN e NOT IN. 5.4. Ordenação. 5.5. Agrupamento. 5.6. Junções (JOINS).

DEFINIÇÃO

Um banco de dados é uma coleção de dados relacionados, ou seja, uma coleção de dados inter-relacionados, representando informações sobre um domínio específico.

Pode ter qualquer tamanho e complexidade e poder ser implementado de forma manual ou automatizado.

Bancos de dados são as estruturas utilizadas para o armazenamento de informações para as posteriores consultas necessárias, de maneira ordenada e adaptada as necessidade do usuário.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

a) **Natureza de autodescrição de um sistema de banco de dados**

Os bancos de dados além dos dados armazenados, contêm também uma definição ou descrição completa da estrutura e restrições desses dados. São os metadados das tabelas e diversos outros componentes do BD.

b) **Isolamento entre programas e dados, e abstração de dados**

Os dados ficam bem separados das aplicações que os manipulam e há a garantia de abstração dos dados (quanto maior a abstração, menor o detalhamento) de acordo com o desejo do usuário.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

c) Suporte a Múltiplas Visões de Dados

Várias aplicações podem consultar o BD simultaneamente e terem visões diferentes dos dados, de acordo com as suas necessidades específicas.

d) Compartilhamento de Dados e Processamento de Transação

A maioria do BDs atuais apresentam recursos de gerência interna que permitem que o mesmo dado seja consultado e manipulado simultaneamente por vários usuários.

O SGBD precisa incluir um software de controle de concorrência para garantir que vários usuários interajam simultaneamente com o banco de dados sem problemas.

TRANSAÇÃO

Cada atividade realizada em um BD é uma transação. Elas apresentam as seguintes características básicas (ACID):

ATOMICIDADE: Uma transação é uma unidade de processamento atômica que deve ser executada integralmente até o fim ou não deve ser executada. Para efetivar a transação executamos o COMMIT; caso ocorra alguma falha, efetuamos o ROLLBACK.

TRANSAÇÃO

CONSISTÊNCIA: A execução de uma transação deve levar o banco de dados de um estado consistente a um outro estado consistente.

ISOLAMENTO: Cada transação deve parecer executar isoladamente das demais, embora diversas transações possam estar executando concorrentemente.

DURABILIDADE: Os efeitos de uma transação em caso de sucesso devem persistir no banco de dados mesmo em casos de quedas de energia, travamentos ou erros.

PROJETOS DE BANCO DE DADOS

Existe uma outra classificação para os projetos de Banco de dados em si, e que apresentam nomes similares

a)Modelo de Alto Nível → também chamado de Modelo Conceitual. Está mais próximo do usuário e utiliza conceitos como entidades, atributos e relacionamentos.

É mais utilizado para discutir com o cliente os aspectos do negócio sem se preocupar com tecnologias específicas. É independente de hardware ou software, podendo ser implementado por qualquer SGBD.

PROJETOS DE BANCO DE DADOS

b**) Modelo de Implementação** → Também chamado de Modelo Representativo ou Modelo Lógico. É um modelo intermediário pois ainda oferece conceitos que podem ser entendidos pelos usuários finais, mas que não está muito longe do modo como os dados são organizados e armazenados no computador, apesar de ocultar muitos detalhes.

Já é uma representação para um banco de dados específico e depende do tipo particular de SGBD que será utilizado (Ex: Modelo Relacional).

PROJETOS DE BANCO DE DADOS

c) Modelo de Baixo Nível → Também chamado de Modelo Físico. Agora a preocupação é como o armazenamento dos dados realmente acontecerá em todos os seus detalhes. Tem por foco o público especializado e totalmente dependente do SGBD escolhido

PROJETOS DE BANCO DE DADOS

MODELO	GRAU DE ABSTRAÇÃO	DEPENDÊNCIA	COMPREENSÃO PELO USUÁRIO FINAL	EXEMPLO
MODELO CONCEITUAL	Alto	Nenhum	Fácil	Modelo Entidade-Relacionamento
MODELO LÓGICO	Médio	Somente Software (Tipo do SGBD)	Médio	Modelo Relacional
MODELO FÍSICO	Baixo	Hardware e Software (SGBD Específico)	Difícil	Depende Do SGBD

MODELO ENTIDADE-RELACIONAMENTO

Entidade:

É um objeto que existe e que pode ser distinguido de outros objetos . Tanto pode ser físico quanto lógico, onde o primeiro é tangível e visível no mundo real e o segundo decorre da interação entre ou com entidades físicas.

Ela é representada por um retângulo com seu nome.

Uma ocorrência específica de uma entidade é uma instância.

Os tipos de entidades são: Entidade Forte; Entidade Fraca; Entidade Associativa.

MODELO ENTIDADE-RELACIONAMENTO

Relacionamento:

É uma associação ou interação entre entidades; a ligação lógica que demonstra o comportamento, a dependência e a associação de dados entre elas ou uma restrição de negócio.

Possibilita entender como uma entidade se comporta em relação às demais, qual o seu grau de dependência de outras entidades e qual a associação de dados existentes entre elas.

É representado por um losango geralmente entre retângulos, mas há o relacionamento recursivo ou auto relacionamento.

MODELO ENTIDADE-RELACIONAMENTO

Os principais tipos de relacionamentos são:

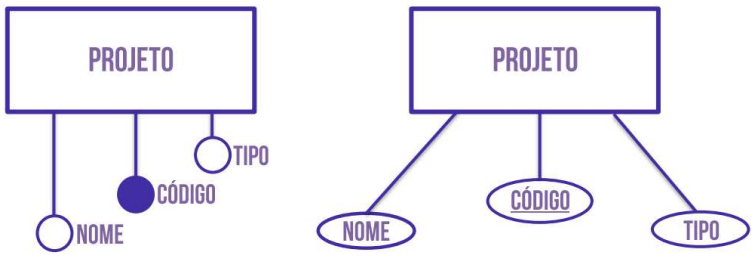
Relacionamentos fortes: acontecem entre entidades fortes
Relacionamentos fracos: são os que ocorrem entre uma entidade forte e uma fraca

Os relacionamentos podem se classificar:

a) Quanto ao grau: indica a quantidade de entidades que participam de um relacionamento e pode ser binário, ternário, quaternário, entre outros.
b) Quanto à cardinalidade: indica a quantidade de ocorrências (instâncias) de cada entidade no relacionamento. Podem ser: 1:1, 1:N, N:1 e M:N.

MODELO ENTIDADE-RELACIONAMENTO

Atributos:
Indicam as propriedades e características de uma entidade. São representados graficamente através de círculos ou elipses conectadas por meio de uma linha sólida.



MODELO ENTIDADE-RELACIONAMENTO

Atributos podem ser:

- **Monovalorado ou Multivalorado:**

Monovalorado quando possui apenas um valor ou **multivalorado** quando possui mais de um valor (a quantidade de valores podem ser expressas na cardinalidade).

OBS: a cardinalidade (1,1) pode ser omitida, pois pode ser interpretada nos gráficos.

MODELO ENTIDADE-RELACIONAMENTO

- **Simples ou composto:**

Simples quando é atômico e **composto** quando pode ser subdivido em outros atributos, é representado como atributos conectados por meio de uma linha sólida ao atributo original.

MODELO ENTIDADE-RELACIONAMENTO

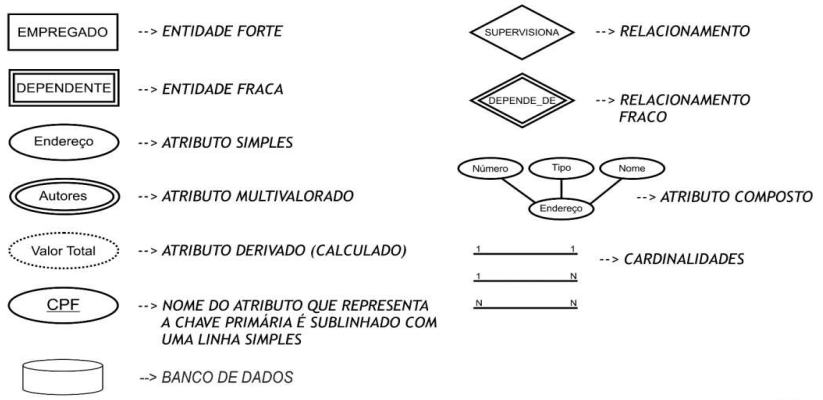
- **Derivado ou armazenado:**

Derivado é aquele que pode ser obtido a partir de outros atributos ou relacionamentos e não precisa ser armazenado no banco de dados. Também pode ser chamado de atributo calculado e é representado por meio de uma elipse tracejada.

E **armazenado** é aquele que não pode ser obtido por meio de outros atributos e por isso tem que ser armazenado de fato no banco de dados e é representado por uma elipse sólida.

MODELO ENTIDADE-RELACIONAMENTO

Resumo das notações



Ativa

MODELO RELACIONAL

Tabelas

O modelo relacional representa os dados como um conjunto de relações e graficamente os elementos são dispostos em tabelas, formadas por linhas e colunas, onde as tabelas devem representar elementos do mundo real, as colunas indicam qualidades desses elementos e as linhas agrupam valores que representam um fato do mundo real.

MODELO RELACIONAL

Na terminologia formal, a tabela é chamada de relação, as linhas são chamadas de tuplas, as colunas são chamadas de atributos e o tipo do dado a ser armazenado na coluna é chamado de domínio.

MODELO RELACIONAL

View

Uma view é, em geral, um subconjunto do banco de dados, isto é, uma visão apenas uma parte dos dados de uma ou mais tabelas, não necessariamente existe em forma física sendo considerada uma tabela virtual.

A definição formal afirma que uma view é basicamente uma única tabela que é derivada de outras tabelas (reais ou virtuais) e funciona como uma tabela virtual cujo comportamento se assemelha a uma tabela real de banco de dados, no entanto sem armazenar os dados já que essas estruturas sempre dependem da base de dados que está realmente armazenada fisicamente.

MODELO RELACIONAL

Por ser uma tabela virtual, há uma limitação das possíveis operações de atualização que podem ser aplicadas às views, mas não há qualquer limitação à operação de consulta a mesma, ou seja, é possível inserir, atualizar ou excluir dados de uma view, exceto quando a view não é atualizável, mas sempre haverá a operação de consulta.

MODELO RELACIONAL

Indices

São referências associadas as chaves e são utilizados para otimizar buscas, pois permite a localização mais rápida de um registro em uma tabela, para isso, cria ponteiros para os dados armazenados em colunas específicas. Seria a mesma idéia de usar o índice de um livro para facilitar o acesso a uma parte de um livro.

Dessa forma, podemos concluir que os índices são uma estrutura de acesso utilizados para otimizar o desempenho de consultas a registros em uma base de dados relacional e permite ao servidor de banco de dados encontrar e trazer linhas específicas muito mais rápido. Porém, também produzem trabalho adicional para o sistema de banco de dados como um todo devendo ser utilizados com parcimônia.

MODELO RELACIONAL

TIPOS DE CHAVE	EM INGLÊS	DESCRIÇÃO
SUPERCHAVE	SUPERKEY	Conjunto de uma ou mais colunas que, tomadas coletivamente, permitem identificar de maneira unívoca uma linha.
CHAVE CANDIDATA	CANDIDATE KEY	Superchaves de tamanho mínimo, candidatas a serem possíveis chaves primárias de uma tabela.
CHAVE PRIMÁRIA	PRIMARY KEY	Chaves cujas colunas são utilizadas para identificar linhas em uma tabela – em geral, vêm sublinhada.
CHAVE SECUNDÁRIA/ALTERNATIVA	SECONDARY KEY	Chaves candidatas a serem possíveis chaves primárias de uma tabela, mas que não foram escolhidas.
CHAVE ESTRANGEIRA	FOREIGN KEY	Chaves de uma tabela que fazem referência à chave candidata de outra tabela, ou até mesmo da própria tabela.
CHAVE SUBSTITUTA	SURROGATE KEY	Chaves primárias artificiais criadas para identificar de maneira unívoca uma linha[1].

MODELO RELACIONAL

TIPOS DE RESTRIÇÃO	DESCRIÇÃO
RESTRIÇÃO DE CHAVE OU UNICIDADE	Restringe que uma chave primária se repita – uma chave primária diferencia de forma única os registros de uma relação.
RESTRIÇÃO DE INTEGRIDADE DE DOMÍNIO	Restringe que um campo de uma relação tenha valores diferentes daqueles definidos para o campo específico.
RESTRIÇÃO DE INTEGRIDADE DE ENTIDADE	Restringe que uma chave primária tenha valores nulos (NULL). Pode ser considerada uma subcategoria da restrição de domínio.
RESTRIÇÃO DE INTEGRIDADE REFERENCIAL	Restringe que a chave estrangeira de uma tabela seja inconsistente com a chave candidata da tabela referenciada.

MODELO RELACIONAL

Relacionamentos: é a relação entre as tabelas e podem ser:

- um-para-um (1:1);
- um-para-muitos (1:N);
- muitos-para-muitos (N:M).

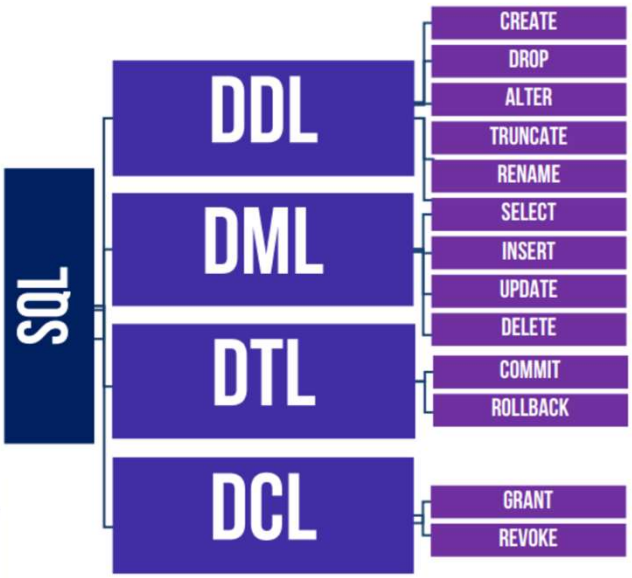
Lembrando que, com isso representamos a cardinalidade que é o número máximo e mínimo de ocorrências de uma entidade que estão associadas às ocorrências de outra entidade que participa do relacionamento.

SUBLINGUAGENS SQL

Os comandos SQL são agrupados basicamente em quatro sublinguagens: DDL, DML, DCL e DTL (ou TCL) .

Alguns consideram que o comando SELECT não faz parte da DML, mas de uma subcategoria especial chamada DQL (Data Query Language).

SUBLINGUAGENS SQL



DDL

É a Linguagem de Definição de Dados; um subconjunto dos comandos SQL que pode ser utilizado para definir ou descrever um esquema de um banco de dados, permitindo criar ou modificar a estrutura de objetos de uma base de dados relacional.

DDL

COMANDOS DDL	DESCRIÇÃO
CREATE	Comando utilizado para criar tabelas (e outros objetos) de um banco de dados.
DROP	Comando utilizado para deletar uma tabela (e outros objetos) de um banco de dados.
TRUNCATE	Comando utilizado para apagar os dados de uma tabela de um banco de dados.
ALTER	Comando utilizado para manipular colunas ou restrições de um banco de dados.
RENAME	Comando utilizado para renomear uma tabela de um banco de dados.

RESTRIÇÕES

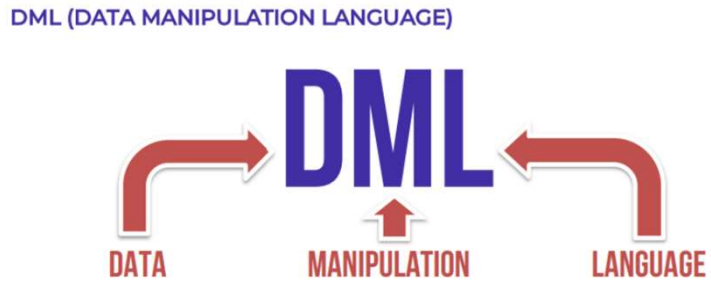
Restrições (Constraints) são limitações utilizadas para determinar regras para os dados em uma tabela de um banco de dados relacional com o objetivo de limitar o armazenamento garantindo a qualidade e a confiabilidade aos dados e evitando que determinadas ações violem a integridade da estrutura dos dados especificada no esquema do banco de dados relacional.

Podem ser no nível de coluna (se aplicam a uma coluna) ou no nível de tabela (se aplicam a toda a tabela).

RESTRIÇÕES

CONSTRAINT	DESCRIÇÃO
NOT NULL	Garante que uma coluna não possa ter um valor nulo.
UNIQUE	Garante que todos os valores de uma coluna sejam diferentes entre si.
PRIMARY KEY	Garante que todos os valores de uma coluna sejam diferentes entre si e não nulos.
FOREIGN KEY	Garante que ações não destruam links/relacionamentos entre as tabelas.
CHECK	Garante que os valores em uma coluna satisfaçam uma condição específica.
DEFAULT	Define um valor padrão para uma coluna, se nenhum valor for especificado.

DML



237

DML

Aqui estão agrupados os comandos para a manipulação dos dados em si.

COMANDOS DML	DESCRIÇÃO
SELECT	Comando utilizado para realizar consultas a dados de uma ou mais tabelas do banco de dados.
INSERT	Comando utilizado para inserir um registro em uma tabela do banco de dados.
UPDATE	Comando utilizado para mudar valores de dados de registros de uma tabela do banco de dados.
DELETE	Comando utilizado para remover registros de uma tabela do banco de dados.

238

DML

JOIN: Essa cláusula é utilizada para combinar linhas/registros de duas ou mais tabelas, com base em uma COLUNA em comum entre elas.

Podem ser de cinco tipos diferentes:

INNER JOIN	LEFT JOIN	RIGHT JOIN	FULL OUTER JOIN	SELF JOIN
Retorna registros que possuem valores correspondentes em ambas as tabelas	Retorna todos os registros da tabela da esquerda e seus correspondentes da tabela da direita	Retorna todos os registros da tabela da direita e seus correspondentes da tabela da esquerda	Retorna todos os registros quando há uma correspondência na tabela da esquerda ou da direita	Trata-se de join comum, mas que relaciona registros de uma tabela com ela mesma

DTL

DTL (DATA TRANSACTION LANGUAGE)

Comandos DTL

DTL

COMANDOS DTL	DESCRIÇÃO
COMMIT	Comando utilizado para finalizar/confirmar uma transação dentro de um SGBD.
ROLLBACK	Comando utilizado para descartar mudanças nos dados desde o último COMMIT ou ROLLBACK.

DCL

DCL (DATA CONTROL LANGUAGE)

Comandos DCL

DCL

Conjunto de comandos que são utilizados para controle de permissões de usuários para a manipulação de dados.

COMANDOS DCL	DESCRIÇÃO
GRANT	Comando utilizado para conceder permissão a um usuário em relação a algum objeto.
REVOKE	Comando utilizado para remover/restringir a capacidade de um usuário de executar operações.

6. Conceitos de Data Warehousing, Data Mining.
7. Conceitos de Big Data. 8. Business Intelligence.

MODELAGEM DIMENSIONAL

Conceitos Básicos

Bancos de dados analíticos, que alimentam os data warehouses, geralmente usam modelos dimensionais .

Modelos multidimensionais tiram proveito dos relacionamentos inerentes nos dados para preencher os dados em matrizes multidimensionais, chamadas de cubos de dados agregados (ou hipercubos, quando possuem mais de três dimensões).

Formando Cubos de Dados e Hipercubos.

MODELAGEM DIMENSIONAL

MODELAGEM RELACIONAL

NORMALIZADO → BAIXA REDUNDÂNCIA

MODELAGEM MULTIDIMENSIONAL

DESNORMALIZADO → ALTA REDUNDÂNCIA

MODELAGEM DIMENSIONAL

Tabelas Fato e Dimensão

A modelagem multidimensional trabalha basicamente com dois elementos principais: Tabela Fato e Tabela Dimensão, que são complementares.

MODELAGEM DIMENSIONAL

CARACTERÍSTICAS DE TABELAS FATO
Armazenam ocorrências, eventos ou fatos de um processo de negócio da organização.
Possuem geralmente uma grande quantidade armazenada de registros ou tuplas.
São normalizadas e sem hierarquia (decomposições em outras tabelas).
São tabelas que geralmente crescem verticalmente: mais registros ou linhas.
Armazenam medidas/métricas quantitativas (valores ou indicadores).
Podem ser medidas de desempenho, métricas operacionais, medidas agregadas, etc.
Contêm chaves estrangeiras que correspondem às chaves primárias das Tabelas Dimensão.
Apresentam uma chave primária composta em que a dimensão tempo sempre é parte integrante.
Expressam, em qeral, relacionamentos de 1:N entre as Tabelas Periféricas (Dimensão).
São efetivamente criadas apenas após a criação de tabelas dimensionais.
Respondem à pergunta: *"O que está sendo medido nesse processo de negócio?"*.
Exemplos: Quantidade, Valor, Lucro, Margem, Perda, entre outros.

MODELAGEM DIMENSIONAL

CARACTERÍSTICAS DE TABELAS DIMENSÃO
Armazenam atributos ou dimensões que descrevem medidas de uma Tabela Fato;
Possuem geralmente menos linhas e mais colunas que Tabelas Fato;
Podem ser desnormalizadas e com hierarquia (decomposições em outras tabelas).
Possuem uma chave primária que identificam unicamente seus registros;
As chaves primárias das Tabelas Dimensão compõem a chave primária da Tabela Fato;
São tabelas que geralmente crescem horizontalmente: mais atributos ou colunas;
Apresentam atributos qualitativos ou textuais (Ex: Nome, Sexo, Data de Nascimento);
Permitem a visualização de fatos por meio de diversas perspectivas diferentes;
Atributos devem ser verbosos, descritivos, completos, discretos e corretos;
Respondem à pergunta: "*Quando*?", "*O que*?", "*Onde*?" e "*Quem?*";
Exemplos: Pessoas, Produtos, Lugares, Tempo, entre outros.

MODELAGEM DIMENSIONAL

Esquema Estrela e Flocos de Neve

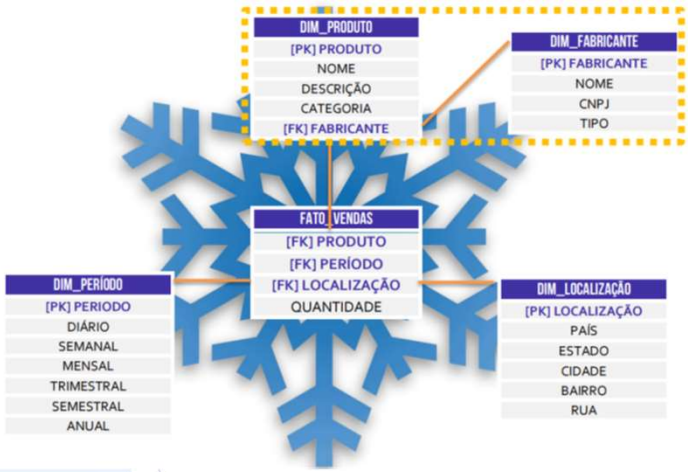
Estrela ou Flocos de Neve são dois tipos de organizações ou esquemas para as duas tabelas principais de um modelo dimensional.

MODELAGEM DIMENSIONAL

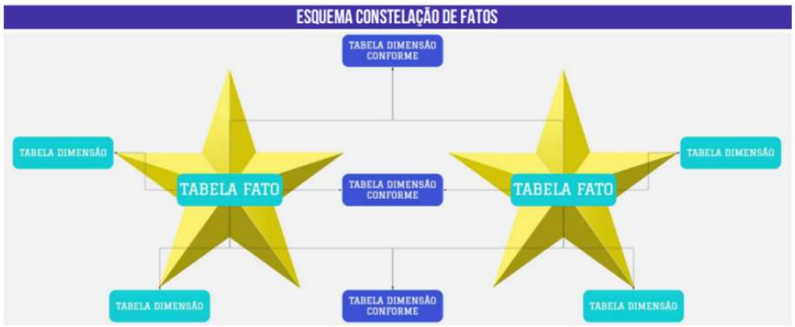
Esquema Estrela (Star Schema)

MODELAGEM DIMENSIONAL

Esquema Flocos de Neve (Snowflake Schema)



MODELAGEM DIMENSIONAL



Tabelas Dimensão são compartilhadas por duas ou mais tabelas fato.

Comparado ao Esquema Estrela, as tabelas não podem ser mantidas facilmente.

Exigem-se consultas bastante complexas para acessar dados de uma base dados.

Pode ser bastante difícil entender a complexidade do esquema.

MODELAGEM DIMENSIONAL

Online Analytical Processing (OLAP)

OLAP é um conjunto de ferramentas de software que permite aos gerentes e diretores de empresas terem acesso dinâmico a informações armazenadas nos diversos sistemas corporativos, podendo realizar cruzamentos e análises de informações em tempo real sob diversas perspectivas com o intuito de auxiliar na tomada de decisões.

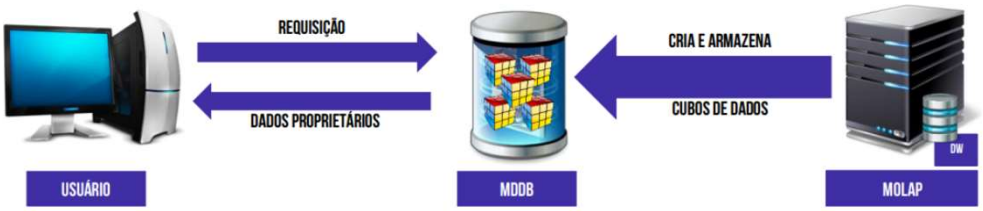
Caracterizam-se pela análise multidimensional dinâmica dos dados, apoiando o usuário final nas suas atividades e permitindo consultas ad-hoc.

MODELAGEM DIMENSIONAL

ROLAP (Relational OLAP)

MODELAGEM DIMENSIONAL

MOLAP (Multidimensional OLAP)



MODELAGEM DIMENSIONAL

HOLAP (Hybryd OLAP)

Consiste na combinação das vantagens de MOLAP e ROLAP, extraindo o que há de melhor de cada uma, ou seja, a alta performance do MOLAP com a melhor escalabilidade do ROLAP.

Para informações mais sintéticas, HOLAP utiliza cubos dimensionais para um desempenho mais rápido e, quando necessário mais detalhe, ele pode ir além do cubo multidimensional para o banco relacional utilizado no armazenamento de detalhes.

MODELAGEM DIMENSIONAL

É possível também classificar quanto à origem da consulta em DOLAP e WOLAP.

DOLAP (Desktop OLAP) dispara uma consulta a partir de uma estação cliente para o servidor, que por sua vez retorna enviando o cubo de dados de volta, para que possa ser analisado pelo usuário.

WOLAP (Web OLAP) dispara uma consulta via navegador web para um servidor, que por sua vez retorna enviando o cubo processado de volta para que possa ser analisado pelo usuário.

MODELAGEM DIMENSIONAL

Operações OLAP

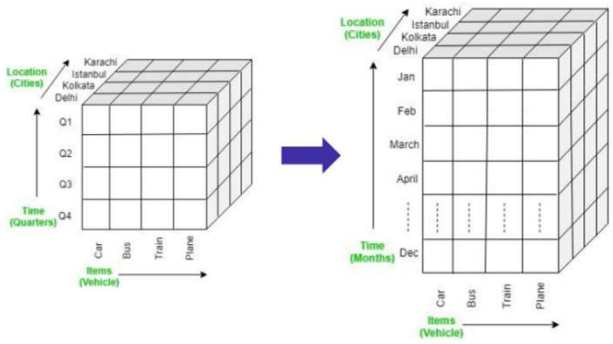
Operação Drill Down

A operação de Drill Down permite a navegação entre os níveis de dados que vão desde o mais sumarizado até o mais detalhado.

Vai aumentar o nível de detalhes, descendo na hierarquia das dimensões e reduzindo a granularidade.

MODELAGEM DIMENSIONAL

No cubo abaixo, a operação de Drill Down é executada ao descer na hierarquia da dimensão Tempo (Quadrimestre → Mês).



MODELAGEM DIMENSIONAL

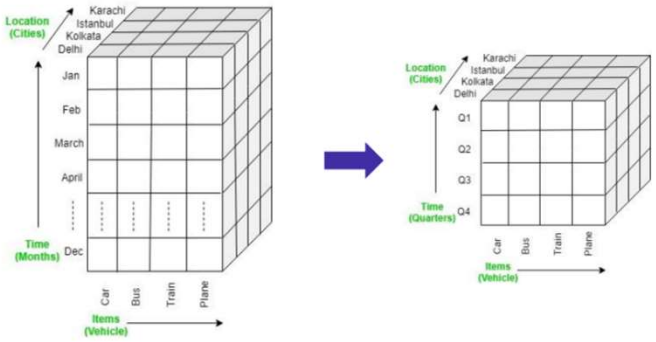
Operação Roll Up

A operação de Roll Up permite a navegação entre os níveis de dados que vão desde o mais detalhado até o mais sumarizado.

Vai reduzir o nível de detalhes, subindo na hierarquia das dimensões e aumentando a granularidade.

MODELAGEM DIMENSIONAL

No cubo abaixo, a operação de Roll Up – também chamada Drill Up – é executada ao subir na hierarquia da dimensão Tempo (Mês → Quadrimestre).



MODELAGEM DIMENSIONAL

Operação Drill-Across

A Operação Drill-Across permite ao usuário pular um nível intermediário dentro de uma mesma dimensão.

Exemplo: sendo a dimensão localização composta por bairro, cidade, estado e país, e o usuário pular de bairro para país.

Por outro lado, Kimball utiliza outra definição totalmente diferente que afirma que esta operação serve realizar consultas que envolvem mais de uma tabela fato.

MODELAGEM DIMENSIONAL

Operação Drill-Through

A Operação Drill-Through permite atravessar de uma informação contida em uma dimensão para uma informação contida em outra dimensão.

Exemplo: sendo uma dimensão tempo e outra localização, seria atravessar de mês para cidade.

MODELAGEM DIMENSIONAL

Uma outra conceituação afirma que essa operação permite que o usuário exiba, em tempo de consulta, os detalhes dos dados não sumarizados a partir do modelo multidimensional, logo, quando eu parto de um nível superior do modelo dimensional e vou até as tabelas do modelo transacional para acessar dados mais detalhados que foram a origem para os dados do cubo, eu estou utilizando o Drill Through.

MODELAGEM DIMENSIONAL

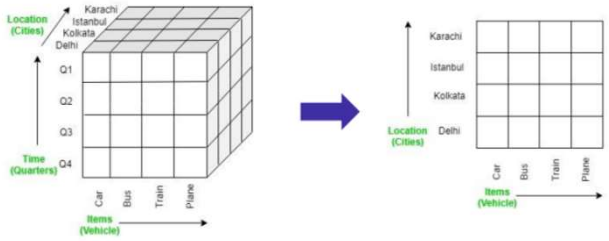
Operação Slice-and-Dice

A Operação Slice permite ao usuário recuperar um subconjunto de uma matriz multidimensional fixando/selecionando o valor de uma de suas dimensões.

É como se fatiássemos um cubo fixando apenas uma dimensão (como uma fatia de bolo) – lembrando slice é fatiar, em inglês.

MODELAGEM DIMENSIONAL

No exemplo abaixo, nós fatiamos o cubo fixando apenas a dimensão Tempo como Q1, de forma que recuperamos um subconjunto de localização e veículos. Vejamos como ficou:

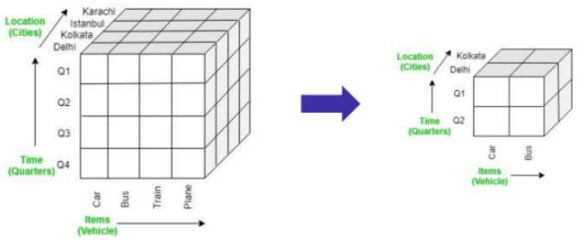


MODELAGEM DIMENSIONAL

Já a Operação Dice permite ao usuário recuperar um subconjunto de uma matriz multidimensional fixando/selecionando valores de mais de uma dimensão. Dice é dado, em inglês – portanto é como se gerássemos um minicubo a partir de um cubo maior.

MODELAGEM DIMENSIONAL

No exemplo abaixo, escolhemos as localizações: Delhi e Kolkata; os períodos: Q1 e Q2; e os veículos: Car e Bus. Muitas vezes, pode ocorrer uma mudança de perspectiva de visão nessa operação!



MODELAGEM DIMENSIONAL

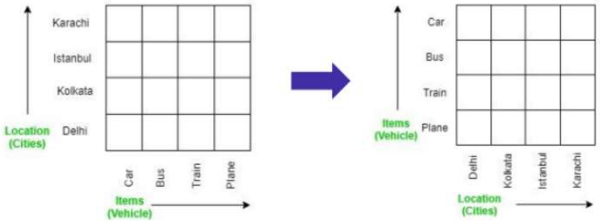
Operação Pivot (Rotação)

Essa operação permite ao usuário realizar uma alteração de uma hierarquia ou orientação dimensional para outra (Ex: inverter as dimensões entre linhas e colunas).

Uma vez que gira a visão atual para obter uma nova visão da representação, é conhecida como pivoteamento ou rotação.

MODELAGEM DIMENSIONAL

No subcubo obtido após a operação de fatia (slice), é possível observar que a execução da operação de pivoteamento nos fornece uma nova visão da mesma fatia.



DATA WAREHOUSE (DW)

Características Essenciais

DATA WAREHOUSE (DW)

- Data Warehouse é orientado por assunto:

Um Data Warehouse é montado por assunto, isto é, ele trata de temas específicos e importantes para o negócio da organização.

- Data Warehouse é não-volátil:

Um Data Warehouse é não-volátil, ou seja, os dados ficam disponíveis apenas para que os usuários realizem consultas e façam relatórios que auxiliem a tomada de decisão por parte dos gestores de uma organização, sendo somente leitura para os usuários finais de um banco de dados.

DATA WAREHOUSE (DW)

- Data Warehouse é integrado:

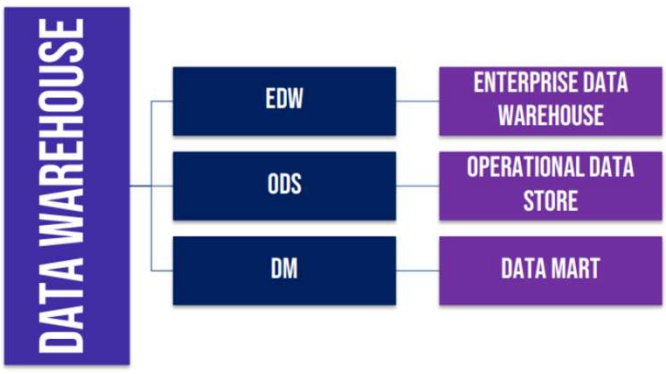
Um Data Warehouse é integrado, ou seja, os dados estão consistentes e uniformes. Para isso, as inconsistências são removidas e os conflitos de informações são consertados antes de serem inseridos ou carregados em um Data Warehouse, o que os torna integrados de múltiplas fontes diferentes de forma consistente, padronizada e uniforme.

DATA WAREHOUSE (DW)

- Data Warehouse é histórico (variável com o tempo):

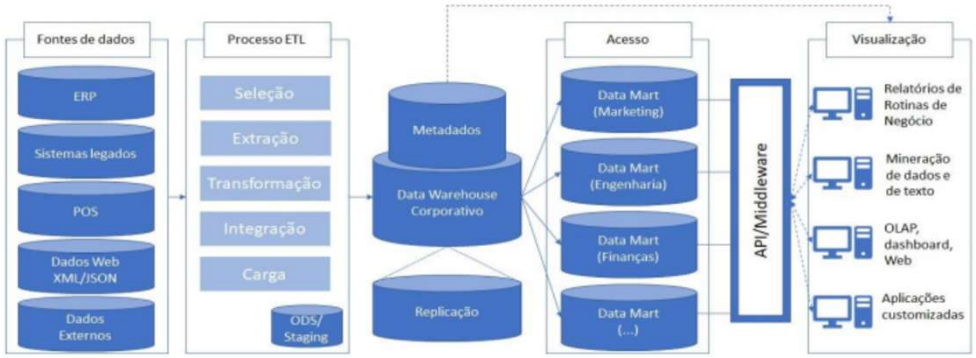
Um Data Warehouse é histórico devido a não modificação dos dados o que permite recuperar dados de três, seis, doze meses ou até mesmo dados mais antigos de um Data Warehouse.

DATA WAREHOUSE (DW)



DATA WAREHOUSE (DW)

Processo de Data Warehouse



DATA WAREHOUSE (DW)

Primeiro temos os Data Sources que são as fontes de dados que podem ser um ERP (Enterprise Resource Planning, Sistemas Legados, Point of Sale (POS), aplicações web e bancos de dados transacionais.

Depois temos o processo de ETL – Extract, Transform e Load (Extração, Transformação e Carga) que deve ser realizado sobre os dados.

DATA WAREHOUSE (DW)

Em seguida o próprio DW, mas com dois conceitos associados:

Metadados são dados sobre o próprio Enterprise Data Warehouse, por exemplo: estruturas e atributos de tabelas, especificações do modelo de dados, rotinas de acesso, log de extrações, entre outros. Eles auxiliam na criação da visualização dos dados por meio de diversas ferramentas.

Replicação é uma cópia que pode ser realizada do próprio Enterprise Data Warehouse para diversas funcionalidades.

DATA WAREHOUSE (DW)

Na saída, podemos ter a geração de vários Data Marts: Marketing, Engenharia, Finanças, entre outros e os usuários e aplicações utilizam middlewares para acessar Data Marts ou Data Warehouses e não os dados diretamente.

BIG DATA – PREMISSAS

Podemos afirmar que a definição de Big Data pode ser quebrada em cinco dimensões, quais sejam: Volume, Velocidade, Variedade, Veracidade e Valor.

BIG DATA –ANALYTICS

Big Data Analytics é o estudo e interpretação de grandes quantidades de dados armazenados com a finalidade de extrair padrões de comportamento utilizando uma combinação de sistemas de softwares matemáticos de alta tecnologia que juntos são capazes de tratar dados estruturados e não-estruturados, analisá-los e extrair um significado de alto valor para organizações auxiliando empresas privadas ou administradores de órgãos públicos a entender seus usuários, perceber novas oportunidades, melhorar na prestação de serviços e mitigar possíveis fraudes.

BIG DATA –ANALYTICS

TIPO DE ANÁLISE	QUESTÃO?	DESCRIÇÃO
ANÁLISE DESCRITIVA	O QUE ACONTECEU?	Em vez de se focar no futuro, busca fazer uma fotografia do presente, para que decisões de cunho imediato possam ser tomadas com segurança. Ela trabalha com histórico de dados, cruzando informações com o objetivo de gerar um panorama claro e preciso dos temas relevantes para a empresa no presente momento. Exemplo: por meio do cruzamento de dados, conclui-se que determinada pessoa atualmente é identificada como má pagadora.
ANÁLISE DIAGNÓSTICA	POR QUE ACONTECEU?	O foco está na relação de causas e consequências percebidas ao longo do tempo, dentro de um determinado tema. Assim, a análise diagnóstica funciona baseada na coleta de dados relacionados a um determinado assunto, cruzando informações com o objetivo de entender quais fatores influenciaram o resultado atual. Exemplo: determinada pessoa nunca havia sido identificada como má pagadora – somente é agora porque ficou viúva recentemente.
ANÁLISE PREDITIVA	O QUE IRÁ ACONTECER?	Este tipo de análise é o mais indicado para quem precisa prever algum tipo de comportamento ou resultado. Esta técnica busca analisar dados relevantes ao longo do tempo, buscando padrões comportamentais e suas variações de acordo com cada contexto, a fim de prever como será o comportamento de seu público ou mercado no futuro, dadas as condições atuais. Exemplo: quanto estará o valor do dólar no ano que vem?
ANÁLISE PRESCRITIVA	O QUE DEVO FAZER?	Segue um modelo similar à Análise Preditiva, no entanto com objetivos ligeiramente diferentes. Em vez de tentar prever um determinado acontecimento, esta análise busca prever as consequências deste acontecimento. Exemplo: dado um aumento do valor do dólar no ano que vem, como isso poderá afetar as importações de matéria prima, consequentemente, o faturamento das vendas de determinada empresa.

BIG DATA – MODELOS DE DISTRIBUIÇÃO E ENTREGA DE SERVIÇOS

Antes de falar dos modelos de distribuição e dos modelos de entrega de serviços de computação em nuvem, vamos ver algumas características importantes:

CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO
ESCALABILIDADE	A escalabilidade em relação ao hardware refere-se à capacidade de ir de pequenas a grandes quantidades de poder de processamento com a mesma arquitetura. Com relação ao software, refere-se à consistência do desempenho por unidade de potência à medida que os recursos de hardware aumentam. A nuvem pode ser dimensionada para grandes volumes de dados. A computação distribuída, parte integrante do modelo de nuvem, realmente funciona em um plano de "dividir para conquistar". IOGO, se você tiver grandes volumes de dados, eles podem ser particionados em servidores em nuvem. Uma característica importante do IaaS é que ele pode escalar dinamicamente. Isso significa que, se você precisar de mais recursos do que o esperado, poderá obtê-los. Isso está relacionado ao conceito de elasticidade.

BIG DATA – MODELOS DE DISTRIBUIÇÃO E ENTREGA DE SERVIÇOS

ELASTICIDADE	A elasticidade refere-se à capacidade de expandir ou reduzir a demanda de recursos de computação em tempo real, com base na necessidade. Um dos benefícios da nuvem é que os clientes têm o potencial de acessar o máximo de serviços de que precisam, quando precisam. Isso pode ser útil para projetos de big data em que você pode precisar expandir a quantidade de recursos de computação necessários para lidar com o volume e a velocidade dos dados. É claro que essa mesma característica da nuvem que a torna atraente para os usuários finais significa que o provedor de serviços precisa projetar uma arquitetura de plataforma otimizada para esse tipo de serviço.
POOL DE RECURSOS	As arquiteturas de nuvem permitem a criação eficiente de grupos de recursos compartilhados que tornam a nuvem economicamente viável.
AUTOATENDIMENTO	Com o autoatendimento, o usuário de um recurso de nuvem pode usar um navegador ou uma interface de portal para adquirir os recursos necessários, digamos, para executar um grande modelo preditivo. Isso é muito diferente de como você pode obter recursos de um data center, onde teria que solicitar os recursos das operações de tecnologia da informação.

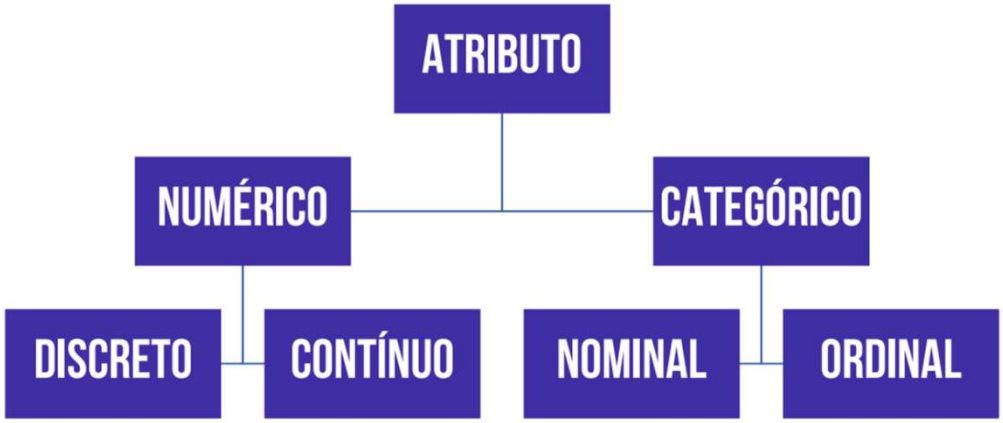
BIG DATA – MODELOS DE DISTRIBUIÇÃO E ENTREGA DE SERVIÇOS

CUSTOS INICIAIS GERALMENTE BAIXOS	Se você usa um provedor de nuvem, os custos iniciais geralmente podem ser reduzidos porque você não está comprando grandes quantidades de hardware ou alugando um novo espaço para lidar com seu Big Data. Aproveitando as economias de escala associadas aos ambientes de nuvem, a nuvem pode parecer atraente. Obviamente, você precisará fazer seu próprio cálculo para avaliar se está interessado em uma nuvem pública, privada, híbrida ou sem nuvem.
PAGAMENTO CONFORME USO	Uma opção de cobrança típica para um provedor de nuvem é o pagamento conforme o uso, o que significa que você é cobrado pelos recursos usados com base no preço da instância. Isso pode ser útil se você não tiver certeza de quais recursos precisa para seu projeto de Big Data.
TOLERÂNCIA A FALHAS	Os provedores de serviços em nuvem devem ter tolerância a falhas incorporada em sua arquitetura, fornecendo serviços ininterruptos, apesar da falha de um ou mais componentes do sistema.

Informática
Profa: Emannuelle Gouveia
@Emannuelle Gouveia

MINERAÇÃO DE DADOS

Quanto ao valor



MINERAÇÃO DE DADOS

TIPOS DE ATRIBUTOS	DESCRIÇÃO
ATRIBUTO NUMÉRICO	Também chamado de atributo quantitativo, é aquele que pode ser medido em uma escala quantitativa, ou seja, apresenta valores numéricos que fazem sentido.
DISCRETO	Os valores representam um conjunto finito ou enumerável de números, e que resultam de uma contagem (Ex: número de filhos, número de bactérias por amostra, número de logins em uma página web, entre outros).
CONTÍNUO	Os valores pertencem a um intervalo de números reais e representam uma mensuração (Ex: altura de uma pessoa, peso de uma marmita, salário de um servidor público, entre outros).

MINERAÇÃO DE DADOS

TIPOS DE ATRIBUTOS	DESCRIÇÃO
ATRIBUTO CATEGÓRICO	Também chamado de atributo qualitativo, é aquele que pode assumir valores categóricos, isto é, representam uma classificação.
NOMINAL	São aquelas em que não existe uma ordenação própria entre as categorias (Ex: sexo, cor dos olhos, fumante/não fumante, país de origem, profissão, religião, raça, time de futebol, entre outros).
ORDINAL	São aquelas em que existe uma ordenação própria entre as categorias (Ex: Escolaridade (1º, 2º, 3º Graus), Estágio de Doença (Inicial, Intermediário, Terminal), Classe Social (Classe Baixa, Classe Média, Classe Alta), entre outros)

MINERAÇÃO DE DADOS

Principais Objetivos Da Mineração de Dados

PiCO

PREVISÃO IDENTIFICAÇÃO CLASSIFICAÇÃO OTIMIZAÇÃO

MINERAÇÃO DE DADOS

OBJETIVO	DESCRIÇÃO
PREVISÃO	A mineração de dados pode mostrar como certos atributos dos dados se comportarão no futuro. Um de seus objetivos é prever comportamentos futuros baseado em comportamentos passados. Exemplo: análise de transações de compras passadas para prever o que os consumidores comprarão futuramente sob certos descontos, quanto volume de vendas uma loja gerará em determinado período e se a exclusão de uma linha de produtos gerará mais lucros. Em tais aplicações, a lógica de negócios é usada junto com a mineração de dados. Em um contexto científico, certos padrões de onda sísmica podem prever um terremoto com alta probabilidade.
IDENTIFICAÇÃO	Padrões de dados podem ser usados para identificar a existência de um item, um evento ou uma atividade. Por exemplo: intrusos tentando quebrar um sistema podem ser identificados pelos programas por eles executados, arquivos por eles acessados ou pelo tempo de CPU por sessão aberta. Em aplicações biológicas, a existência de um gene pode ser identificada por sequências específicas de nucleotídeos em uma cadeia de DNA. A área conhecida como autenticação é uma forma de identificação. Ela confirma se um usuário é realmente um usuário específico ou de uma classe autorizada, e envolve uma comparação de parâmetros, imagens ou sinais contra um banco de dados.

MINERAÇÃO DE DADOS

CLASSIFICAÇÃO	A mineração de dados pode particionar os dados de modo que diferentes classes ou categorias possam ser identificadas com base em combinações de parâmetros. Por exemplo: os clientes em um supermercado podem ser categorizados em compradores que buscam desconto, compradores com pressa, compradores regulares leais, compradores ligados a marcas conhecidas e compradores eventuais. Essa classificação pode ser usada em diferentes análises de transações de compra de cliente como uma atividade pós-mineração. Às vezes, a classificação baseada em conhecimento de domínio comum é utilizada como uma entrada para decompor o problema de mineração e torná-lo mais simples (Ex: alimentos saudáveis, alimentos de festa ou alimentos de lanche escolar são categorias distintas nos negócios do supermercado. Faz sentido analisar o relacionamento dentro e entre categorias como problemas separados). Essa categorização pode servir para codificar os dados corretamente antes de submetê-los a mais mineração de dados.
OTIMIZAÇÃO	Um objetivo relevante da mineração de dados pode ser otimizar o uso de recursos limitados, como tempo, espaço, dinheiro ou materiais e maximizar variáveis de saída como vendas ou lucros sob determinado conjunto de restrições. Como tal, esse objetivo da mineração de dados é semelhante à função objetiva, usada em problemas de pesquisa operacional, que lida com otimização sob restrições.

MINERAÇÃO DE DADOS

A mineração de dados utiliza fortemente duas tecnologias:

Aprendizado de Máquina: Machine Learning é a área da inteligência artificial que busca desenvolver técnicas computacionais sobre aprendizado assim como a construção de sistemas capazes de adquirir conhecimento de forma autônoma que tome decisões baseado em experiências acumuladas por meio da solução bem-sucedida de problemas anteriores. Trata-se de uma ferramenta poderosa para a aquisição automática de conhecimento por meio da imitação do comportamento de aprendizagem humano com foco em aprender a reconhecer padrões complexos e tomar decisões.

MINERAÇÃO DE DADOS

Mineração de Texto (Text Mining): é um meio para encontrar padrões interessantes/úteis em um contexto de informações textuais não estruturadas, combinado com alguma tecnologia de extração e de recuperação da informação, processo de linguagem natural e de sumarização ou indexação de documentos.

As tecnologias de aprendizado de máquina são usadas para extrair informações ocultas ou abstratas de um pedaço de texto utilizando um computador.

O resultado é inovador porque descobrimos tendências e opiniões inexploradas que têm implicações inacreditáveis em diversos campos do conhecimento.

MINERAÇÃO DE DADOS - Técnicas e Tarefas

Conforme é apresentado na imagem a seguir, podemos dividi-las em duas categorias: Preditivas e Descritivas.

MINERAÇÃO DE DADOS - Técnicas e Tarefas

Técnicas Preditivas buscam prever os valores dos dados usando resultados conhecidos coletados de diferentes conjuntos de dados, isto é, busca-se prever o futuro com base dos dados passados.

Técnicas Descritivas buscam descrever relacionamentos entre variáveis e resumir grandes quantidades de dados. Eles usam técnicas estatísticas para encontrar relações entre variáveis, como correlações e associações.

MACHINE LEARNING

APRENDIZADO SUPERVISIONADO

TRATA-SE DA ABORDAGEM QUE BUSCA ENCONTRAR UM CONJUNTO DE REGRAS OU FUNÇÕES (TAMBÉM CHAMADAS DE MODELO) A PARTIR DOS DADOS DE TREINAMENTO QUE POSSAM SER UTILIZADAS PARA PREVER UM RÓTULO OU VALOR QUE CARACTERIZE UM NOVO EXEMPLO, COM BASE NOS VALORES DE SEUS ATRIBUTOS DE ENTRADA. O TERMO SUPERVISIONADO VEM DA PRESENÇA DE UM SUPERVISOR EXTERNO, QUE CONHECE A SAÍDA (RÓTULO) DESEJADA PARA CADA EXEMPLO. COM ISSO, ELE PODE AVALIAR A CAPACIDADE DO ALGORITMO DE PREDIZER O VALOR DE SAÍDA PARA NOVOS EXEMPLOS.

MACHINE LEARNING

Vale salientar que os problemas de aprendizado supervisionado geralmente tratam de uma variável quantitativa ou qualitativa.

Se os rótulos se referem a um conjunto infinito de valores numéricos contínuos a tarefa se chama regressão (Ex: > 100,00 ou < 100,00) e se os rótulos se referem a um conjunto finito e não ordenado de valores categóricos a tarefa se chama classificação (Ex: Alto ou Baixo).

MACHINE LEARNING

APRENDIZADO NÃO-SUPERVISIONADO

TRATA-SE DA ABORDAGEM EM QUE O ALGORITMO BUSCA ENCONTRAR UM PADRÃO SUBJACENTE NOS DADOS SEM A UTILIZAÇÃO DE UM SUPERVISOR EXTERNO PARA ATRIBUIR RÓTULOS OU CATEGORIAS PRÉ-DEFINIDAS PARA AS AMOSTRAS DE TREINAMENTO. OS ALGORITMOS SÃO FORMULADOS DE FORMA QUE POSSAM ENCONTRAR PADRÕES AUTONOMAMENTE COM O INTUITO DE EXPLORAR DADOS DESCONHECIDOS E ENCONTRAR ESTRUTURAS INTERESSANTES OU OCULTAS NOS DADOS QUE NÃO ERAM VISÍVEIS ANTERIORMENTE PARA OS CIENTISTAS DE DADOS.

MACHINE LEARNING

Sendo assim, o algoritmo identifica as semelhanças nos dados apresentados e reage com base na presença ou ausência dessas tais semelhanças. Essa abordagem, que também é chamada de tarefa de descrição, permite que o algoritmo aprenda a categorizar dados autonomamente.

Observe que agora a ideia não é prever nada e, sim, organizar os dados de alguma forma ou descrever sua estrutura.

Existem dois grandes sub-grupos de aprendizado não-supervisionado: Agrupamentos (Clustering) e Regras de Associação (Association Rules).

MACHINE LEARNING

As regras de associação são um tipo de aprendizado não-supervisionado que permite estabelecer regras capazes de verificar como determinados elementos em um conjunto estão intimamente associados, isto é, se a presença de um elemento implica a presença de outro dentro em uma mesma transação.

Os principais modelos são: Apriori e PCA (Principal Component Analysis).

Ex: arrumação de um supermercado.

MACHINE LEARNING

O agrupamento é um tipo de aprendizado não-supervisionado em que se busca encontrar padrões em um conjunto de dados e agrupá-los em subconjuntos que, ao comparar dados de um mesmo grupo, sejam o máximo possível homogêneos/semelhantes e, ao comparar dados de grupos diferentes, sejam o máximo possível heterogêneos/diferentes.

Os principais modelos são: k-Means e Agrupamento Hierárquico.

MACHINE LEARNING

Aprendizado Semi-Supervisionado: trata-se de um meio termo entre o aprendizado supervisionado e o não-supervisionado.

Nesse caso, utilizamos dados rotulados e não-rotulados para o treinamento.

Em geral, utiliza-se uma pequena quantidade de dados rotulados e uma grande quantidade de dados não-rotulados, visto que dados não rotulados são mais baratos e são obtidos com menos esforço.

Ela pode ser aplicada para o agrupamento, regras de associação, classificação ou regressão.

MACHINE LEARNING

Aprendizado por Reforço: trata-se de um conjunto de técnicas que utilizam tentativa e erro para descobrir decisões ótimas de como interagir com ambiente ou com outros agentes.

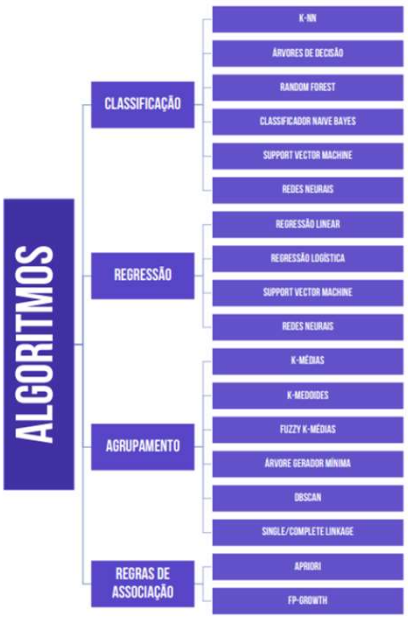
Sua meta é reforçar ou recompensar uma ação considerada positiva e punir uma ação considerada negativa.

Ex: robôs aspiradores.

MINERAÇÃO DE DADOS

As técnicas de Classificação e Regressão são consideradas de aprendizado supervisionado; já as técnicas de Associação, Agrupamento são de aprendizado não-supervisionado.

MINERAÇÃO DE DADOS - Técnicas e Tarefas



MINERAÇÃO DE DADOS - Detecção de Anomalia

A detecção de anomalia também é uma tarefa de mineração, porém pode ser utilizada em conjunto com as outras.

O padrão é que ela funcione com algoritmos de **aprendizado não supervisionados**, mas ela também pode funcionar com **algoritmos de aprendizado supervisionados.**

A anomalia, em nosso contexto, é aquele famoso ponto "fora da curva", também conhecido em inglês como outlier.

Sua existência pode gerar erros nos resultados obtidos por meio de algoritmos e sistemas de análise.

19. Sistemas de gestão de segurança da informação.
20. Noções de Criptografia, Assinatura Digital, Certificação Digital e Autenticação.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Objetivos /Princípios

Confidencialidade
Integridade
Disponibilidade
Autenticidade
Não repúdio

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Técnicas de Segurança

Criptografia
Certificado Digital
Assinatura Digital

QUESTÕES

Profª. Emannuelle Gouveia

Estratégia Concursos

1) FGV - 2024 - Técnico de Nível Superior (TJ MS)
Os principais sistemas de informação de uma organização armazenam seus dados transacionais em bancos de dados relacionais que são estruturados em tabelas que se relacionam entre si por meio da implementação de:

A) chaves;
B) índices;
C) matrizes;
D) métricas;
E) nós e arestas.

2) FGV - 2023 - Fiscal de Rendas (Rio de Janeiro)
Em bancos de dados relacionais, os relacionamentos entre entidades identificadas na modelagem de dados são explicitados no SQL por meio de:

A) Cláusulas Check;
B) Cláusulas Unique;
C) Foreign keys;
D) Primary keys;
E) Views.

3) FGV - 2023 - Técnico (BBTS) Em projetos de banco de dados, os modelos conceituais são elaborados para descrever, necessariamente,

A) os aspectos de software e de hardware que serão utilizados para armazenamento de dados.
B) as chaves de acesso, os controles de chaves duplicadas e a integridade referencial.
C) a visão geral dos principais dados e suas relações, independentemente das restrições de implementação.
D) as entidades, os relacionamentos, os índices e o sistema gerenciador de banco de dados escolhido.
E) as necessidades e as preocupações para normalização das estruturas de dados.

4) FGV - 2024 - Auditor Tributário Municipal (Pref SJC)/Gestão Tributária

Com relação à linguagem SQL e seus operadores, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

( ) O operador LIKE é usado em uma cláusula WHERE para procurar um padrão especificado em uma coluna. Existem dois curingas frequentemente usados em conjunto com este operador; o sinal de % representa zero, um ou vários caracteres, já o sinal de - representa um único caractere.

( ) O operador IN permite especificar vários valores em uma cláusula WHERE. Ele é uma abreviação para múltiplas condições OR e AND sequenciais. Ao usar a palavra-chave NOT na frente do operador IN, haverá o retorno todos os registros que não são nenhum dos valores de uma lista.

( ) A palavra-chave RIGHT JOIN retorna todos os registros da tabela à direita em uma junção e os registros correspondentes da tabela à esquerda em uma junção. O resultado é zero registro do lado esquerdo, se não houver correspondência.

As afirmativas são, respectivamente,

A) F – V – V.
B) F – F – V.
C) V – V – F.
D) V – F – V.
E) F – F – F.

05) FGV - 2024 - Analista Legislativo (CM Fortaleza)

No contexto das linguagens de manipulação de dados, relacione as linguagens com seus respectivos comandos:

1. DDL
2. DML
3. DQL
4. DTL
5. DCL

( ) GRANT
( ) TRANSACTION
( ) SELECT
( ) INSERT
( ) DROP

Assinale a opção que indica a relação correta na ordem apresentada.

A) 1 – 2 – 3 – 4 – 5.
B) 2 – 1 – 5 – 3 – 4.
C) 3 – 4 – 1 – 5 – 2.
D) 4 – 3 – 2 – 1 – 5.
E) 5 – 4 – 3 – 2 – 1.

6) FGV - 2024 - Analista Judiciário (TJ AP)/Apoio Especializado/Tecnologia da Informação Banco de Dados

Em um ambiente de Data Warehouse, a operação OLAP que fatia o cubo de dados, gerando um subcubo, é:

A) dice;
B) roll-up;
C) drill-across;
D) drill-down;
E) rotate.

7) FGV - 2024 - Auditor Tributário Municipal (Pref SJC)/Gestão Tributária

Relacione as características de um data warehouse listadas a seguir com suas descrições, conforme estabelecido por William Inmon.

1. Orientados a Assunto.
2. Integração.
3. Não Volátil.
4. Variante no Tempo.

( ) O foco de um data warehouse na mudança ao longo do tempo é essencial para descobrir tendências e identificar padrões e relacionamentos ocultos nos negócios, para isso os analistas precisam de grandes quantidades de dados. Isso contrasta muito com o processamento de transações on-line onde os requisitos de desempenho exigem que os dados históricos sejam movidos para arquivos.

( ) Os data warehouses devem colocar dados de fontes diferentes em um formato consistente. Eles devem resolver problemas como nomear conflitos e inconsistências entre unidades de medida.
( ) Significa que, uma vez inseridos no data warehouse, os dados não devem mudar. Essa característica é lógica porque o propósito de um data warehouse é permitir que um analista analise o que ocorreu no passado.
( ) Os data warehouses são projetados para ajudar os profissonais a analisar grandes volumes de dados. Por exemplo, para saber mais sobre os dados de vendas de uma empresa, o analista pode construir um data warehouse que concentre a venda. Usando esse data warehouse, ele poderá responder perguntas como "Quem foi nosso melhor cliente para este item no ano passado?" ou "Quem provavelmente será nosso melhor cliente no próximo ano?"

A relação correta, na ordem dada, é:

A) 1 – 2 – 3 – 4.
B) 2 – 1 – 4 – 3.
C) 4 – 2 – 3 – 1.
D) 3 – 4 – 1 – 2.
E) 2 – 3 – 1 – 4.

08) FGV - 2024 - Analista em Gestão Municipal (Pref SJC)
Com relação ao Data Warehousing e ao Business Intelligence, avalie as afirmativas a seguir e assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

( ) Eles têm como meta construir e manter o ambiente técnico e os processos técnicos e de negócios necessários para fornecer dados integrados em apoio às funções operacionais, requisitos de conformidade e atividades de inteligência de negócios.

( ) Ambos visam apoiar e permitir análises de negócios e tomadas de decisões mais eficazes por parte dos trabalhadores do conhecimento.

( ) O Data Warehousing concentra-se em permitir um contexto de negócios histórico e integrado em dados operacionais, aplicando regras de negócios e mantendo relacionamentos de dados de negócios apropriados. O armazenamento de dados também inclui processos que interagem com repositórios de metadados.

As afirmativas são, respectivamente,

A) F – F – F.
B) F – F – V.
C) F – V – V.
D) V – F – V.
E) V – V – V.

09) FGV - 2024 - Auditor Federal de Finanças e Controle (STN)
Assinale a lista que contém somente técnicas tipicamente aplicadas em operações de data mining.

A) Associação, Agrupamento e Regressão.
B) Carga, Reconhecimento de padrões, e Árvores de Decisão.
C) Extração, Transformação e Carga.
D) Limpeza, Agrupamento e Apresentação.
E) Modelagem dinâmica, Rastreamento, Classificação.

10) FGV - 2024 - Auditor de Controle Interno (Pref BH)
Graças ao avanço tecnológico, a capacidade de armazenamento e produção de dados digitais cresceu de forma exponencial, alcançado níveis que superam significativamente as expectativas da sociedade de alguns anos atrás. Esses conjuntos de dados, que por sua grandeza e complexidade demandam nova técnicas e tecnologias para o seu processamento, são conhecidos como Big Data.
Sobre as características do Big Data, analise os itens a seguir.

I. Veracidade.
II. Valor.
III. Validade.

Está correto o que se afirma em

A) I, apenas.
B) I e II, apenas.
C) II e III, apenas.
D) I, II e III.

OBRIGADA!

Profª. Emannuelle Gouveia
@Emannuellegouveia

Revisão de Véspera ISS Nova Iguaçu

Conhecimentos Específicos - Auditor do Tesouro Municipal

329

Lei Orgânica do Município de Nova Iguaçu-RJ:

Título I, Título II – Capítulo V, Título IV.

Prof. Fábio Ramos

330

Prof. Fábio Ramos

331

Prof. Fábio Ramos

332

1(BANCA FR) Município de Nova Iguaçu integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil e tem como fundamentos, EXCETO:

(A) a cidadania;.

(B) a dignidade da pessoa humana.

(C) os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa.

(D) o pluralismo político.

(E) a soberania.

2. Ao compulsar a Lei Orgânica do Município de Nova Iguaçu - RJ, Monteiro verificou que no Título II que trata da Organização Municipal está disposto: "Nova Iguaçu é dotado de autonomia político-administrativa e financeira", agora analise os próximos dispositivos:

I – Todo o poder emana do povo, que o exerce por meios de representantes eleitos, nos termos da Constituição da República, da Constituição Estadual e desta Lei Orgânica.

II – São objetivos fundamentais dos cidadãos do Município e de seus representantes, dentre outros: garantir o desenvolvimento local, regional e nacional;

III - Os direitos e deveres individuais e coletivos, na forma prevista na Constituição da República, integram esta Lei Orgânica e devem ser afixados em todas as repartições públicas do Município, nas escolas, nos hospitais ou em qualquer local de acesso público, para que todos possam, permanentemente, tomar ciência, exigir o seu cumprimento por parte das autoridades.

Assinale qual alternativa não está de acordo com a lei Orgânica de Nova Iguaçu:

(A) Somente I.
(B) Somente II.
(C) Somente III.
(D) Somente I e II.
(E) Somente II e III.

Prof. Fábio Ramos

3. Segundo a Lei Orgânica de Nova Iguaçu, compete ao Município instituir Impostos:
(A) propriedade predial e territorial urbana, a qualquer título por ato oneroso, por natureza ou concessão física, e de direitos reais sobre imóveis e os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.
(B) vendas no atacado e a varejo de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto óleo diesel.
(C) serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado, definidos na lei complementar prevista no art. 156, IV, da Constituição da República e excluídos de sua incidência as exportações de serviços para o exterior.
(D) O imposto sobre propriedade predial e territorial urbana deverá ser progressivo, nos termos da lei, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.
(E) O imposto sobre transmissão intervivos incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvos e, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis, ou arrendamento mercantil.

Prof. Fábio Ramos

Prof. Fábio Ramos

4. Tibério, ex-combatente e morador de Nova Iguaçu há anos, sempre fiel com suas contas ficou em dúvida quando lhe foi cobrada a taxa referente ao IPTU de 2024. Tibério foi consultar a lei orgânica e chegou a correta conclusão que:

A. Ficaria isento independente de qualquer situação.

B. Ficaria isento apenas ao domicilio de domicilio.

C. Ficaria isento do imposto em todos os imóveis que possuir na circunscrição de Nova Iguaçu.

D. Não ficaria isento do imposto.

Prof. Fábio Ramos

5. A luz da Lei Orgânica do Município de Nova Iguaçu A Lei orçamentária compreenderá:
I – o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta;
II – o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ele vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos instituídos pelo Poder Público.
Assinale qual alternativa está de acordo com a lei Orgânica de Nova Iguaçu:
(A) Somente I.
(B) Somente II.
(C) Somente III.
(D) Somente I , II e III.
(E) Somente II e III.

343

SONHOS DETERMINAM O QUE VOCÊ QUER.
AÇÃO DETERMINA O QUE VOCÊ CONQUISTA

DIREITO CONSTITUCIONAL

@proffabioramos

@proffabioramos

Prof. Fabio Ramos - Master Coach

344

OBRIGADO!

Prof. Fábio Ramos

345

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ESPECÍFICA

Prof. Rafael Henze

346

FGV - 2023 - Analista Tributário da Receita Federal do Brasil/Geral

Na ilha de Fernando de Noronha (atualmente no território do Estado de Pernambuco), a União resolveu realizar obras de pavimentação de vias para facilitar o acesso entre as moradias da ilha. Por essa razão, resolveu custear parte da obra pública pela criação de uma contribuição de melhoria a ser cobrada dos proprietários de imóveis beneficiados com valorização imobiliária por força das obras. Para tanto, foi publicada lei federal contendo diversos requisitos mínimos previstos pelo Código Tributário Nacional (CTN) para a instituição de tal exação.

As opções a seguir apresentam requisitos exigidos pelo CTN que devem constar da lei instituidora da contribuição de melhoria, à exceção de uma. Assinale-a.

A Memorial descritivo do projeto.

B Delimitação da zona beneficiada.

C Convênio entre a União, instituidora do tributo, e o ente federado em cujo território a obra será realizada.

D Orçamento do custo da obra.

E Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

Art. 82. A lei relativa à contribuição de melhoria observará os seguintes requisitos mínimos:

I - publicação prévia dos seguintes elementos:

a) memorial descritivo do projeto; (Letra A - ERRADA)

b) orçamento do custo da obra; (Letra D - ERRADA)

c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

d) delimitação da zona beneficiada; (Letra B - ERRADA)

e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas; (Letra E - ERRADA)

II - fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior;

III - regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.

Art. 337. A CM - Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas municipais.

§ 1º Considera-se ocorrido o fato gerador da CM - Contribuição de Melhoria na data da publicação do EDECOM - Edital Demonstrativo do Custo da Obra de Melhoramento.

§ 3º O disposto neste art. 338 aplica-se, também, aos casos de cobrança de CM - Contribuição de Melhoria por obras públicas municipais em execução, constantes de projetos ainda não concluídos.

Art. 353-A. A Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP, instituída pela Lei nº 3.453, de 27 de dezembro de 2002, tem como fato gerador o fornecimento efetivo ou potencial do serviço de iluminação pública nas vias e logradouros públicos do Município de Nova Iguaçu.

Parágrafo único. O custeio previsto no caput deste artigo compreende a iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, bem como a administração, a instalação, a operação, a manutenção, o melhoramento e a expansão da rede de iluminação pública, além de outras atividades a estas relacionadas.

Art. 353-B. Contribuinte da COSIP é aquele que, no primeiro dia de cada exercício financeiro, seja o proprietário, o titular do domínio útil, o beneficiário, ou o possuidor, a qualquer título, com ou sem animus domini, de unidade imobiliária, edificada ou não, situada no Município de Nova Iguaçu, que se beneficie ou que possa vir a se beneficiar, direta ou indiretamente, do serviço de iluminação pública.

§ 1º Considera-se unidade imobiliária, para cobrança da COSIP, cada unidade autônoma de consumo real ou potencial de energia, seja ela residencial, comercial ou industrial, tais como casas, apartamentos, salas, lojas, sobrelojas, boxes, terrenos, ou qualquer outro tipo de estabelecimento ou divisão em prédio, qualquer que seja sua natureza ou destinação.

§ 2º A responsabilidade pelo pagamento da COSIP sub-roga-se na pessoa do adquirente ou sucessor a qualquer título das unidades imobiliárias a que se refere o § 1º

Art. 353-H. Fica atribuída responsabilidade tributária à empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica para arrecadação da COSIP junto a seus consumidores, que deverá ser lançada para pagamento juntamente na fatura mensal de consumo de energia elétrica, sendo o valor integral do tributo depositado na conta do Tesouro Municipal especialmente designada para este fim, ficando vedado qualquer pagamento por parte da Administração Pública por serviços prestados pelo recolhimento da Contribuição, e tornando sem efeito qualquer contrato realizado, sem prejuízos por quaisquer penalidades contratuais.

§ 1º A falta de repasse ou o repasse a menor da Contribuição pelo responsável tributário, nos prazos previstos em regulamento, e desde que não iniciado o procedimento fiscal, implicará:

I - a incidência de multa moratória, calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor da Contribuição, até o limite de 20% (vinte por cento);

II - a atualização monetária do débito, na forma e pelo índice estabelecido pela legislação municipal aplicável.

§ 2º Os acréscimos a que se refere o § 1º deste artigo serão calculados a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o repasse da Contribuição até o dia em que ocorrer o efetivo repasse.

§ 3º A Concessionária deverá manter cadastro atualizado dos contribuintes que deixaram de efetuar o recolhimento da Contribuição, fornecendo os dados constantes naquele cadastro para a Secretaria Municipal de Economia e Finanças arcar com a devida cobrança.

§ 4º A Concessionária fornecerá bimestralmente ao Município, por intermédio da Procuradoria-Geral do Município, os dados atualizados do cadastro de contribuintes que recolhem a Contribuição, devendo constar o nome, endereço, telefone e endereço eletrônico (e-mail), número do cadastro de pessoa física (CPF) ou de pessoa jurídica (CNPJ), constantes de seu cadastro, sob pena de multa de 200 UFINIGs.

FGV - 2023 - Juiz Estadual (TJ PR)

A empresa X, sediada em Ponta Grossa, foi contratada pela Prefeitura de Paranaguá para a conservação de vias e logradouros públicos e também para corte e poda de árvores. Quanto a apenas este contrato, o imposto que irá incidir e o(s) ente(s) federativo(s) para o(s) qual(is) será(serão) devido(s), respectivamente, são:
A Imposto de Serviços de Qualquer Natureza para Ponta Grossa em relação ao corte e poda de árvores, e para Paranaguá, quanto à conservação de vias e logradouros públicos;
B Imposto de Serviços de Qualquer Natureza para Ponta Grossa em relação ao corte e poda de árvores e à conservação de vias e logradouros públicos;
C Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços para o Estado do Paraná;
D Imposto de Serviços de Qualquer Natureza para Paranaguá em relação ao corte e poda de árvores e à conservação de vias e logradouros públicos;
E Imposto de Serviços de Qualquer Natureza para Paranaguá em relação ao corte e poda de árvores, e para Ponta Grossa, quanto à conservação de vias e logradouros públicos.

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;
VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

FGV - 2023 - Analista Legislativo (CAM DEP)/Contador
Uma sociedade empresária nacional, com sede no Município Alfa, Estado Beta, que disponibiliza conteúdo nacional de áudio por meio da Internet (streaming), sem cessão definitiva, está em dúvida sobre o imposto que deve recolher sobre sua atividade principal e a favor de qual ente federado.
Diante desse cenário, a empresa deverá recolher
A ICMS, em favor do Estado Beta, onde se situa sua sede.
B ICMS, em favor dos Estados onde se localizam seus consumidores.
C ISS, em favor do Município Alfa, onde se situa sua sede.
D ISS, em favor dos Municípios onde se localizam seus consumidores.
E ICMS, em favor do Estado Beta, devendo este repassar 50% do valor recolhido ao Município Alfa, onde se situa a sede da empresa.

CTM N. Iguaçu 1.09 Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

FGV - 2022 - Nacional Unificado (OAB)/XXXV Exame
A sociedade empresária ABC Ltda. foi criada em janeiro de 2020 e estabelecida no município Alfa. É especializada em recauchutagem de pneus, atividade na qual o cliente entrega os pneus do seu automóvel ao estabelecimento para que esses passem por um complexo processo de recuperação da borracha e de sua forma (raspagem, colagem, vulcanização etc.), transformando o pneu velho e desgastado em um pneu novo para uso do respectivo cliente em seu automóvel.
Antes de iniciar suas atividades, ainda na fase de regularização fiscal, você é chamado(a) para emitir parecer sobre qual imposto incidirá naquela operação.
Diante desse cenário, incidirá
A o Imposto sobre Serviços (ISS), uma vez que a atividade da sociedade empresária é realizada por encomenda do proprietário do automóvel, dono dos pneus.
B o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), uma vez que, na operação descrita, os pneus são considerados mercadorias.
C o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), uma vez que, na operação descrita, há um processo de industrialização na recauchutagem dos pneus, na espécie transformação.
D o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), uma vez que, nessa operação, os pneus são considerados mercadorias, acrescido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), uma vez que há um processo de industrialização na operação.

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.
14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

§ 1º A lista de serviços constante deste artigo, embora taxativa e limitativa na sua verticalidade, comporta interpretação ampla, analógica e extensiva na sua horizontalidade.
§ 2º A interpretação ampla e analógica é aquela que, partindo de um texto de lei, faz incluir situações análogas, ainda que não estejam expressamente referidas, mas apenas completando o alcance do direito já existente.
§ 3º A caracterização do fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza I.S.S.Q.N., bem como a sua incidência, não dependem da denominação dada ao serviço prestado ou da conta utilizada para o registro de sua respectiva receita, mas, tão somente, de sua identificação, simples, ampla, analógica ou extensiva, com os serviços previstos na lista de serviços constante deste artigo.
§ 4º Para fins de enquadramento na lista de serviços constante deste artigo o que vale é a natureza, a alma do serviço prestado, sendo irrelevante o nome dado pelo contribuinte prestador; o que importa é a essência, o espírito do serviço prestado, ainda que o nome dado ao serviço não esteja previsto, expressamente, na lista de serviços constante do artigo 1º desta Lei Complementar.
Art. 50. Ressalvadas as exceções expressas na lista de serviço constante do artigo anterior, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação I.C.M.S., ainda que a sua prestação envolva o fornecimento de mercadorias.

FGV - 2016 - Procurador (Paulínia)
O Município X enviou para os proprietários de imóveis localizados na zona urbana o carnê do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).
Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.
A O lançamento do crédito ocorreu por declaração, e o envio do carnê ao endereço do contribuinte configura a notificação presumida do lançamento do tributo, passível de ser ilidida pelo contribuinte, a quem cabe comprovar seu não recebimento.
B O lançamento do crédito ocorreu de ofício, e o envio do carnê ao endereço do contribuinte configura a notificação presumida do lançamento do tributo, passível de ser ilidida pelo contribuinte, a quem cabe comprovar seu não recebimento.
C O lançamento do crédito ocorreu de ofício, e o envio do carnê ao endereço do contribuinte somente configura a notificação do lançamento do tributo se o Fisco comprovar a remessa e o recebimento do carnê de cobrança no endereço do contribuinte, sob pena de nulidade da CDA.
D O lançamento do crédito ocorreu por declaração, e o envio do carnê ao endereço do contribuinte somente configura a notificação do lançamento do tributo se o Fisco comprovar a remessa e o recebimento do carnê de cobrança no endereço do contribuinte, sob pena de nulidade da CDA.
E O lançamento do crédito ocorreu por homologação, e o envio do carnê ao endereço do contribuinte somente configura a notificação do lançamento do tributo se o Fisco comprovar a remessa e o recebimento do carnê de cobrança no endereço do contribuinte, sob pena de nulidade da CDA.

Súmula nº 397 STJ: O contribuinte de IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço
Art. 25. O imposto será lançado independentemente da regularidade jurídica dos títulos de propriedade, domínio útil ou posse do imóvel, ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas para utilização do imóvel.
Parágrafo único. O lançamento considera-se regularmente notificado ao sujeito passivo com a entrega do aviso, no local a que este se referir, ao contribuinte ou responsável ou ainda à seus prepostos, ou também, quando tenham sido feitas publicações na imprensa oficial dando ciência ao público da emissão das referidas guias de pagamento.

FGV - 2015 - Fiscal de Tributos (Pref Niterói)
Um pequeno empresário cultiva, de forma organizada e comercial, inclusive com empregados, hortaliças para venda, em sua propriedade, que está localizada em área de um Município. A rua onde fica a propriedade consta da definição de lei municipal, tem meio-fio, conta com abastecimento de água e sistema de esgotos sanitários, tendo ainda iluminação pública. De acordo com a hipótese apresentada, sobre a propriedade em questão:
A não haverá incidência de nenhum imposto, por conta de imunidade prevista na Constituição Federal;
B haverá incidência do IPTU, pois a propriedade está inserida em área da zona urbana municipal; contando com quatro dos melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público, indicados no CTN;
C haverá a incidência do ITR, pois o IPTU não incidirá sobre o imóvel urbano que, comprovadamente, seja utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial;
D haverá incidência do IPTU, pois basta a lei municipal estabelecer que determinada área pertence à zona urbana para ensejar a cobrança do imposto municipal;
E haverá a incidência do ITR, pois o imposto federal tem sua receita repartida com o Município.

“Tributário. Imóvel na área urbana. Destinação rural. IPTU. Não incidência. Art. 15 do Dec.-lei 57/1966. Recurso repetitivo. Art. 543-C do CPC.
1. Não incide IPTU, mas ITR, sobre imóvel localizado na área urbana do Município, desde que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial (art. 15 do Dec.-lei 57/1966). 2. Recurso Especial provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Res. 8/2008 do STJ” (STJ, 1.ª Seção, REsp 1.112.646/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 26.08.2009, DJe 28.08.2009).
“Tributário. IPTU. ITR. Fato gerador. Imóvel situado na zona urbana. Localização. Destinação. CTN, art. 32. Dec.-lei 57/1966. Vigência.
1. Ao ser promulgado, o Código Tributário Nacional valeu-se do critério topográfico para delimitar o fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR): se o imóvel estivesse situado na zona urbana, incidiria o IPTU; se na zona rural, incidiria o ITR.
2. Antes mesmo da entrada em vigor do CTN, o Dec.-lei 57/1966 alterou esse critério, estabelecendo estarem sujeitos à incidência do ITR os imóveis situados na zona rural quando utilizados em exploração vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.
3. A jurisprudência reconheceu validade ao Dec.-lei 57/1966, o qual, assim como o CTN, passou a ter o status de lei complementar em face da superveniente Constituição de 1967. Assim, o critério topográfico previsto no art. 32 do CTN deve ser analisado em face do comando do art. 15 do Dec.-lei 57/1966, de modo que não incide o IPTU quando o imóvel situado na zona urbana receber quaisquer das destinações previstas nesse diploma legal.
4. Recurso especial provido” (STJ, 1.ª T., REsp 492.869/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, j. 15.02.2005, DJ 07.03.2005)
Esse entendimento foi consolidado no tema repetitivo nº 174 em que ficou fixada a seguinte tese:
Não incide IPTU, mas ITR, sobre imóvel localizado na área urbana do Município, desde que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial (art. 15 do DL 57/1966).

Art. 8º O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, localizado na Zona Urbana do Município.
§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:
I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
II - abastecimento de água;
III - sistema de esgotos sanitários;
IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.
§ 2º A Lei Municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do § 1º deste art. 8º.
§ 3º As disposições desta Lei são extensivas aos imóveis, localizados fora da zona urbana que, em face de sua destinação ou área, sejam considerados urbanos para efeito de tributação.
§ 4º Ao Poder Executivo compete fixar através de lei específica, a delimitação da zona urbana do Município, que vigorará, para efeitos deste imposto, a partir do exercício seguinte ao da sua fixação.

FGV - 2012 - Consultor Legislativo (SEN)/Assessoramento Legislativo/Direito Tributário e Direito Financeiro
Em janeiro de 2009 a Fazenda Pública do Município Rio Longo lançou o IPTU do imóvel de Jota Silva levando em consideração o padrão de acabamento Px, conforme dados constantes de seu cadastro. Porém, em meados deste mesmo ano, a Administração Fazendária, após verificação in loco, modificou a planta básica do imóvel de Jota Silva, procedendo à alteração do padrão de acabamento de Px para Pxy, o que redundou na revisão do lançamento e expedição de lançamento complementar, para a cobrança das diferenças apuradas, tendo sido regularmente notificado o contribuinte. Neste caso
A a retificação dos dados cadastrais do imóvel, após a constituição do crédito tributário, autoriza a revisão do lançamento, por corresponder a direito subjetivo da Fazenda.
B torna-se possível a retificação dos dados cadastrais do imóvel, reconhecido o erro de fato, mas indevido o lançamento complementar, sob pena de malferir-se o princípio da anterioridade.
C a retificação pode ocorrer, mas deve ser respeitado o princípio da imutabilidade do lançamento, que se perfectibiliza após a notificação feita ao contribuinte para pagamento.
D ocorrido o erro de direito, incabível a cobrança complementar, máximo em virtude da proteção do princípio da confiança, somente podendo ser alterada a base de cálculo, quanto a fatos geradores ocorridos posteriormente à modificação proposta.
E cabível a retificação no enquadramento do padrão do imóvel e expedição de lançamento complementar, desde que não extinto o direito potestativo da Fazenda Pública pelo decurso do prazo decadencial.
)

CTN. Art. 149. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:
VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;
Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.
CTM:
§ 3º Enquanto não prescrito o direito da Fazenda Pública, o lançamento poderá ser revisto, "ex ofício", aplicando-se para a revisão as normas previstas no "Título III - Credito Tributário/Capítulo II - Constituição/ Seção II - Modalidades de Lançamento" desta Lei.
§ 4º O pagamento da obrigação tributária objeto de lançamento anterior será considerado como pagamento parcial do total devido pelo contribuinte, em consequência da revisão de que trata o § 3º deste art. 24.
§ 5º O lançamento complementar resultante da revisão não invalida lançamento anterior.

Art. 685. Antes de extinto o direito da Fazenda Pública Municipal, o lançamento, decorrente ou não de arbitramento, poderá ser efetuado ou revisto de ofício, quando:
I - o contribuinte ou o responsável não houver prestado declaração, ou a mesma apresentar-se inexata, por serem falsos ou errôneos os fatos consignados;
II - tendo prestado declaração, o contribuinte ou o responsável deixar de atender satisfatoriamente, no prazo e formas legais, pedido de esclarecimento formulado pela autoridade competente;
III - por omissão, erro, dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele, tenha se baseado em dados cadastrais ou declarados que sejam falsos ou inexatos;
IV - deva ser apreciado fato não conhecido ou não aprovado por ocasião do lançamento anterior;
V - se comprovar que, no lançamento anterior ocorreu dolo, fraude, simulação ou falta funcional da autoridade que o efetuou ou omissão, pela mesma autoridade de ato ou formalidade essencial;
VI - se verificar a superveniência de fatores ou provas irrecusáveis incidentes sobre os elementos que constituem cada lançamento.

FGV - 2024 - Magistratura (ENAM)/1ª Edição 2024.1
Fabiano constituiu, em favor de terceiros, direitos reais sobre imóveis de sua propriedade, a saber:
I. hipoteca sobre imóvel em garantia de um empréstimo que contraiu;
II. servidão de passagem a título oneroso em favor de seu vizinho Carlos, para que este pudesse ter seu acesso facilitado a uma praia;
III. usufruto por liberalidade, em favor de seu filho Mário, de um imóvel para residência desse filho.
Considerando as hipóteses de incidência do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI) e do Imposto sobre as Transmissões Causa Mortis e Doações (ITCMD), assinale a afirmativa correta.
A Sobre a hipoteca, poderá incidir ITBI; sobre a servidão, não poderá incidir o ITBI; e, sobre o usufruto, poderá incidir o ITCMD.
B Sobre a hipoteca, não poderá incidir ITBI; sobre a servidão, poderá incidir o ITBI; e, sobre o usufruto, poderá incidir o ITCMD.
C Sobre a hipoteca, poderá incidir ITCMD; sobre a servidão, poderá incidir o ITBI; e, sobre o usufruto, não poderá incidir o ITBI.
D Sobre a hipoteca, não poderá incidir ITCMD; sobre a servidão, poderá incidir o ITCMD; e, sobre o usufruto, poderá incidir o ITBI.
E Sobre a hipoteca, poderá incidir ITBI; sobre a servidão, poderá incidir o ITBI; e, sobre o usufruto, poderá incidir o ITBI.

Art. 29. O imposto incide sobre as seguintes mutações patrimoniais:
III - o uso, o usufruto e a habitação;
IV - a dação em pagamento;
V - a permuta de bens imóveis e direitos a eles relativos;
VI - a arrematação e a remição;
VII - o mandato em causa própria e seus substabelecimento, quando estes configurem transação e o instrumento contenha os requisitos essenciais à compra e à venda;
)

§ 2º Nas permutas o imposto será cobrado dos adquirentes permutantes, tomando-se por base de cálculo ("VBD") um dos valores permutados (quando iguais) ou o maior valor (quando diferentes), determinados na forma do artigo 35.
II - no usufruto (reserva, instituição, constituição, extinção, renúncia, etc...) e na cessão do exercício de seus direitos, a base de cálculo ("VBD") será o valor do negócio jurídico ou 70% (setenta por cento) do valor determinado na forma do artigo 35, se maior;
V - na concessão de direito real de uso, a base de cálculo ("VBD") será o valor do negócio jurídico ou 50% (cinquenta por cento) do valor determinado na forma do artigo 35, se maior.
VI - na arrematação, o valor da arrematação.
Art. 35. O VBD Valor dos Bens ou dos Direitos Transmitidos, Cedidos ou Permutados, no Momento da Transmissão, da Cessão ou da Permuta será determinado pela administração fazendária, através de avaliação com base nos elementos aferidos no mercado imobiliário ou constantes do CIMOB - Cadastro Imobiliário ou no valor declarado pelo sujeito passivo, se um destes últimos dor maior.
§ 1º As avaliações determinadas pela Administração Fazendária serão atualizadas periodicamente, de forma a assegurar sua compatibilização com os valores praticados no Município, através de pesquisa e coleta amostral permanente dos preços correntes das transações e das ofertas à venda do mercado imobiliário.
§ 2º As avaliações serão efetuadas por profissionais qualificados, ou fornecidas por empresas que comprovem sua qualificação, com devido registro nos órgãos CREA, CAU ou por profissionais registrados no CRECI especializados na atividade de avaliação de imóveis, sendo validados por, pelo menos, 01(um) Auditor Fiscal.
§ 3º Caso o contribuinte não concorde com o valor da base de cálculo do imposto, definido pela Administração Tributária, o mesmo poderá requerer reavaliação, através de processo administrativo tributário, obedecendo comando dos artigos 588 ao 631, apresentando os dados da transação e os fundamentos do pedido, na forma estabelecida pelo órgão fazendário.
§ 4º A Administração Fazendária deverá disponibilizar meio eletrônico para simulação da base de cálculo do imposto, sendo prioritariamente a concretização do lançamento por este meio, caso o contribuinte esteja de acordo com o valor apresentado na simulação.
§ 5º O poder executivo deverá editar ato normativo para regulamentar os procedimentos definidos no presente dispositivo.

Prof. Rafael Henze

367

FGV - 2024 - Analista Legislativo (CAM DEP)/Consultor de Orçamento de Fiscalização Financeira/"Prova C. Esp. Reaplicada"
Maria e Marta, duas amigas, desejam iniciar uma empresa prestadora de serviços de informática em que ambas serão sócias, titularizando cada uma 50% das cotas do capital social.
Maria integraliza suas cotas por meio de transferência em dinheiro, mas Marta, que não dispõe de dinheiro no momento, pretende integralizar suas cotas, por meio da transferência, a valor de mercado, de um imóvel para a nova sociedade empresária.
Diante desse cenário e acerca da incidência do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI) na transferência feita por Marta, assinale a afirmativa correta.
A O ITBI não incide sobre a transmissão deste imóvel de Marta, por ser incorporado ao patrimônio da sociedade empresária em realização de capital.
B Ausente a fusão de sociedades empresárias, hipótese excepcional prevista na legislação de regência, deve incidir o ITBI sobre a transmissão deste imóvel feita por Marta.
C Somente na hipótese de incorporação de sociedades empresárias não incidiria o ITBI sobre a transmissão deste imóvel feita por Marta.
D Para que não incidisse o ITBI sobre a transmissão deste imóvel feita por Marta, seria necessário que se estivesse diante de uma hipótese de cisão de sociedades empresárias.
E Incide o ITBI sobre a transmissão deste imóvel feita por Marta, pois não se trata de hipótese de extinção de sociedades empresárias, tal como previsto na Constituição Federal de 1988.

Prof. Rafael Henze

368

FGV - 2023 - Juiz Estadual (TJ PR)

A empresa Lunares Participações Ltda. foi constituída tendo como objeto social a participação societária em outras empresas e capital social de R$ 50 mil. Seus dois sócios, cada um detentor de 50% das cotas, integralizaram o capital da seguinte forma: Alberto integralizou um apartamento no valor de R$ 55 mil e R$ 5 mil em dinheiro e Antônio integralizou três lojas no valor de R$ 50 mil.

A respeito da operação celebrada, é correto afirmar que:

A sobre o valor do capital social a ser integralizado em dinheiro incide ITD e sobre o valor a ser integralizado em imóveis incide ITBI;

B há imunidade sobre o valor do capital social a ser subscrito integralizado em dinheiro e incide ITBI sobre o valor a ser integralizado em imóveis;

C considerando que os recursos foram empregados para integralização do capital social, há que se reconhecer a incidência de imunidade;

D sobre os bens e valores destinados à integralização do capital social a ser subscrito incide ITD;

E há imunidade até o limite do valor do capital social, incidindo ITBI sobre o valor dos imóveis que superar o valor do capital a ser subscrito.

FGV - 2013 - Juiz Estadual (TJ AM)

Na partilha de patrimônio comum entre os irmãos Joaquim e Renato, constituído de dois imóveis (um no valor de R$ 600.000,00 e outro no valor de R$ 1.000.000,00), três cenários se desenham:

I. No primeiro deles, Joaquim fica com o imóvel de valor menor, cabendo a Renato o imóvel de maior valor, sem qualquer tipo de compensação de Renato em favor de Joaquim;

II. No segundo cenário, observada a mesma divisão de imóveis, Renato compensa Joaquim com a diferença em dinheiro equivalente à partilha igualitária do patrimônio comum, pagando-lhe R$ 200.000,00;

III. No terceiro cenário Renato adquire integralmente a parte de Joaquim no patrimônio comum, pagando-lhe R$ 800.000,00.

Com relação aos cenários apresentados, assinale a afirmativa verdadeira.

A No cenário (I) será devido tributo ao Município, sobre a doação de R$ 400.000,00.

B No cenário (II) será devido tributo ao Município, sobre a transmissão de imóveis por ato intervivos, no valor do imóvel que ficou exclusivamente no domínio de Renato (R$ 1.000.000,00).

C No cenário (III) será devido tributo ao Estado, sobre a transmissão de imóveis por ato inter vivos, no valor de R$ 800.000,00.

D No cenário (II) será devido tributo ao Estado, sobre a transmissão de imóveis por ato inter vivos, no valor pago por Renato a Joaquim (R$ 200.000,00).

E No cenário (I) será devido tributo ao Estado, sobre a doação de R$ 200.000,00.

Art. 34. A base de cálculo do imposto é o VBD - Valor dos Bens ou dos Direitos Transmitidos, Cedidos ou Permutados, no Momento da Transmissão, da Cessão ou da Permuta.
§ 1º Nos casos de divisão do patrimônio comum, partilha ou extinção de condomínio (conforme artigo 29 - inciso XII - Alíneas "a" e "b" - desta Lei), a base de cálculo ("VBD") será o valor da quota parte material superior à meação ou à quota parte ideal, determinada na forma do artigo 35.

FGV - 2023 - Analista Legislativo (CAM DEP)/Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira/"Prova C. Esp. Anulada"
Em uma Unidade da Federação, foi editada a Lei Estadual nº XXX, regulamentada pelo Decreto nº YYY, que instituiu a taxa de segurança para eventos, tendo como fato gerador a prestação de serviços pela autoridade policial em eventos com fins lucrativos e promocionais. Considerando entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, a taxa em questão
A é devida, eis que o serviço de segurança pública, nesta hipótese, de o Estado fornecer condições específicas de segurança a um grupo exclusivo de pessoas, tem natureza uti singuli.
B não é devida, eis que a preservação da ordem pública e da incolumidade pessoal e patrimonial é finalidade do Estado que, para ser alcançada, não pode depender de contraprestação específica dos cidadãos.
C é incabível, eis que as condições objetivas para a consecução da segurança em eventos devem ser criadas pelos particulares responsáveis desde que se refiram a pessoas determinadas.
D é cabível, eis que a cobrança de taxa de segurança para eventos concerne ao exercício do poder de polícia, devido a todos os cidadãos e que deve ser remunerado por meio da arrecadação de tributos.
E não é devida, eis que segurança pública faz-se, nesta hipótese, pelo ente municipal onde é realizado o evento, e, porque serviço essencial, não cabe à unidade da federação a criação de taxa para tal fim

Art. 213-A. Fica instituída a Taxa de Controle Ambiental (TCA), cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido ao Município de Nova Iguaçu para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.
Do Sujeito Passivo
Art. 213-B. É sujeito passivo da Taxa de Controle Ambiental (TCA) todo aquele que exerça as atividades de construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental de impacto local.
(...)
§ 1º A Taxa de Controle Ambiental (TCA), bem como a sua renovação deverão ser recolhidas previamente ao pedido das licenças ou de sua renovação, sendo seus pagamentos pressupostos para análise dos projetos.

FGV - 2024 - Analista Legislativo (CAM DEP)/Consultor de Orçamento de Fiscalização Financeira/"Prova C. Esp. Reaplicada"
O Estado Alfa resolveu cobrar diretamente, por meio da instalação de praças de pedágio, pedágio pelo uso da estrada estadual ALFA-101. Com os recursos advindos desta cobrança, pretende ele mesmo manter em boas condições a circulação nesta via.
Diante desse cenário e à luz da jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.
A O pedágio cobrado diretamente pelo Poder Público, como substituto do antigo “selo-pedágio” federal, somente pode ser cobrado mediante criação em lei federal.
B Tal cobrança se configura como uma taxa estadual, em razão da utilização efetiva da rodovia estadual.
C Mesmo que se trate de preço público, sua criação e fixação do valor a ser efetivamente cobrado dependem de lei estadual.
D Ainda que explorado diretamente pelo Estado Alfa, ausente sua compulsoriedade, o pagamento desse pedágio se configura como preço público.
E Na atual configuração constitucional, o pedágio somente pode ser implantado mediante o regime de concessão, com delegação da capacidade tributária ativa ao concessionário privado para cobrança do preço público.

STF:
O pedágio cobrado pela efetiva utilização de rodovias conservadas pelo Poder Público, cuja cobrança está autorizada pelo inciso V, parte final, do art. 150 da Constituição de 1988, não tem natureza jurídica de taxa, mas sim de preço público, não estando a sua instituição, consequentemente, sujeita ao princípio da legalidade estrita. [STF. ADI 800/RS].

FGV - 2023 - Analista Tributário da Receita Federal do Brasil/Geral
Na ilha de Fernando de Noronha (atualmente no território do Estado de Pernambuco), a União resolveu realizar obras de pavimentação de vias para facilitar o acesso entre as moradias da ilha. Por essa razão, resolveu custear parte da obra pública pela criação de uma contribuição de melhoria a ser cobrada dos proprietários de imóveis beneficiados com valorização imobiliária por força das obras. Para tanto, foi publicada lei federal contendo diversos requisitos mínimos previstos pelo Código Tributário Nacional (CTN) para a instituição de tal exação.
As opções a seguir apresentam requisitos exigidos pelo CTN que devem constar da lei instituidora da contribuição de melhoria, à exceção de uma. Assinale-a.
A Memorial descritivo do projeto.
B Delimitação da zona beneficiada.
C Convênio entre a União, instituidora do tributo, e o ente federado em cujo território a obra será realizada.
D Orçamento do custo da obra.
E Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU tem por fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou acessão física, construído ou não, localizado nas áreas urbanas ou de expansão urbana.

§1º - O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU incide sobre imóvel que localizado fora da zona urbana ou de expansão urbana seja utilizado como sítio de recreio e no qual a eventual produção não se destine à comercialização.

§2º - Para todos os efeitos legais, considera-se ocorrido o Fato Gerador do IPTU: (Redação dada pelo Art. 2º da Lei Complementar 109/2014)

I – anualmente, no primeiro dia de cada ano; (Incluído pelo Art. 2º da Lei Complementar 109/2014)

II - na data da concessão do Habite-se quando do cadastramento ex-officio, ou nos processos de Regularização ou Aceite-se, nos casos de prédios construídos durante o exercício; (Incluído pelo Art. 2º da Lei Complementar 109/2014)

III - no primeiro dia do mês subsequente ao que ocorrer: (Incluído pelo Art. 2º da Lei Complementar 109/2014)

a) construção ou modificação de edificação que implique alteração do valor venal do imóvel;
b) constituição de novo terreno sobre o qual haja edificação incorporada;
c) instituição de condomínio edilício em planos horizontais ou em planos verticais.

§ 3º Ocorridas às hipóteses previstas no inciso III do parágrafo anterior: (incluído pelo Art. 2º da Lei Complementar 109/2014)

I - caso as alterações no imóvel não resultem em desdobramento, englobamento ou remembramento do bem, o eventual acréscimo de IPTU, com relação ao lançamento que considerou a situação anterior do imóvel, será cobrado proporcionalmente ao número de meses ainda restantes do exercício;

II - caso as alterações no imóvel resultem em desdobramento, englobamento ou remembramento do bem:

a) serão efetuados lançamentos do IPTU, referentes aos novos imóveis, de forma proporcional ao número de meses ainda restantes do exercício;

b) os eventuais lançamentos de IPTU, referentes à situação anterior, passarão a ser proporcionais ao número de meses já decorridos desde o seu respectivo fato gerador até o novo fato gerador.

§ 4º Para efeito de contagem do número de meses restantes do exercício, a que se refere o inciso II do parágrafo anterior, será incluído o mês da ocorrência do novo fato gerador. (Incluído pelo Art. 3º da Lei Complementar 109/2014)

§ 5º A ocorrência de novo fato gerador referido no inciso II do § 3º implica a constituição de créditos tributários complementares, com eventuais compensações ou repetição de indébito. (Incluído pelo Art. 3º da Lei Complementar 109/2014)

OBRIGADO!

Prof. Rafael Henze

381

AUDITORIA

Prof. Tonyvan Carvalho

382

Prof.: Tonyvan Carvalho

@professortonyvancarvalho

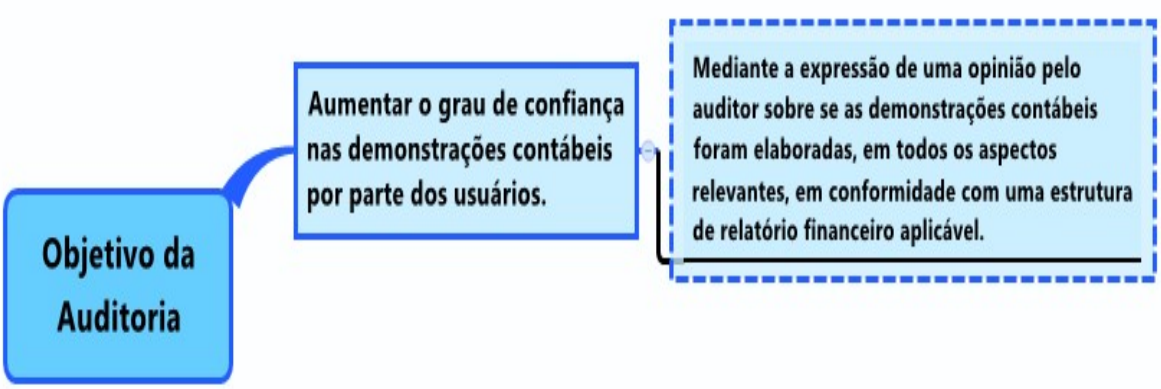
@ProfessorTonyvanCarvalho

https://t.me/professortonyvancarvalho

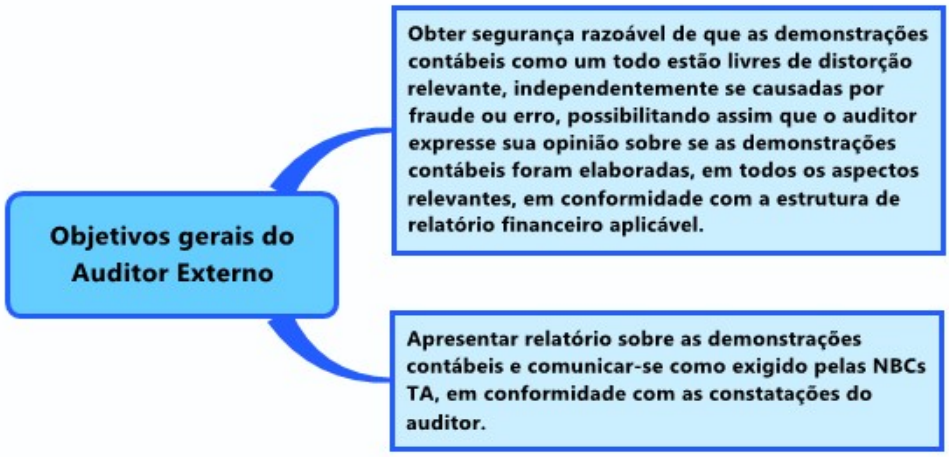
Prof. Tonyvan Carvalho

1. CONCEITOS INICIAIS DE AUDITORIA

1. CONCEITOS INICIAIS DE AUDITORIA



1. CONCEITOS INICIAIS DE AUDITORIA



1. CONCEITOS INICIAIS DE AUDITORIA

O que NÃO é objetivo do Auditor

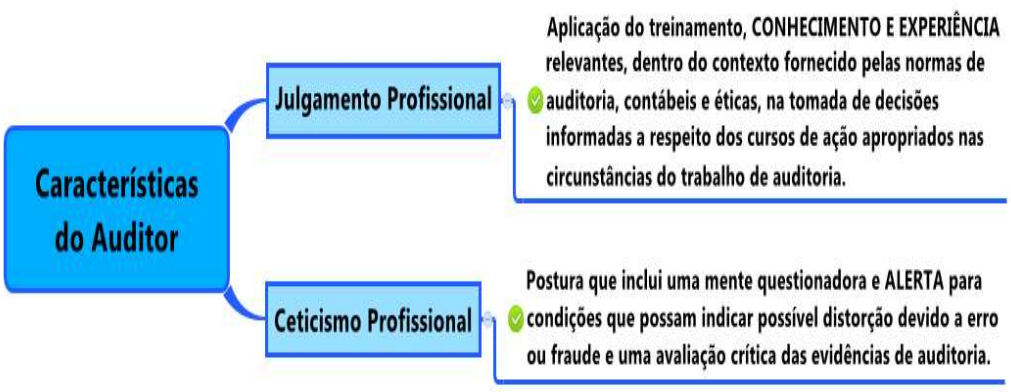
- **Assegurar a viabilidade futura da entidade** ***(fora do escopo do trabalho);***
- **Atestar a eficiência/eficácia dos negócios** ***(fora do escopo do trabalho);***
- **Elaborar demonstrações contábeis** ***(cabe à Administração da entidade);***
- **Detectar e prevenir erros e fraudes** ***(cabe à Administração da entidade);***
- **Auxiliar a administração da entidade no cumprimento de seus objetivos** ***(isso é objetivo do Auditor Interno).***

1. CONCEITOS INICIAIS DE AUDITORIA

Não é objetivo da opinião do Auditor Independente

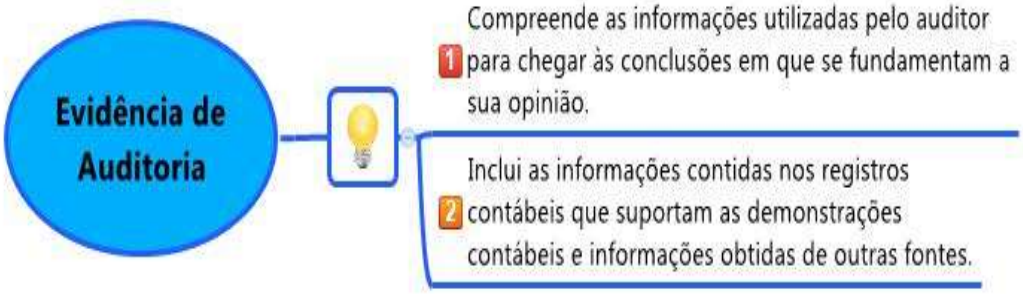
1. Assegurar a viabilidade futura da entidade
2. Atestar a eficiência ou eficácia com a qual a administração conduziu os negócios da entidade

1. CONCEITOS INICIAIS DE AUDITORIA



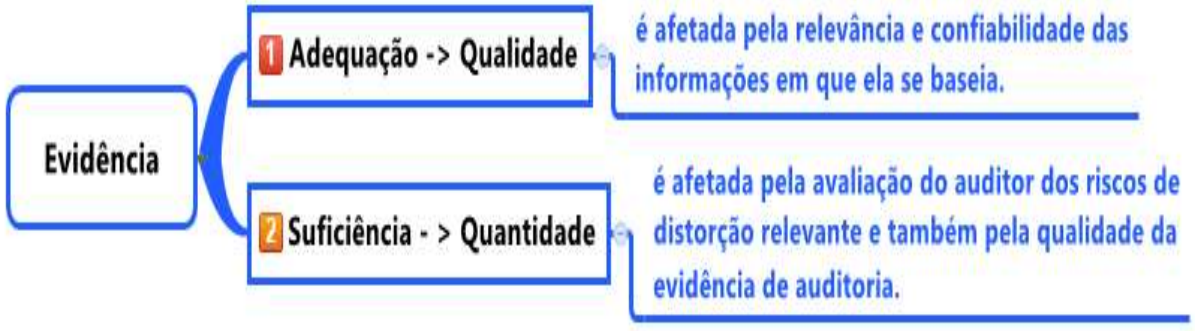
1. CONCEITOS INICIAIS DE AUDITORIA

1. CONCEITOS INICIAIS DE AUDITORIA

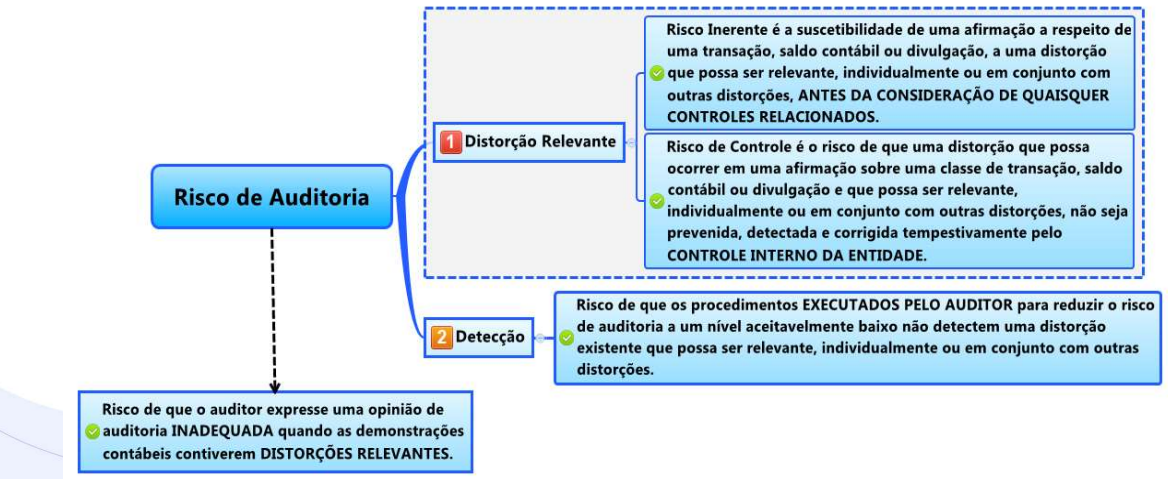


1. CONCEITOS INICIAIS DE AUDITORIA

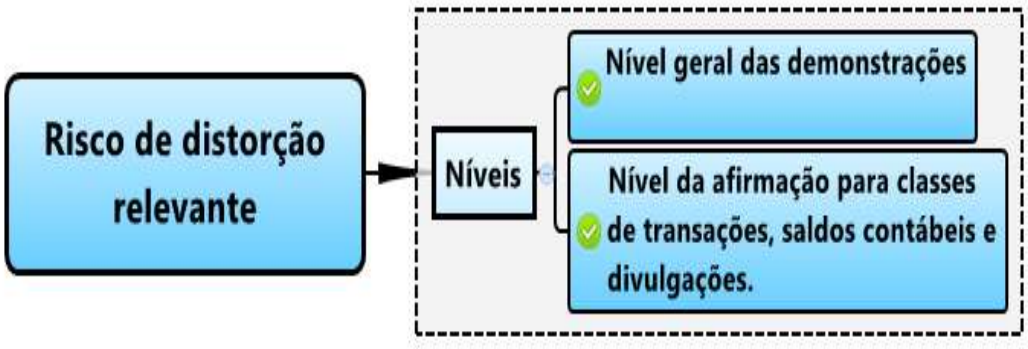
1. CONCEITOS INICIAIS DE AUDITORIA



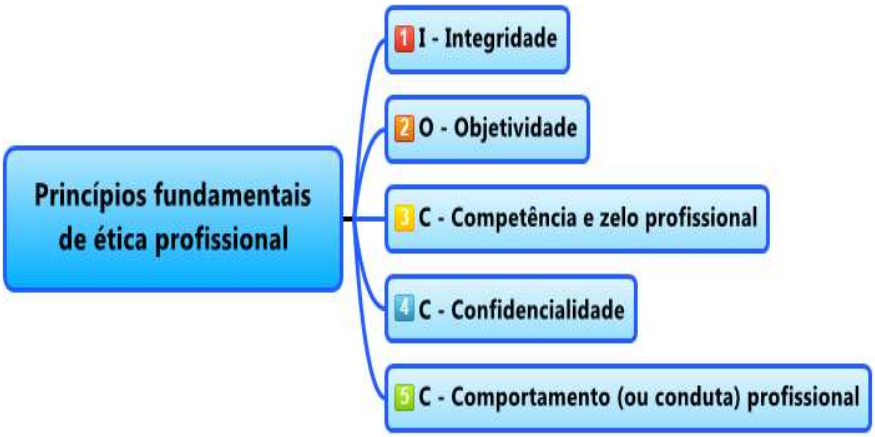
1. CONCEITOS INICIAIS DE AUDITORIA



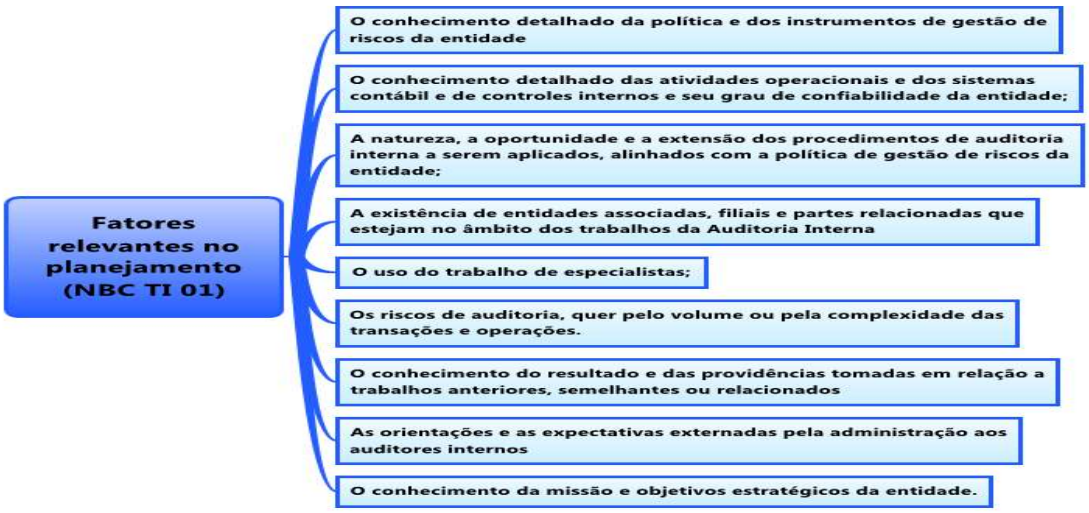
1. CONCEITOS INICIAIS DE AUDITORIA



1. CONCEITOS INICIAIS DE AUDITORIA

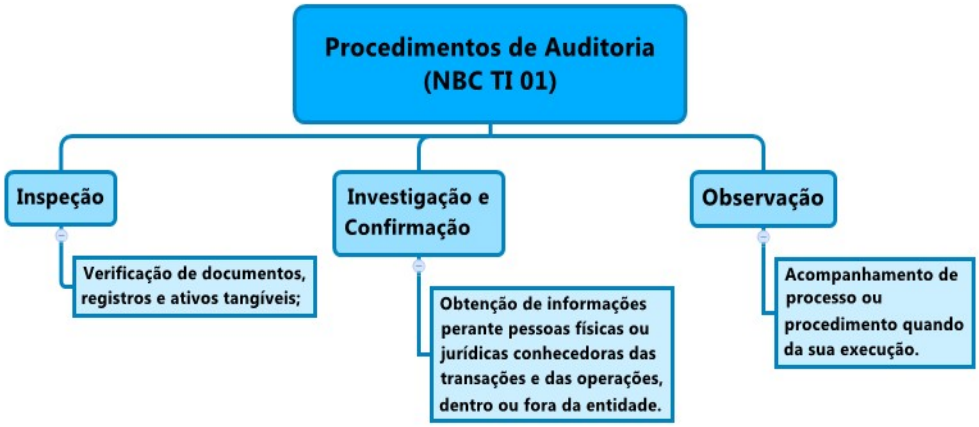


1.1 AUDITORIA INTERNA



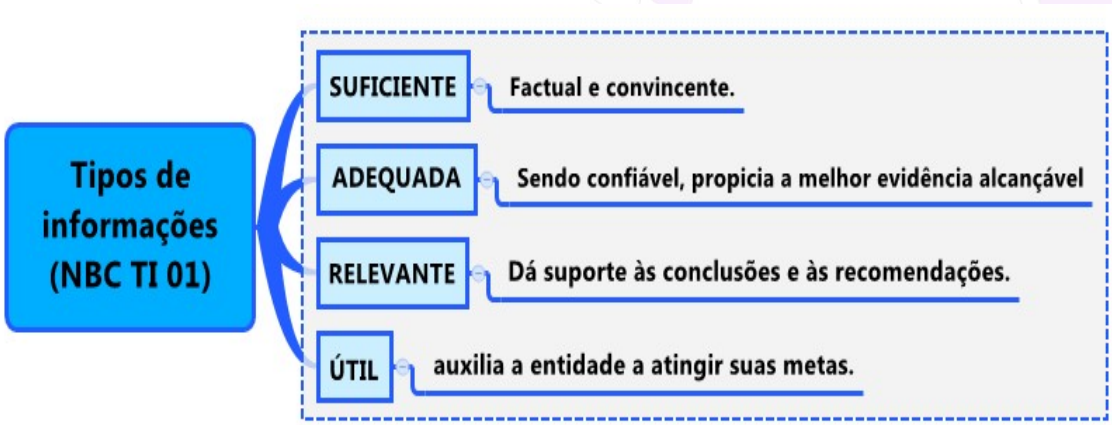
1.1 AUDITORIA INTERNA

1.1 AUDITORIA INTERNA



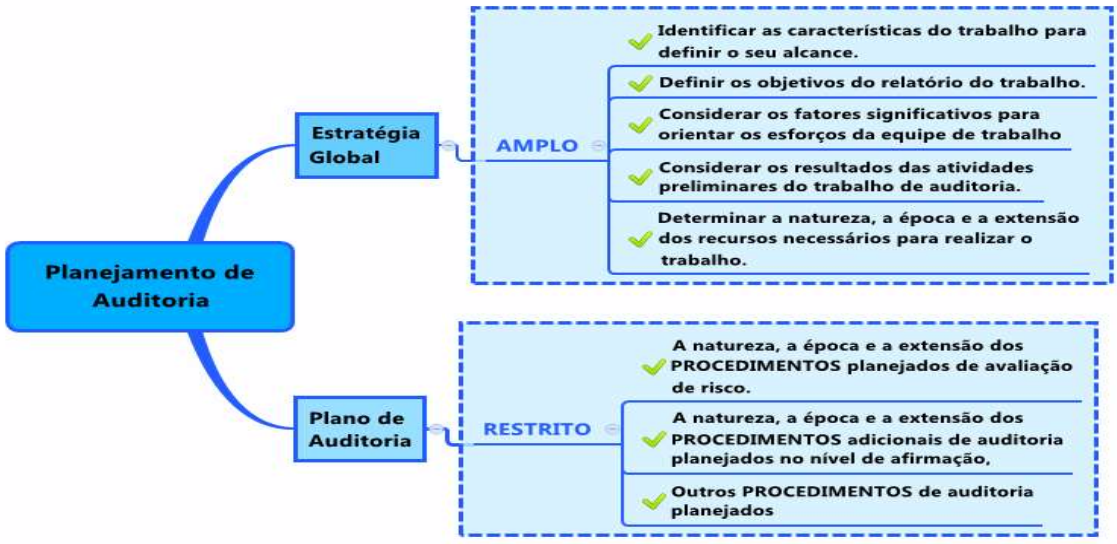
399

1.1 AUDITORIA INTERNA



400

2. NBC TA 300(R1) – PLANEJAMENTO DE AUDITORIA

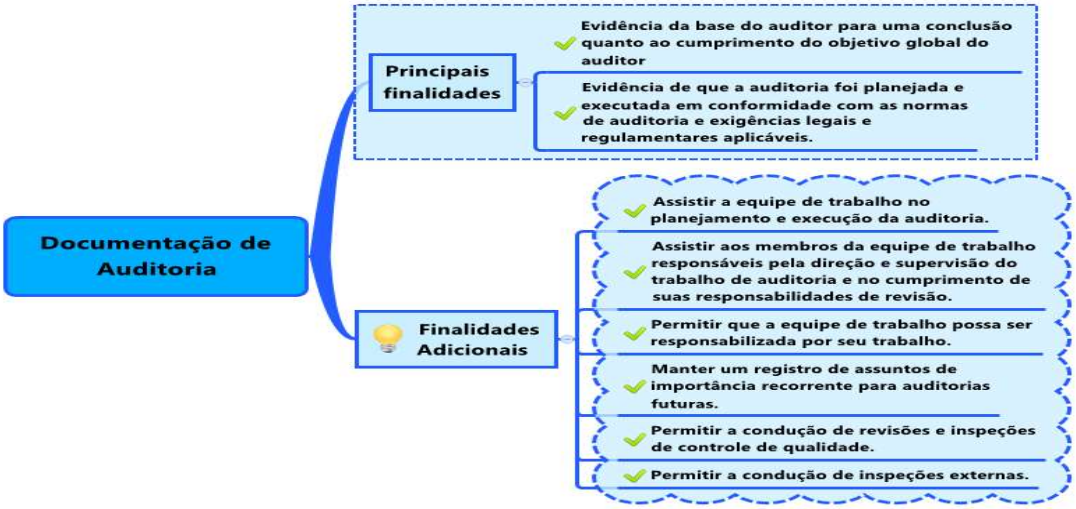


401

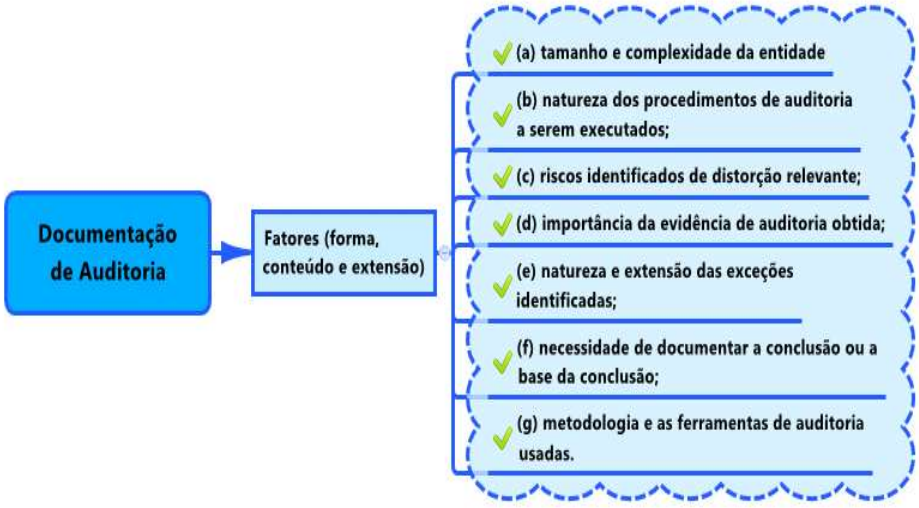
3. NBC TA 230(R1) – DOCUMENTAÇÃO DE AUDITORIA

402

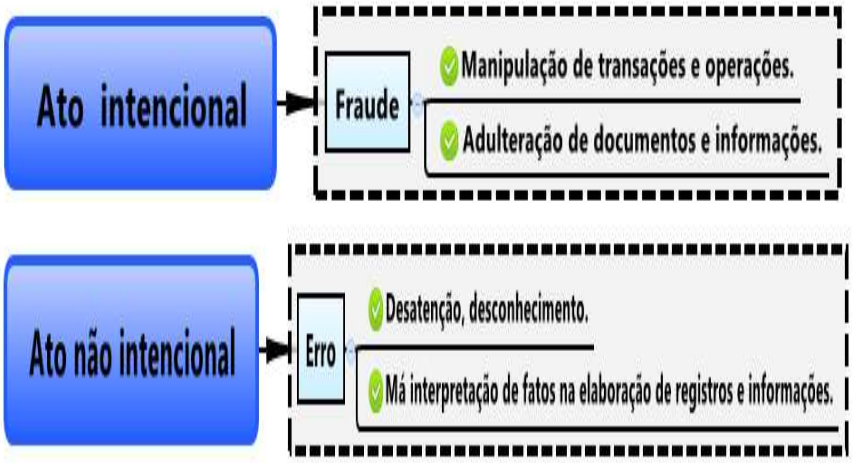
3. NBC TA 230(R1) – DOCUMENTAÇÃO DE AUDITORIA



3. NBC TA 230(R1) – DOCUMENTAÇÃO DE AUDITORIA

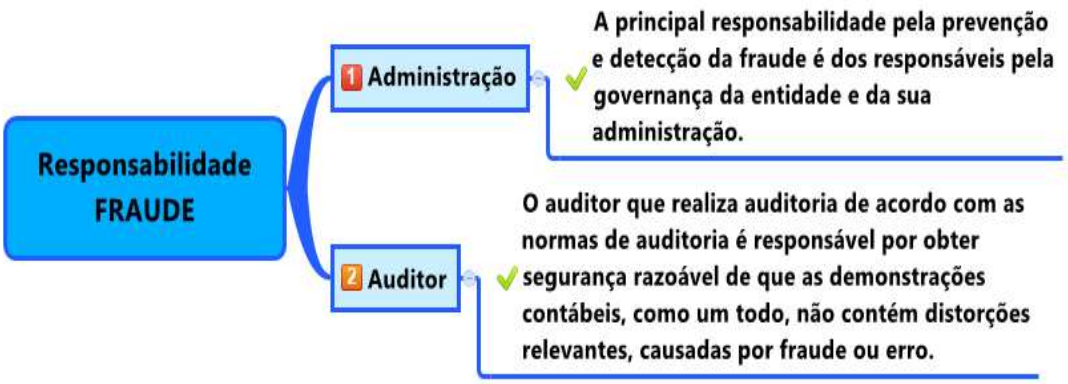


4. NBC TA 240(R1) – FRAUDE NAS DEMONSTRAÇÕES



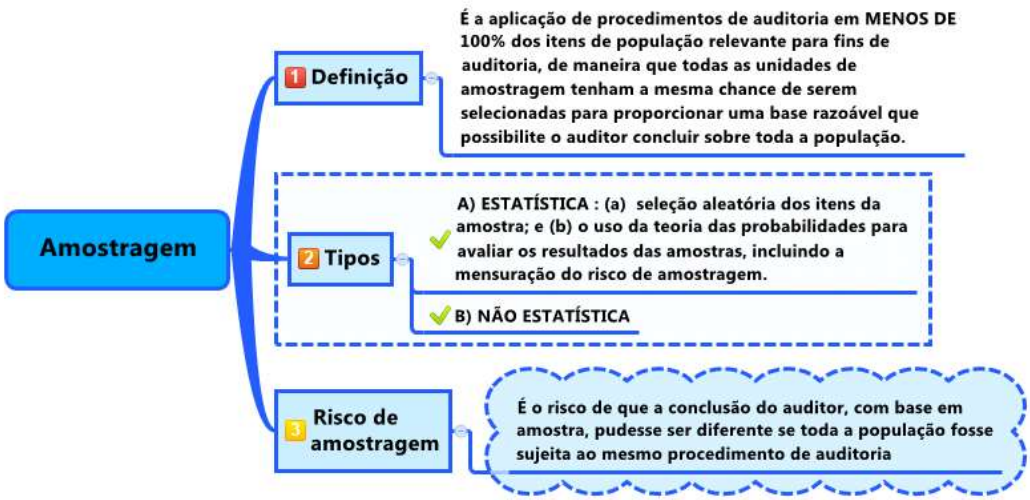
405

4. NBC TA 240(R1) – FRAUDE NAS DEMONSTRAÇÕES

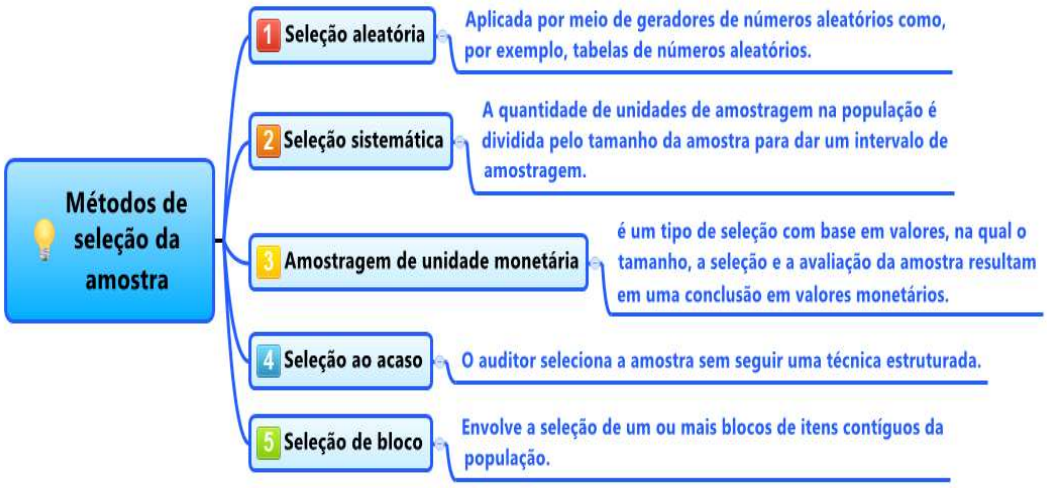


406

5. NBC TA 530 – AMOSTRAGEM



5. NBC TA 530 – AMOSTRAGEM



5. NBC TA 530 – AMOSTRAGEM

FATORES QUE INFLUENCIAM NO TAMANHO DA AMOSTRA			
Testes de Controle		Testes de Detalhes	
Fator	Relação	Fator	Relação
Avaliação de riscos considera os controles relevantes	Direta	Avaliação do risco de distorção relevante	Direta
Taxa tolerável de desvio	Inversa	Distorção tolerável	Inversa
Taxa esperada de desvios	Direta	Valor da distorção que o auditor espera encontrar	Direta
Nível de segurança desejado de que a taxa tolerável não seja excedida pela taxa real de desvio na população	Direta	Nível de segurança desejado de que a distorção tolerável não é excedida pela distorção real na população	Direta
-		Uso de outros procedimentos substantivos	Inversa
-		Estratificação da população	Inversa
Quantidade de unidades de amostragem na população: efeito negligenciável			

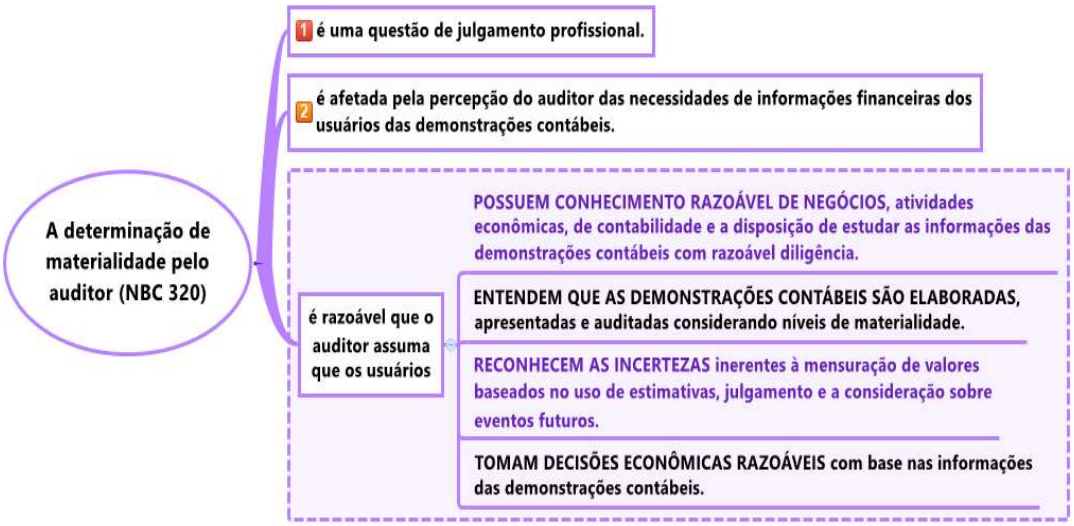
5. NBC TA 530 – AMOSTRAGEM

Risco de Amostragem X Tamanho da Amostra

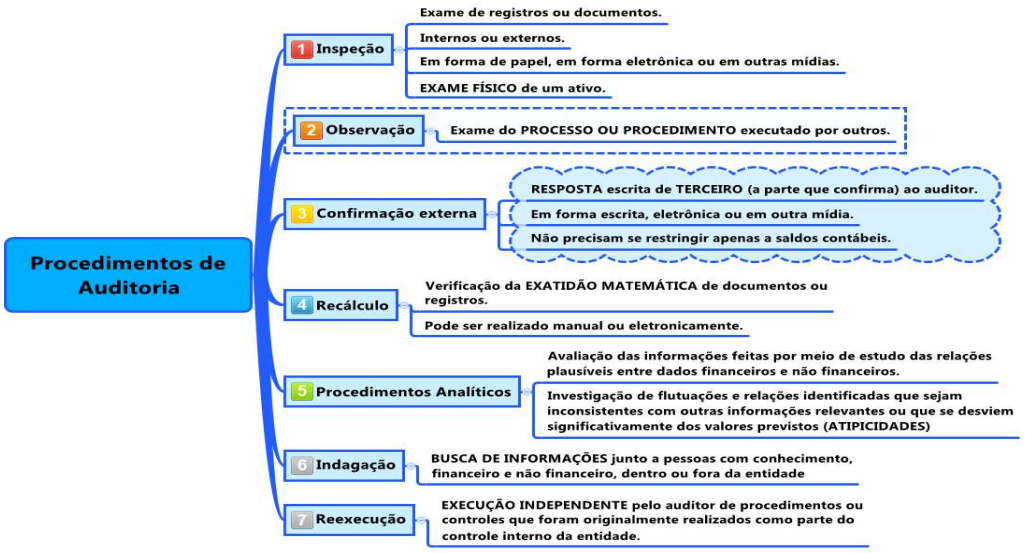
1 **Afeta:** O nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar afeta o tamanho da amostra exigido

Relação inversa: Quanto MENOR O RISCO que o auditor está disposto a aceitar, MAIOR deve ser o TAMANHO DA AMOSTRA.

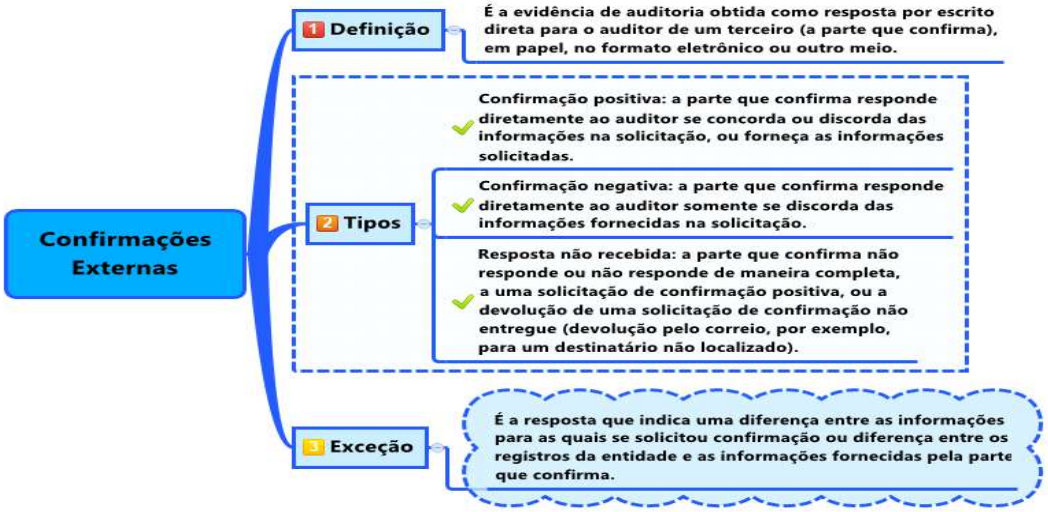
6. MATERIALIDADE, RELEVÂNCIA E RISCO



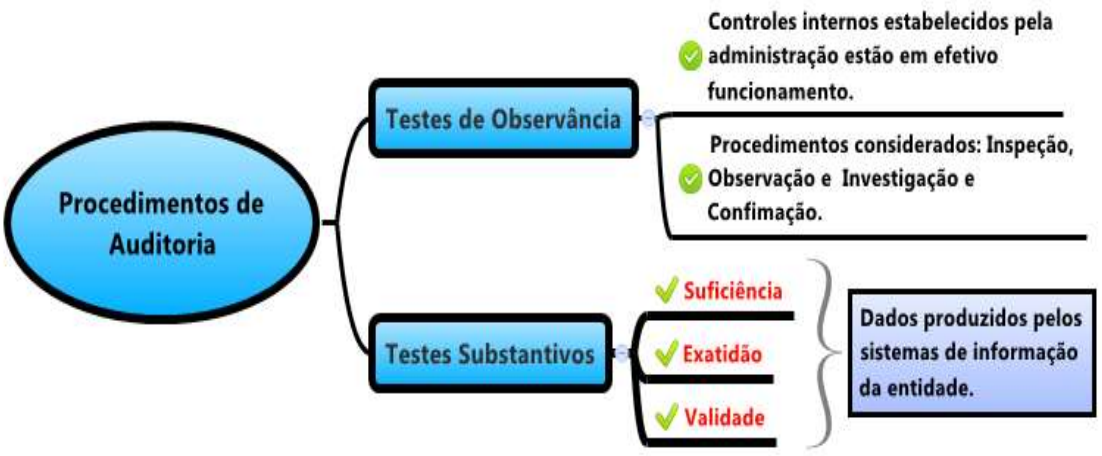
7. PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE



7. PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

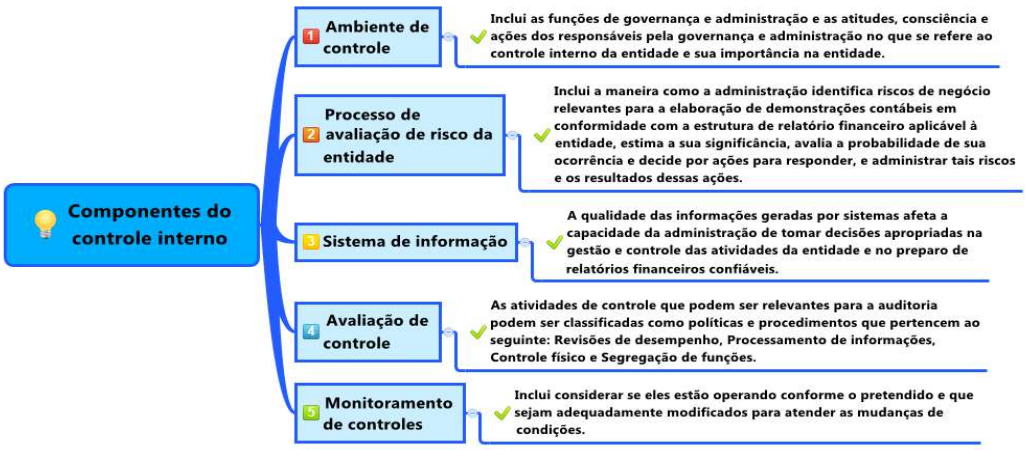


7. TESTES DE AUDITORIA

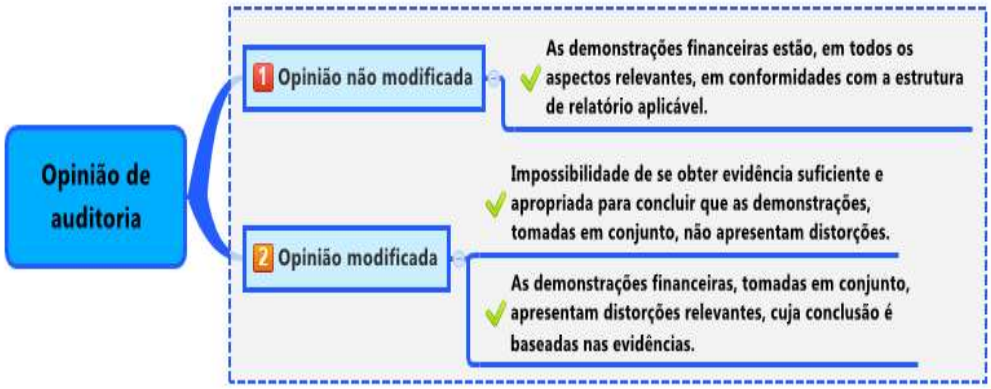


8. CONTROLE INTERNO

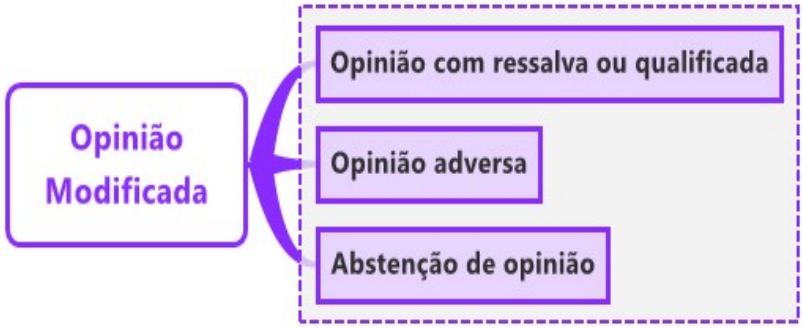
8. CONTROLE INTERNO



9. RELATÓRIO DE AUDITORIA



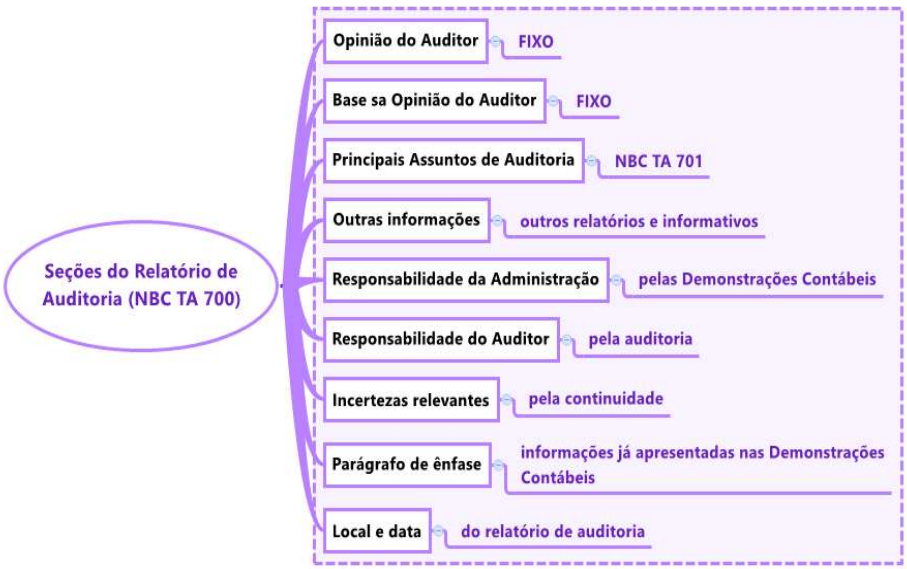
9. RELATÓRIO DE AUDITORIA



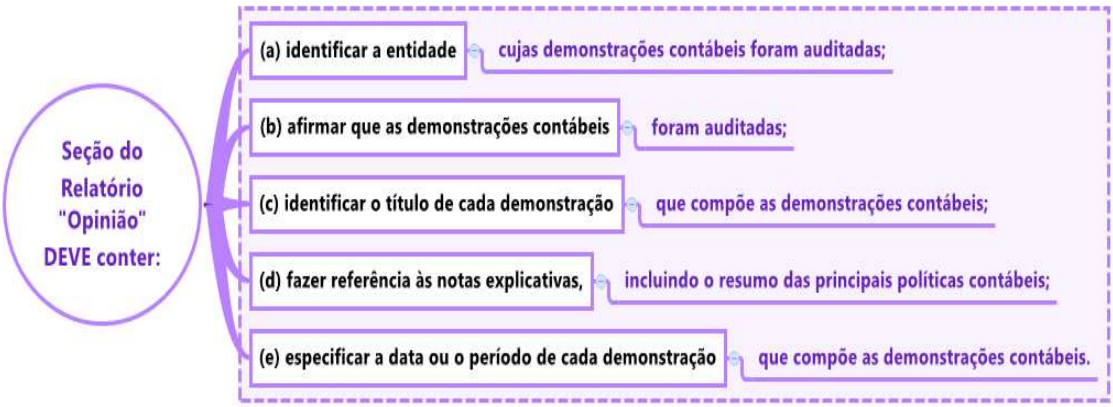
9. RELATÓRIO DE AUDITORIA

Natureza do assunto que gerou a modificação	Julgamento do auditor sobre a disseminação de forma generalizada dos efeitos ou possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis	
	Relevante, mas não generalizado	Relevante e generalizado
Demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes	Opinião com ressalva	Opinião adversa
Impossibilidade de se obter evidência de auditoria apropriada e suficiente	Opinião com ressalva	Abstenção de opinião

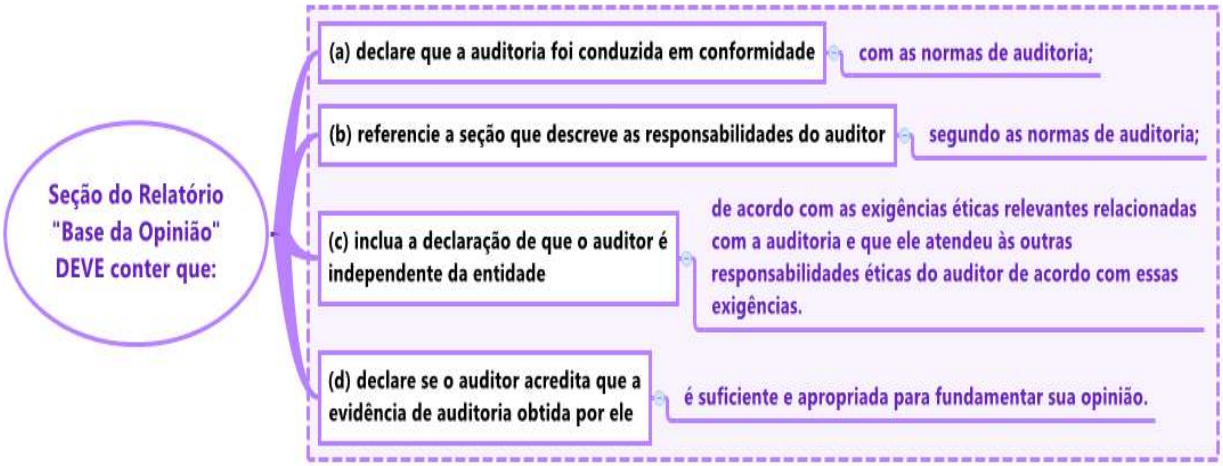
9. RELATÓRIO DE AUDITORIA



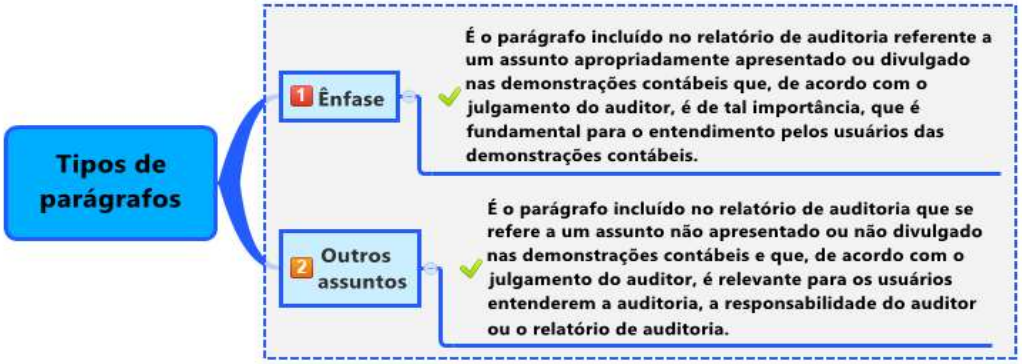
9. RELATÓRIO DE AUDITORIA



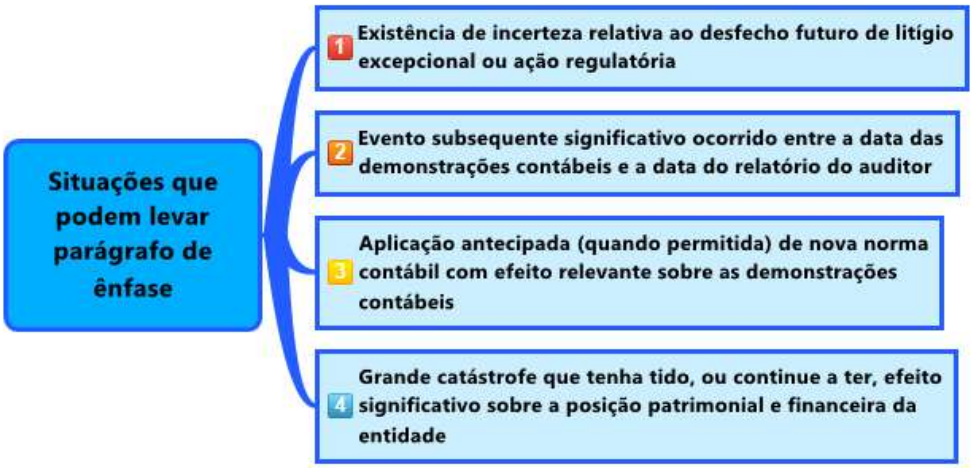
9. RELATÓRIO DE AUDITORIA



9. RELATÓRIO DE AUDITORIA



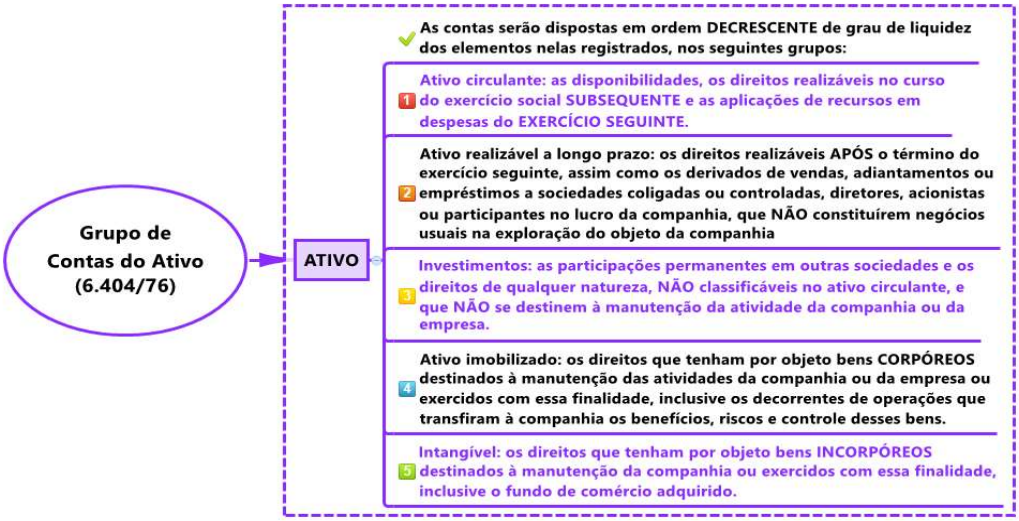
9. RELATÓRIO DE AUDITORIA



10. ALINHAMENTO CONCEITUAL EM CONTABILIDADE

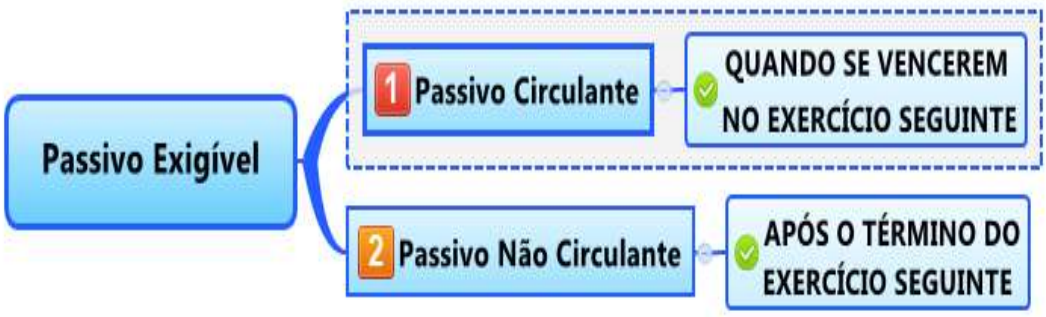
425

10. ALINHAMENTO CONCEITUAL EM CONTABILIDADE



426

10. ALINHAMENTO CONCEITUAL EM CONTABILIDADE



10. PRESUNÇÕES DE OMISSÃO DE RECEITA

Ativo fictício

Bem registrado, mas não existe!

Passivo oculto

Obrigações não registradas (ou a menor), mas existem!

Passivo fictício

Manutenção no passivo de obrigações já pagas ou manutenção no passivo de obrigações cuja exigibilidade não seja comprovada. (Obrigações registradas, mas não existem!)

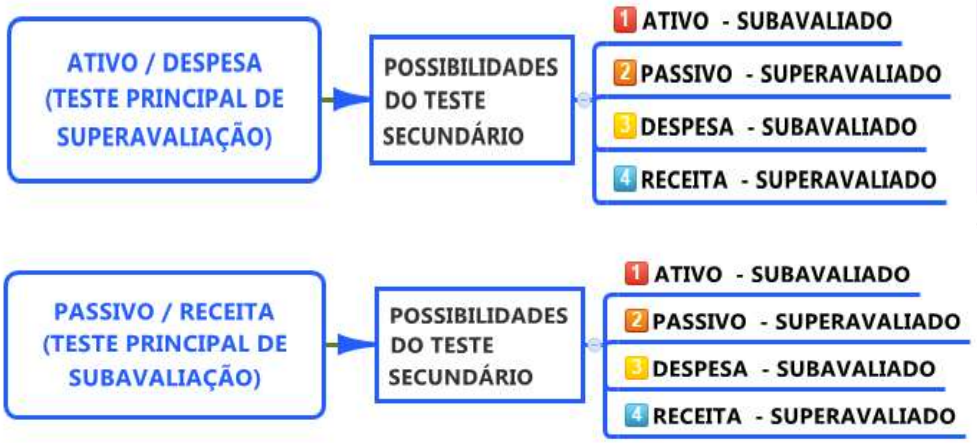
Ativo oculto

Bem ou direito não registrado, mas existe!

10. PRESUNÇÕES DE OMISSÃO DE RECEITA

10. TESTES DE SUPERAVALIAÇÃO E SUBAVALIAÇÃO

10. TESTES DE SUPERAVALIAÇÃO E SUBAVALIAÇÃO



FGV já cobrou assim...

(FGV - FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS SEFAZ MT – 2023) O ceticismo profissional exige estar alerta a uma série de elementos que podem afetar o trabalho de auditoria e a opinião emitida pelo auditor. A NBC TA, que dispõe sobre a estrutura conceitual para trabalhos de asseguração, orienta que a manutenção do ceticismo

(A) é justificável apenas em trabalhos de auditoria não recorrentes.

(B) é necessária para reduzir o risco de negligenciar circunstâncias incomuns.

(C) está fora do escopo da avaliação crítica das evidências.

(D) pode receber atenção secundária ao lidar com evidências consideradas íntegras.

(E) tem maior relevância em contextos de asseguração limitada.

Comentários: Segundo a NBC TA 200 (R1):

A22. A **manutenção do ceticismo profissional ao longo de toda a auditoria é necessária, por exemplo, para que o auditor reduza os riscos de:**

• **ignorar circunstâncias não usuais**;

• generalização excessiva ao tirar conclusões das observações de auditoria;

• uso inadequado de premissas ao determinar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria e ao avaliar os resultados destes.

Comentários: Segundo a NBC TA Estrutura Conceitual:

52.**Manter o ceticismo profissional durante o trabalho é necessário, por exemplo, para reduzir o risco de:**

- **negligenciar circunstâncias incomuns**;
- generalização excessiva ao tirar conclusões a partir das observações; e
- usar premissas inapropriadas ao determinar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos e avaliar os seus resultados.

Gabarito: B.

435

(FGV - AUDITOR FISCAL RECEITA FEDERAL – 2023) De acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, a confiabilidade da evidência é influenciada por sua fonte e sua natureza e depende das circunstâncias particulares sob as quais são obtidas. Assinale a opção que, de um modo geral, indica quando a generalização sobre a confiabilidade da evidência pode ser feita.

A) A evidência é mais confiável quando é obtida por meio de fontes internas às partes apropriadas.

B) A evidência que é gerada internamente é mais confiável quando os controles relacionados são efetivos.

436

(FGV - AUDITOR FISCAL RECEITA FEDERAL – 2023) Assinale a opção que, de um modo geral, indica quando a generalização sobre a confiabilidade da evidência pode ser feita.

C) A evidência gerada pela representação verbal do que foi debatido é mais confiável do que a evidência em papel.

D) A evidência obtida indiretamente por dedução é mais confiável do que a evidência obtida diretamente pelo auditor independente.

E) A evidência gerada por auditor independente que realiza o trabalho pela primeira vez é mais confiável do que a evidência gerada por auditor independente antigo.

Comentários: Segundo a NBC TA Estrutura Conceitual:

Evidência suficiente e apropriada

63. A confiabilidade da evidência é influenciada por sua fonte e sua natureza e depende das circunstâncias particulares sob as quais são obtidas. Generalizações sobre a confiabilidade de vários tipos de evidências podem ser feitas; contudo, tais generalizações estão sujeitas a exceções importantes. Mesmo quando a evidência é obtida de fontes externas, podem existir circunstâncias que poderiam afetar sua confiabilidade. Por exemplo, evidência obtida de fonte externa pode não ser confiável se a fonte não for conhecida ou objetiva. Enquanto se reconhece que possam existir exceções, as seguintes generalizações sobre a confiabilidade da evidência podem ser úteis:

Comentários: Segundo a NBC TA Estrutura Conceitual:
a evidência é mais confiável quando é obtida de fontes externas às partes apropriadas; (Alternativa A)
a evidência que é gerada internamente é mais confiável quando os controles relacionados são efetivos; (Alternativa B)
a evidência obtida diretamente pelo auditor independente (por exemplo, na observação da efetividade de controle) é mais confiável do que a evidência obtida indiretamente ou por dedução (por exemplo, indagação sobre a efetividade do controle); (alternativa D)
a evidência formal é mais confiável, seja em papel, de forma eletrônica ou outra mídia (por exemplo, a ata de reunião geralmente é mais confiável do que a representação verbal do que foi discutido). (Alternativa C)

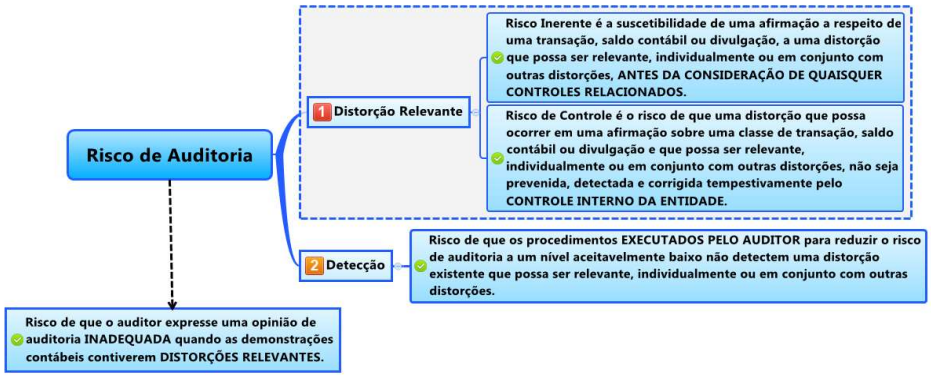
Comentários: Segundo a NBC TA 500(R1):

Gabarito: B.

(FGV – AUDITOR DE CONTROLE INTERNO CGE SC – 2023) O risco de auditoria caracterizado pela possibilidade de o erro acontecer em face da não existência de controle é denominado

(A) inerente.
(B) de controle.
(C) de detecção.
(D) organizacional.
(E) de planejamento.

Comentários: Segundo a NBC TA 200(R1):



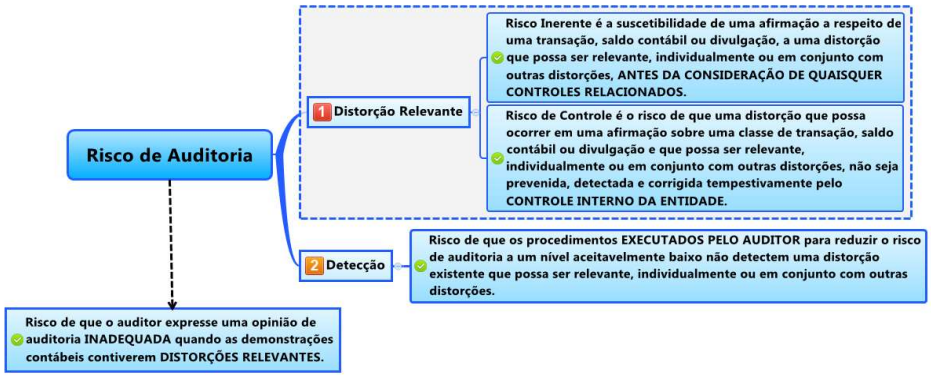
Gabarito: A.

(FGV – CÂMARA DOS DEPUTADOS – 2023) De acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, assinale a opção que apresenta os riscos do trabalho que não dependem diretamente do auditor independente.

A) Inerente e de controle.
B) Inerente e de detecção.
C) de avaliação e de controle.
D) de detecção e de mensuração.
E) de mensuração e de avaliação..

443

Comentários: Segundo a NBC TA 200(R1):



Gabarito: A.

444

(FGV – AUDITOR FISCAL RECEITA FEDERAL – 2023) Como parte das atividades de planejamento de um trabalho de auditoria de demonstrações contábeis orientadas pela NBC TA 300 (R1), o auditor deve planejar a natureza, a época e a extensão do direcionamento e supervisão da equipe de trabalho e a revisão do seu trabalho. O planejamento desses elementos

(A) deve ser considerado inclusive quando a auditoria é realizada integralmente pelo sócio do trabalho.

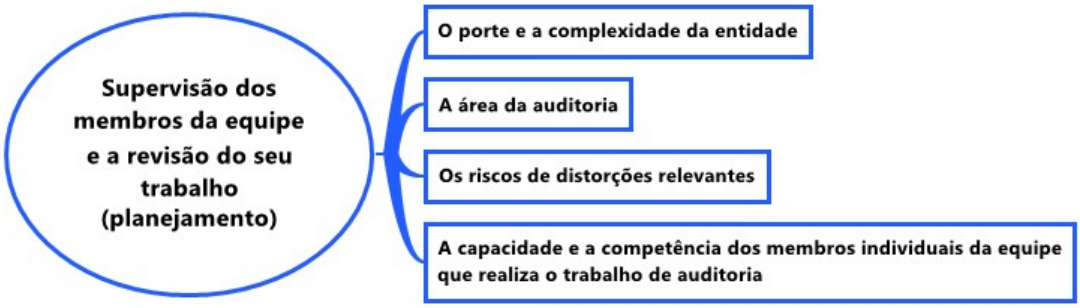
(B) é indiferente ao porte e à complexidade da entidade.

(C) independe da área em que o trabalho de auditoria é realizado.

(D) tem extensão inversa ao nível de risco de distorções relevantes.

(E) varia conforme a capacidade e a competência dos membros individuais da equipe que realiza o trabalho.

Comentários: Segundo a NBC TA 300(R1):



Gabarito: E.

(FGV – ANALISTA CONTABILIDADE SENADO – 2022) De acordo com a NBC TA **300** (R1) - Planejamento da Auditoria de Demonstrações Contábeis, o planejamento da auditoria envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento do plano de auditoria.
Em relação a esse aspecto, avalie os itens a seguir:
I. Auxiliar o auditor a identificar e resolver tempestivamente problemas potenciais.
II. Auxiliar na seleção dos membros da equipe de trabalho com níveis apropriados de capacidade e competência para responderem aos riscos esperados e na alocação apropriada de tarefas.

447

(FGV – ANALISTA CONTABILIDADE SENADO – 2022) Em relação a esse aspecto, avalie os itens a seguir:
III. Facilitar a direção e a supervisão dos membros da equipe de trabalho e a revisão do seu trabalho.
Um planejamento adequado é benéfico para a auditoria das demonstrações contábeis em relação ao que se apresenta em
(A) I, somente.
(B) I e II, somente.
(C) I e III, somente.
(D) II e III, somente.
(E) I, II e III.

448

Comentários: Segundo a NBC TA 300(R1):

2. O planejamento da auditoria envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria. Um **planejamento adequado é benéfico** para a auditoria das demonstrações contábeis de várias maneiras, inclusive para (ver itens A1 a A3):

- auxiliar o auditor a dedicar atenção apropriada às áreas importantes da auditoria;
- auxiliar o auditor a identificar e resolver tempestivamente problemas potenciais;**[ITEM I – CORRETO]**
- auxiliar o auditor a organizar adequadamente o trabalho de auditoria para que seja realizado de forma eficaz e eficiente;

449

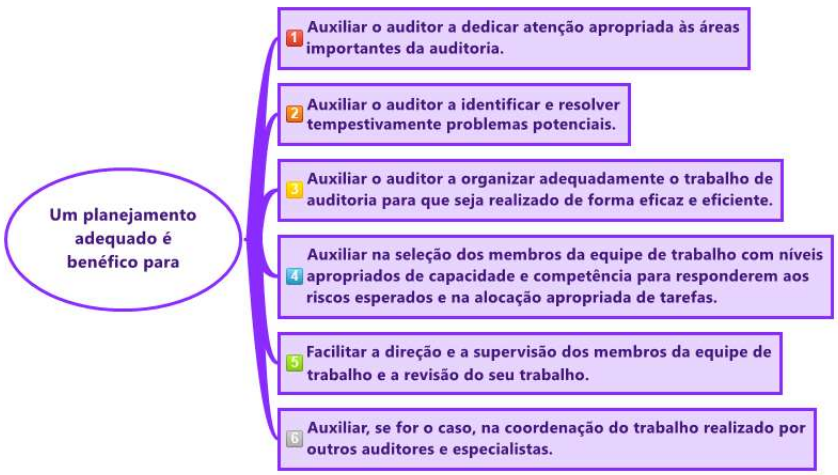
Comentários: Segundo a NBC TA 300(R1):

2. Um planejamento adequado é benéfico para a auditoria das demonstrações contábeis de várias maneiras, inclusive para (ver itens A1 a A3):

- auxiliar na seleção dos membros da equipe de trabalho com níveis apropriados de capacidade e competência para responderem aos riscos esperados e na alocação apropriada de tarefas; **[ITEM II – CORRETO]**
- facilitar a direção e a supervisão dos membros da equipe de trabalho e a revisão do seu trabalho; **[ITEM III – CORRETO]**
- auxiliar, se for o caso, na coordenação do trabalho realizado por outros auditores e especialistas.

450

Comentários: Segundo a NBC TA 300(R1):



Gabarito: E.

(FGV - FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS SEFAZ MT – 2023) Durante os trabalhos de auditoria, é comum a constatação de que a entidade auditada tem um sistema de controle interno excelente apresentado em seu manual de procedimentos, mas, na prática, o cenário é o inverso. Nessas situações, o auditor deve alterar as informações sobre o sistema de controle interno indicadas nos manuais para a situação efetiva. A partir de então, o auditor avaliará o sistema que efetivamente é operado pela entidade para controle dos seus ativos e geração de informações contábeis.

(FGV - FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS SEFAZ MT – 2023) Em geral, o auditor cumpre esse procedimento

(A) a partir da elaboração de registros consistentes nos papéis de trabalho.

(B) com a emissão de um relatório com opinião não modificada.

(C) com a realização de testes para superavaliação e subavaliação dos elementos patrimoniais.

(D) mediante observação da execução dos trabalhos e inspeção de documentos e registros.

(E) por meio da realização de procedimentos de revisão analítica na etapa do planejamento.

Comentários: Segundo a NBC TI 01:

Comentários: Questão doutrinária sobre a avaliação dos controles internos com a aplicação de testes de observância. Segundo disposto no livro Auditoria (Um curso moderno e completo / Marcelo Cavalcanti Almeida. 8ª ed. – São Paulo : Atlas, 2012.

3.6 Testes de observância do sistema de controle interno

Os testes de observância consistem em o auditor se certificar de que o sistema de controle interno levantado é o que realmente está sendo utilizado. Acontece com frequência que uma empresa tem um excelente sistema de controle interno descrito em seu manual de procedimentos; entretanto, na prática, a situação é totalmente diferente. [...]

455

Comentários:

3.6 Testes de observância do sistema de controle interno

Caso o sistema em uso seja diferente do descrito nos manuais internos, o auditor deve alterar as informações sobre o sistema, anteriormente levantadas, de forma a ajustá-las à situação real existente. Isso quer dizer que o auditor deve avaliar o sistema que efetivamente está sendo praticado no controle dos ativos da empresa e na produção de dados contábeis confiáveis. **O auditor normalmente cumpre esse procedimento mediante a observação da execução dos trabalhos pelos funcionários e da inspeção de documentos e registros contábeis.**

Gabarito: D.

456

(FGV - FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS SEFAZ MT – 2023) Um auditor, em um trabalho de auditoria, ficou responsável pela análise de documentação relativa a contratos de empréstimos contraídos pela entidade auditada durante o exercício. Para essa análise é importante observar aspectos como autenticidade, normalidade, legitimidade da aprovação e regularidade dos registros. Para o caso narrado, assinale a opção que indica o(s) procedimento(s) mais adequado(s).

(A) circularização externa e correção de documentos.
(B) exame de documentos originais e da escrituração.
(C) inquérito e conferência de cálculos.
(D) investigação minuciosa.
(E) observação e exame da escrituração.

Comentários: Questão doutrinária - William Attie em seu livro Auditoria: Conceitos e Aplicações (2010) - sobre o uso de técnicas de auditoria tradicionais para analisar a documentação relativa a contratos de empréstimos contraídos pela entidade auditada durante o exercício. Aspectos analisados:

a) autenticidade, normalidade, legitimidade da aprovação - exame da documentação original. Trata-se de procedimento voltado para a comprovação das transações que por exigências legais, comerciais ou de controle são evidenciadas por documentos comprobatórios destas transações.

Comentários: O exame realizado pelo auditor, sobre tais documentos, deverá atender às seguintes condições:

a. **Autenticidade:** constatar se a documentação é fidedigna e merece crédito;

b. **Normalidade:** constatar que a transação refere-se à operação normal e de acordo com os objetivos da empresa/instituição;

c. **Aprovação:** verificação de que a operação e os documentos foram aprovados por pessoa autorizada;

d. **Registro:** comprovar que o registro das operações foi adequado, a documentação é hábil e houve correspondência contábil, fiscal, entre outros.

459

Comentários: b) regularidade dos registros - exame da escrituração: comparando a escrituração formal com a documentação auxiliar e documentos que fundamentam os registros;

Gabarito: B.

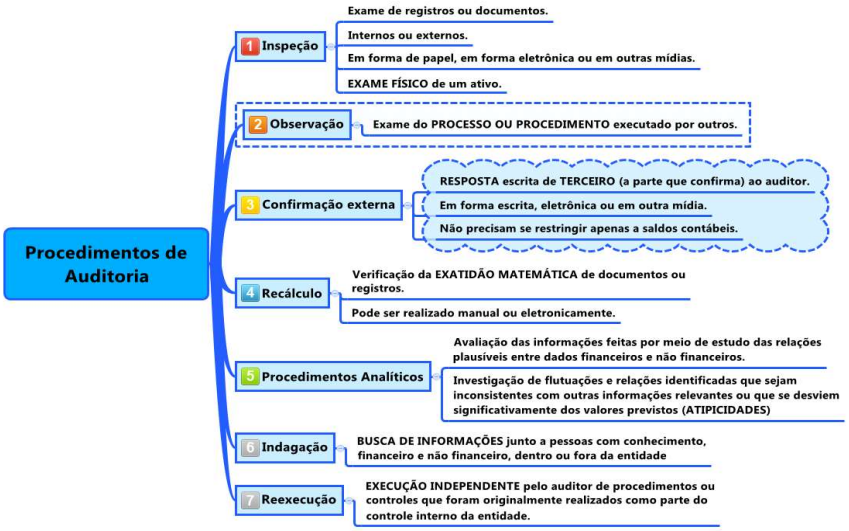
460

(FGV - AUDITOR FISCAL SEFAZ MG – 2023) O auditor deve definir e executar procedimentos de auditoria que sejam apropriados às circunstâncias com o objetivo de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente. De acordo com a NBC TA 500 (R1) - Evidência de Auditoria, assinale a opção que indica o procedimento que busca informações junto a pessoas com conhecimento financeiro e não financeiro, dentro ou fora da entidade.

(A) Indagação.
(B) Recálculo.
(C) Inspeção.
(D) Observação.
(E) Confirmação.

461

Comentários: Segundo a NBC TA 500(R1):



Gabarito: A.

462

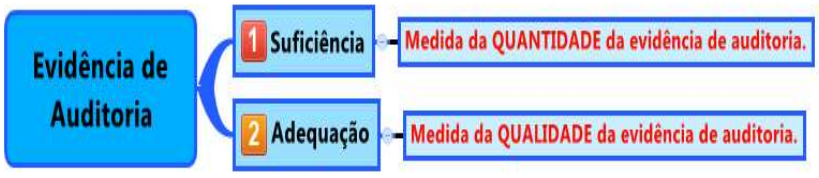
(FGV – AUDITOR FISCAL SEFAZ AM - 2022) De acordo com a NBC TA 500 (R1) – Evidência de Auditoria, o auditor deve definir e executar procedimentos que sejam apropriados às circunstâncias, com o objetivo de obter evidência de auditoria

A) inédita e relevante.
B) tempestiva e relevante.
C) neutra e livre de erros.
D) apropriada e suficiente.
E) completa e verificável.

Comentários: Questão cobrou a literalidade da NBC TA 500(R1) que trata da Evidência de auditoria:

Evidência de auditoria apropriada e suficiente

6. O auditor deve definir e executar procedimentos de auditoria que sejam apropriados às circunstâncias com o objetivo de obter **evidência de auditoria apropriada e suficiente** (ver itens A1 a A25).

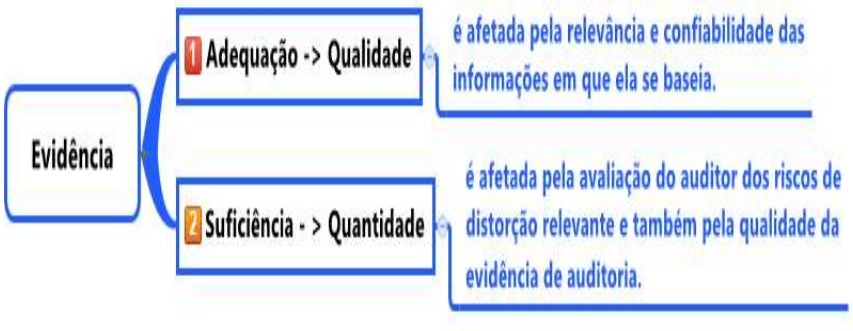


Gabarito: D.

(FGV – TÉCNICO DE ARRECADAÇÃO SEFAZ AM - 2022) As evidências de auditoria são as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões. A medida da qualidade da evidência de auditoria é a adequação da evidência, de modo que o fornecimento de suporte às conclusões em que se baseia a opinião do auditor seja

A) relevante e neutra.
B) verificável e neutra.
C) relevante e confiável.
D) tempestivo e verificável.
E) confiável e tempestivo.

Comentários: Segundo a NBC TA 500(R1):



Gabarito: C.

(FGV - AUDITOR FISCAL SEFAZ MG – 2023) O auditor pode levar em consideração numerosos fatores para determinar o tamanho da amostra. Assinale a opção que apresenta um fator que gera efeito negligenciável no tamanho da amostra em teste de controle em populações grandes.

A) Aumento na quantidade de unidades de amostragem na população.

B) Aumento na taxa esperada de desvio da população a ser testada.

C) Aumento na taxa tolerável de desvio.

(FGV - AUDITOR FISCAL SEFAZ MG – 2023) O auditor pode levar em consideração numerosos fatores para determinar o tamanho da amostra. Assinale a opção que apresenta um fator que gera efeito negligenciável no tamanho da amostra em teste de controle em populações grandes.

D) Aumento na extensão na qual a avaliação de risco do auditor leva em consideração os controles relevantes.

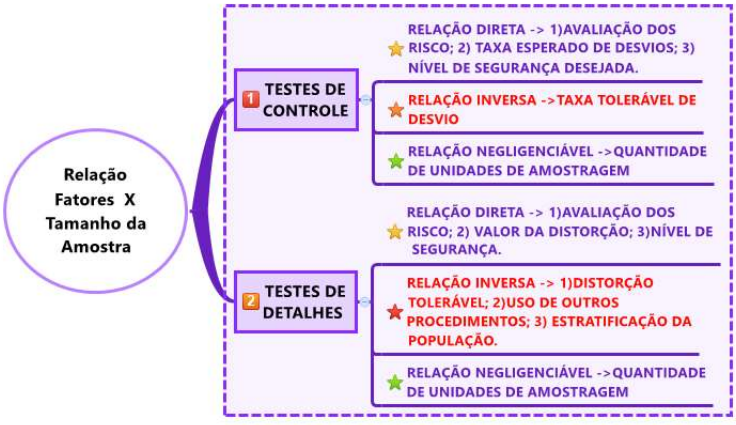
E) Aumento no nível de segurança desejado do auditor de que a taxa tolerável de desvio não seja excedida pela taxa real de desvio na população.

Comentários: Questão aborda um dos fatores que altera o tamanho da amostra, segundo a NBC TA 530:

FATORES QUE INFLUENCIAM NO TAMANHO DA AMOSTRA			
Testes de Controle		Testes de Detalhes	
Fator	Relação	Fator	Relação
Avaliação de riscos considera os controles relevantes	Direta	Avaliação do risco de distorção relevante	Direta
Taxa tolerável de desvio	Inversa	Distorção tolerável	Inversa
Taxa esperada de desvios	Direta	Valor da distorção que o auditor espera encontrar	Direta
Nível de segurança desejado de que a taxa tolerável não seja excedida pela taxa real de desvio na população	Direta	Nível de segurança desejado de que a distorção tolerável não é excedida pela distorção real na população	Direta
-		Uso de outros procedimentos substantivos	Inversa
-		Estratificação da população	Inversa
Quantidade de unidades de amostragem na população: efeito negligenciável			

469

Comentários: Questão aborda um dos fatores que altera o tamanho da amostra, segundo a NBC TA 530:



Gabarito: A.

470

(FGV – BTTS - 2023) O auditor, no exercício funcional, deve se dedicar à obtenção de evidências suficientes para sustentar a emissão de seu parecer. Em um trabalho de auditoria de demonstrações contábeis, o auditor indica, no seu parecer, que uma opinião sobre o conjunto das demonstrações auditadas não pode ser expressada. Nesse caso, ele deve

A) endereçar o princípio da independência.
B) indicar as razões no parecer.
C) propor alteração de escopo.
D) reduzir o nível de asseguração.
E) replanejar o trabalho com mais testes.

Comentários: Segundo a NBC TA 705:

24. Se a modificação for decorrente da impossibilidade de se obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, **o auditor deve incluir as razões dessa impossibilidade** na seção “Base para opinião”.

Gabarito: B.

(FGV – CGM RJ - 2023) Após finalizar os procedimentos planejados, revisar e analisar os papéis de trabalho e a matriz de achados de auditoria de um trabalho de auditoria financeira para o qual fora contratado, um auditor concluiu que as demonstrações contábeis apresentavam distorções relevantes. Além disso, no julgamento do auditor, os efeitos dessas distorções sobre as demonstrações contábeis eram relevantes e generalizados. De acordo com as normas de auditoria, diante dessa situação, o auditor:

A) deve emitir uma opinião adversa;
B) pode se abster de emitir opinião;
C) deve emitir uma opinião com ressalva;
D) pode emitir uma opinião não modificada;
E) deve enfatizar sua conclusão nos principais assuntos de auditoria.

Comentários: Segundo a NBC TA 705:

Natureza do assunto que gerou a modificação	Julgamento do auditor sobre a disseminação de forma generalizada dos efeitos ou possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis	
	Relevante, mas não generalizado	Relevante e generalizado
Demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes	Opinião com ressalva	Opinião adversa
Impossibilidade de se obter evidência de auditoria apropriada e suficiente	Opinião com ressalva	Abstenção de opinião

Gabarito: A.

(FGV – AUDITOR FISCAL SEFAZ MG - 2023) De acordo com as normas de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade, assinale a opção que indica o posicionamento relacionado à apresentação, no relatório do Auditor Independente, da auditoria relacionada à Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nas entidades auditadas.

(A) Deve ser referenciada em parágrafo na seção “Opinião”, junto com o resumo das principais políticas contábeis adotadas.

(B) Deve ser tratada em parágrafo de “Outros Assuntos”, para simplificar a redação e o entendimento do relatório do auditor independente e manter a uniformidade dos relatórios de auditoria.

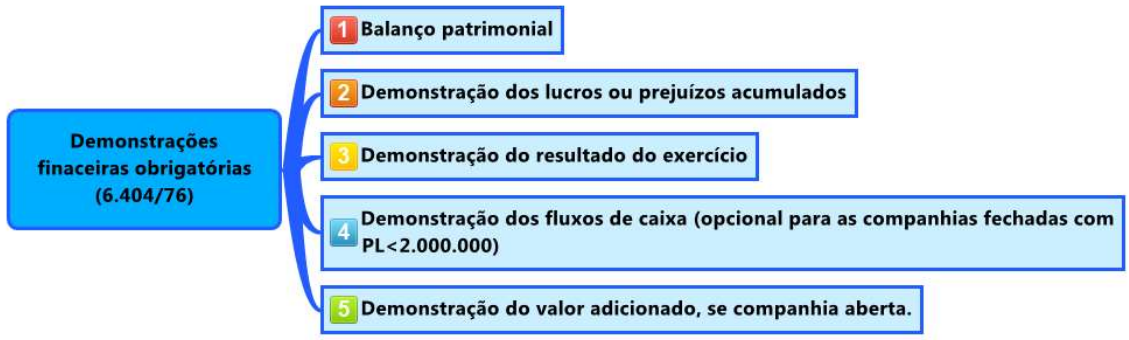
(FGV – AUDITOR FISCAL SEFAZ MG - 2023) De acordo com as normas de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade, assinale a opção que indica o posicionamento relacionado à apresentação, no relatório do Auditor Independente, da auditoria relacionada à Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nas entidades auditadas.

(C) Não deve ser apresentada, uma vez que, segundo a legislação societária brasileira, é obrigatória apenas para as companhias abertas, enquanto não é obrigatória de acordo com as normas internacionais.

(FGV – AUDITOR FISCAL SEFAZ MG - 2023) (D) Deve ser tratada em parágrafo de "Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis", por não ser uma demonstração obrigatória no conjunto de demonstrações contábeis e, sim, uma informação complementar para as companhias abertas, segundo a legislação societária brasileira.

(E) Deve ser apresentada em parágrafo de "Outras responsabilidades relativas à emissão do relatório", uma vez que é obrigatória para as companhias abertas, segundo a legislação societária brasileira, enquanto que de acordo com as IFRS, deve ser considerada uma informação suplementar.

Comentários: Segundo a Lei 6.404/76:



Comentários: Questão especifica sobre o tratamento da Demonstração do Valor Adicionado, segundo a NBC CTA 02 (Comunicado Técnico de Auditoria que trata da emissão do relatório do auditor independente sobre demonstrações contábeis individuais e consolidadas). Veja:

Apresentação da demonstração do valor adicionado

17. É importante destacar que a demonstração do valor adicionado (DVA) é obrigatória, segundo a legislação societária brasileira, somente para as companhias abertas, enquanto que de acordo com as IFRS, por não ser uma demonstração obrigatória no conjunto de demonstrações contábeis, deve ser considerada uma informação suplementar. Para simplificar a redação e o **entendimento do relatório do auditor independente, a DVA deve ser tratada em parágrafo de outros assuntos, após o parágrafo da opinião**, observando os exemplos apresentados nos Anexos II e III. Para manter a uniformidade dos relatórios de auditoria, a referência à DVA deve seguir essa disposição para todas as entidades. **Gabarito: B.**

Prof.: Tonyvan Carvalho

@professortonyvancarvalho

@ProfessorTonyvanCarvalho

https://t.me/professortonyvancarvalho

Prof. Tonyvan Carvalho

OBRIGADO!

Prof. Tonyvan Carvalho

481

CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

Prof. Marcondes Fortaleza

482

Siga o Marcondinho nas Redes Sociais

- Instagram: @marcondesfortaleza
- Telegram: t.me/cafecomcontabilidade
- YouTube: www.youtube.com/marcondesfortaleza

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR Carga Horária: 40h semanais QUADRO DE VAGAS					
Cargo	Vencimento Básico	Ampla	Negro Indígena	PcD*	Total de vagas
Auditor Fiscal do Tesouro Municipal	R$ 12.894,35	7	2	1	**10**
Analista Tributário do Tesouro Municipal	R$6.157,71	4	1	-	**5**
Contador	R$ 3.429,68	2	1	-	**3**
				TOTAL: 18	

DIA 27-09-24 – 14 às 19h

DISCIPLINAS	QUESTÕES	PESO	PONT. MÁX
Língua Portuguesa	10	1	10
Raciocínio Lógico Matemático/ Matemática Financeira/Estatística	10	1	10
Direito Administrativo	5	1	5
Direito Constitucional	5	1	5
Tecnologia da Informação	10	1	10
TOTAL	40		40
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS			
Direito Tributário	20	1	20
Contabilidade Geral e Avançada	15	1	15
Auditoria	10	1	10
Legislação Municipal Específica	15	1	15
TOTAL	**60**		**60**

01. (FGV/ANALISTA TÉCNICO CONTÁBIL TJ MS 2024) O entendimento efetivo de conceitos a partir das normas e dos pronunciamentos contábeis é imprescindível para que as informações sejam relevantes e representem fidedignamente o reconhecimento e a mensuração de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade.

Em se tratando dos preceitos das normas e dos pronunciamentos contábeis, é correto afirmar que:

a) a neutralidade é inconsistente com o exercício da prudência;

2.16 A neutralidade é apoiada pelo exercício da prudência. Prudência é o exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza. O exercício de prudência significa que ativos e receitas não estão superavaliados e passivos e despesas não estão subavaliados. Da mesma forma, o exercício de prudência não permite a subavaliação de ativos ou receitas ou a superavaliação de passivos ou despesas. Essas divulgações distorcidas podem levar à superavaliação ou subavaliação de receitas ou despesas em períodos futuros.

487

b) representação fidedigna significa representação precisa em todos os aspectos;

488

2.18 Representação fidedigna não significa representação precisa em todos os aspectos. Livre de erros significa que não há erros ou omissões na descrição do fenômeno e que o processo utilizado para produzir as informações apresentadas foi selecionado e aplicado sem erros no processo. Nesse contexto, livre de erros não significa perfeitamente precisa em todos os aspectos. Por exemplo, a estimativa de preço ou valor não observável não pode ser determinada como precisa ou imprecisa. Contudo, a representação dessa estimativa pode ser fidedigna se o valor for descrito de forma clara e precisa como sendo a estimativa, se a natureza e as limitações do processo de estimativa forem explicadas e se nenhum erro tiver sido cometido na escolha e na aplicação do processo apropriado para o desenvolvimento da estimativa.

c) determinados pronunciamentos podem conter requisitos assimétricos, como, por exemplo, provisões e ativos contingentes;

2.17 O exercício de prudência não implica necessidade de assimetria, por exemplo, a necessidade sistemática de evidência mais convincente para dar suporte ao reconhecimento de ativos ou receitas do que ao reconhecimento de passivos ou despesas. Essa assimetria não é característica qualitativa de informações financeiras úteis. Não obstante, determinados pronunciamentos podem conter requisitos assimétricos se isso for consequência de decisões que se destinam a selecionar as informações mais relevantes que representam fidedignamente o que pretendem representar.

d) prudência significa que ativos e receitas devem ser superavaliados e passivos e despesas devem ser subavaliados;

2.16 A neutralidade é apoiada pelo exercício da prudência. Prudência é o exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza. O exercício de prudência significa que ativos e receitas não estão superavaliados e passivos e despesas não estão subavaliados. Da mesma forma, o exercício de prudência não permite a subavaliação de ativos ou receitas ou a superavaliação de passivos ou despesas. Essas divulgações distorcidas podem levar à superavaliação ou subavaliação de receitas ou despesas em períodos futuros.

e) informações neutras significam informações sem nenhum propósito ou sem nenhuma influência sobre o comportamento.

2.15 A representação neutra não é tendenciosa na seleção ou na apresentação de informações financeiras. A representação neutra não possui inclinações, não é parcial, não é enfatizada ou deixa de ser enfatizada, nem é, de outro modo, manipulada para aumentar a probabilidade de que as informações financeiras serão recebidas de forma favorável ou desfavorável pelos usuários. Informações neutras não significam informações sem nenhum propósito ou sem nenhuma influência sobre o comportamento. Ao contrário, informações financeiras relevantes são, por definição, capazes de fazer diferença nas decisões dos usuários.

02. (FGV/ANALISTA TCE GO 2024) Camila havia programado uma viagem internacional de 01 a 20 de março. Para acessar internet de modo ilimitado no período de sua viagem, Camila decidiu habilitar o chip de seu celular.

Na empresa de telefonia, foi informado que o chip poderia ser habilitado durante somente o mês de março por R$ 100, ou, a partir da data da viagem e até o final de 2023, por R$ 120.

Mesmo não tendo outras viagens internacionais agendadas no ano, Camila considerou a segunda opção mais vantajosa, e optou por habilitar o chip até o final de 2023.

Assinale a opção que indica o reconhecimento da despesa relacionada à habilitação de internet no chip.

(A) R$ 100 em março.

(B) R$ 120 em janeiro.

(C) R$ 120 em março.

(D) R$ 10 de janeiro a dezembro.

(E) R$ 12 de março a dezembro.

497

03. (FGV/AUDITOR TCE PA 2024 - Fiscalização) Em 31/12/2022, a Cia XYZ emitiu debêntures com prêmio.

Ao longo da vigência das debêntures, o valor do prêmio foi alocado ao resultado do período através da seguinte conta:

(A) receitas financeiras.
(B) despesas financeiras.
(C) despesas operacionais.
(D) redutora das receitas financeiras.
(E) redutora das despesas financeiras.

498

04. (FGV/ANALISTA TÉCNICO CONTÁBIL TJ MS 2024) Uma empresa S.A. possui um recebível com valor nominal de R$ 240.000, a ser liquidado em 24 parcelas fixas de R$ 10.000, o qual foi registrado na data de 01/01/24 pelo valor de R$ 200.000.

Nessa mesma data, a empresa classificou o recebível como estágio I e escolheu a abordagem geral ao invés da abordagem simplificada. Para tal categoria havia uma expectativa de perda de 3% nos próximos 12 meses e de 6% em toda a vida esperada dos ativos, já ponderado o efeito da recuperação de recebíveis inadimplidos reavidos com base nos esforços da equipe de cobrança.

Considerando-se as informações apresentadas, o contador contabilizou uma perda estimada de crédito de liquidação duvidosa de:

(A) R$ 6.000;

(B) R$ 7.200;

(C) R$ 12.000;

(D) R$ 14.400;

(E) R$ 40.000.

05. (FGV/ANALISTA TÉCNICO CONTÁBIL TJ MS 2024) Uma empresa S.A. vendeu máquinas de lavar roupa no valor de R$ 900.000 durante o seu último mês de operações.

Com base em sua experiência passada sobre a ocorrência de sinistros, prevê uma despesa de garantia estimada em 2% da receita.

Durante o mês seguinte, a empresa incorre em R$ 10.000 de mão de obra e R$ 4.500 em gastos de materiais para reparar as garantias. Considerando-se as informações apresentadas, o contador realizou, corretamente, o seguinte lançamento contábil:

a) Débito: Provisão para garantias (Passivo Circulante) R$ 18.000 Crédito: Provisão para garantias (DRE) R$ 18.000;

b) Débito: Despesas com mão de obra (DRE) R$10.000
Débito: Despesas com materiais (DRE) R$ 4.500
Crédito: Provisão para garantias (Passivo Circulante) R$ 14.500;

c) Débito: Despesas com garantias (DRE) R$ 14.500
Crédito: Provisão para garantias (Passivo Circulante) R$ 14.500;

d) Débito: Provisão para garantias (Passivo Circulante) R$ 14.500 Crédito: Mão de obra a pagar (Passivo Circulante) R$ 10.000 Crédito: Materiais a pagar (Passivo Circulante) R$ 4.500;

e) Débito: Despesas com mão de obra (DRE) R$ 10.000
Débito: Despesas com materiais (DRE) R$ 4.500
Crédito: Provisão para garantias (Passivo Circulante) R$ 14.500.

06. (FGV/AUDITOR TCE PA 2024 - Fiscalização) Em 01/05/2024, uma papelaria adquiriu 300 cadernos para revenda à vista. Cada caderno é geralmente vendido pelo seu fornecedor por R$ 20, no entanto, como a quantidade era considerada grande, a papelaria recebeu um desconto de 10% sobre o preço.

Além disso, o fornecedor pagou pelo frete dos cadernos, que era de R$ 300. Em maio de 2024 foram vendidos 200 cadernos, pelo preço unitário de R$60, a prazo. A inadimplência é estimada em 2%.

Além disso, a papelaria paga aos seus vendedores uma comissão de 5% sobre a mercadoria vendida.

Assinale a opção que indica o custo das mercadorias vendidas relacionado à venda dos cadernos em maio de 2024, considerando que não havia estoque inicial:

(A) R$ 3.600.

(B) R$ 3.800.

(C) R$ 4.000.

(D) R$ 4.200.

(E) R$ 4.600.

07. (FGV/ANALISTA TÉCNICO CONTÁBIL TJ MS 2024) Em 1º de janeiro de 2024, uma máquina comprada por R$ 10.000 foi originalmente estimada como tendo uma vida útil de 10 anos e um valor residual de R$ 1.000.

Em 1º de janeiro de 2029 (cinco anos depois), o ativo deverá durar mais 10 anos e agora tem um valor residual de R$ 800. Em ambas as situações, a empresa utiliza o método linear de depreciação.

Considerando-se as informações apresentadas, o contador identificou que o:

a) valor contábil do ativo após cinco anos será de R$ 4.500;

b) impairment ocorreu e deve ser tratado como uma mudança de estimativa contábil;

c) valor depreciável após cinco anos será de R$ 5.500;

d) efeito da mudança de estimativa nos resultados da empresa será uma diminuição de R$ 470;

e) valor de depreciação anual durante a vida restante é de R$ 470.

509

08. (FGV/ANALISTA TÉCNICO CONTÁBIL TJ MS 2024) Uma empresa S.A. de tecnologia emprega diversos pesquisadores. A equipe do projeto incorreu nos seguintes gastos:

Descrição	Valor
Projeto conceitual e avaliação de alternativas de materiais	R$ 6.200
Seleção final de alternativas	R$ 9.500
Construção e teste de protótipos	R$ 70.000
Teste do sistema aperfeiçoado	R$ 30.000
Custos indiretos de conversão de dados	R$ 3.900
Treinamento de pessoal para operar o ativo	R$ 14.000
Despesas de publicidade	R$ 6.900
Despesas gerais e administrativas	R$ 11.200

510

A partir dos gastos apresentados, a empresa reconheceu um ativo intangível com vida útil definida da seguinte forma: os fatores econômicos determinam que a vida útil é de 8 anos, enquanto os fatores legais determinam 5 anos. O valor residual do ativo intangível é igual a R$ 10.000. Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos do CPC 04, o valor da amortização anual do ativo intangível será de:

(A) R$ 11.250;
(B) R$ 13.000;
(C) R$ 18.000;
(D) R$ 20.800;
(E) R$ 22.800.

Fase de pesquisa

54. Nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido. Os gastos com pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.

56. *São exemplos de atividades de pesquisa:*
    a) *atividades destinadas à obtenção de novo conhecimento;*
    b) *busca, avaliação e seleção final das aplicações dos resultados de pesquisa ou outros conhecimentos;*
    c) *busca de alternativas para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços; e*
    d) *formulação, projeto, avaliação e seleção final de alternativas possíveis para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou aperfeiçoados.*

59. *São exemplos de atividades de desenvolvimento:*
    a) *projeto, construção e teste de protótipos e modelos pré-produção ou pré-utilização;*
    b) *projeto de ferramentas, gabaritos, moldes e matrizes que envolvam nova tecnologia;*
    c) *projeto, construção e operação de fábrica-piloto, desde que já não esteja em escala economicamente viável para produção comercial; e*
    d) *projeto, construção e teste da alternativa escolhida de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas e serviços novos ou aperfeiçoados.*

09. (FGV/AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE STN ÁREA CONTÁBIL 2024) Em 01/07/2020, um restaurante adquiriu um forno por R$120.000. A vida útil era estimada em 10 anos e não era considerado valor residual. O restaurante usava o método da linha reta para depreciar os seus ativos imobilizados. Em 31/12/2022, os sócios do restaurante decidiram vender o forno por R$ 85.500, uma vez que o valor justo na data era estimado em R$ 85.000. A venda era considerada altamente provável, uma vez que o nível hierárquico de gestão apropriado estava comprometido com o plano de venda do ativo e havia sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano, de modo que o forno passou a ser classificado como "ativo não circulante como mantido para venda".

Assinale a opção que indica o valor do forno no balanço patrimonial do restaurante em 30/06/2023.

(A) R$ 78.000.

(B) R$ 84.000.

(C) R$ 85.000.

(D) R$ 85.500.

(E) R$ 90.000.

10. (FGV/FISCAL DE RENDAS ISS RJ 2023) Uma empresa fechou um contrato com um cliente para construir um depósito no valor de R$ 100.000, com um bônus de desempenho de R$ 50.000, que será pago com base no prazo de conclusão. O valor do bônus de desempenho diminui em 10% por semana para cada semana além da data de conclusão acordada. Os requisitos desse contrato são semelhantes aos contratos que a empresa realiza, e a administração acredita que tal experiência é suficientemente preditiva. A administração estima que há uma probabilidade de 60% de que o contrato seja concluído na data de conclusão acordada, uma probabilidade de 30% de que seja concluído com 1 semana de atraso e 10% de probabilidade de que seja concluído com 2 semanas de atraso.

Nesse caso, considerando-se as informações apresentadas, o valor de reconhecimento da receita é de:

a) R$ 100.000;

b) R$ 130.000;

c) R$ 145.000;

d) R$ 147.500;

e) R$ 150.000.

11. (FGV/ANALISTA DE GESTÃO CORPORATIVA EPE 2024 - Contabilidade) Uma sociedade empresária foi constituída em 01/01/2024, com o objetivo de trabalhar com venda de material escolar a partir de 01/02/2024.

No mês de janeiro, aconteceram as seguintes transações:

• Integralização de capital social pelos sócios: R$ 400.000

• Pagamento antecipado do aluguel anual do depósito: R$ 36.000.

• Compra à vista de estoque: R$ 80.000.

519

• Pagamento antecipado do aluguel anual do local em que irão ocorrer as atividades administrativas: R$ 60.000.

• Compra à vista de móveis e computadores para utilizar no negócio: R$ 45.000.

• Compra à vista de veículo para ser utilizado no transporte de empregados: R$ 50.000.

• Pagamento antecipado do seguro anual do veículo: R$ 12.000.

• Recebimento de caixa referente à empréstimo bancário para pagamento em 9 meses, com incidência de juros a partir de fevereiro: R$ 100.000.

520

Assinale a opção que indica o fluxo de caixa consumido pela atividade operacional, em janeiro de 2024.

(A) R$ 76.000.

(B) R$ 138.000.

(C) R$ 176.000.

(D) R$ 188.000.

(E) R$ 238.000.

12. (FGV/FISCAL DE RENDAS ISS RJ 2023) Uma empresa comercial adquiriu mercadorias por R$ 1.000.000 e as revendeu por R$ 1.500.000 (sem quaisquer outras despesas). Tanto na entrada quanto na saída, houve incidência de ICMS, PIS e Cofins não cumulativos de 20%.

Considerando-se somente as informações apresentadas, a empresa:

a) deverá recolher, efetivamente, R$ 300.000 de tributos;

b) ao divulgar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), demonstrará a genuína carga tributária sobre seu valor adicionado;

c) deverá contabilizar R$ 1.000.000 em estoques e em contrapartida, no passivo, R$ 800.000 em fornecedores e R$ 200.000 em tributos a recolher;

523

d) ao divulgar a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), demonstrará a genuína tributação que corresponde à efetiva realidade financeira;

e) apresentará um valor adicionado de R$ 400.000.

524

CPC 09 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Impostos, taxas e contribuições - valores relativos ao imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuições aos INSS (incluídos aqui os valores do Seguro de Acidentes do Trabalho) que sejam ônus do empregador, bem como os demais impostos e contribuições a que a empresa esteja sujeita. Para os impostos compensáveis, tais como ICMS, IPI, PIS e COFINS, devem ser considerados apenas os valores devidos ou já recolhidos, e representam a diferença entre os impostos e contribuições incidentes sobre as receitas e os respectivos valores incidentes sobre os itens considerados como "insumos adquiridos de terceiros".

13. (FGV/FISCAL DE RENDAS ISS RJ 2023) Uma empresa de estacionamento aluga vagas específicas no seu terreno. Todas as vagas do estacionamento são alugadas por meio de um contrato padrão.

Pelo contrato, o cliente obtém o direito exclusivo de estacionar em uma vaga específica durante todo o período do contrato. A empresa não pode alterar o espaço designado ao cliente. A vaga no estacionamento atribuída é identificada por um número pintado no chão e os custos de manutenção não são significativos.

Nesse caso, considerando-se as informações apresentadas, o estacionamento deve ser contabilizado como:

a) imobilizado;

b) propriedade para investimento;

c) estoque;

d) ativo circulante mantido para venda;

e) intangível.

14. (FGV/FISCAL DE RENDAS ISS RJ 2023) Uma empresa assinou um contrato de arrendamento em 1º de janeiro de 2023 de uma máquina. Os termos do contrato de arrendamento e outros dados pertinentes são os seguintes:

- O prazo do arrendamento é de cinco anos. O contrato de arrendamento não é rescindível e não contém opção de renovação, obrigando-se a pagamentos iguais de R$ 20.711,11 no início de cada ano. O valor presente dos pagamentos do arrendamento é de, aproximadamente, R$ 95.890,35.

- A máquina tem um valor justo no início do arrendamento de R$ 100.000, uma vida econômica estimada de cinco anos e um valor residual garantido de R$ 5.000 (o arrendatário espera que seja provável que o valor esperado do valor residual no final do arrendamento seja superior ao valor garantido de R$ 5.000).

- A taxa de empréstimo incremental do arrendatário é de 5% ao ano.

- O arrendatário tem como política contábil depreciar suas máquinas e equipamentos linearmente.

- O arrendador definiu uma taxa de aluguel anual para obter uma taxa de retorno de 4% ao ano, e o arrendatário está ciente dessa taxa.

Nesse caso, considerando-se as informações apresentadas, a empresa:

a) utilizou a taxa de empréstimo incremental de 5% para calcular o valor presente do passivo de arrendamento;

531

CPC 06 (R2) - ARRENDAMENTOS

Mensuração inicial do passivo de arrendamento

26. Na data de início, o arrendatário deve mensurar o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nessa data. Os pagamentos do arrendamento devem ser descontados, utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada imediatamente. Se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, o arrendatário deve utilizar a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário.

532

b) contabilizará um ativo de direito de uso por R$ 95.000;

533

CPC 06 (R2) - ARRENDAMENTOS

Mensuração

Mensuração inicial

Mensuração inicial do ativo de direito de uso

23. Na data de início, o arrendatário deve mensurar o ativo de direito de uso ao custo.

534

24. O custo do ativo de direito de uso deve compreender:

(a) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, conforme descrito no item 26;

(b) quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;

(c) quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário; e

(d) a estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, salvo se esses custos forem incorridos para produzir estoques. O arrendatário incorre na obrigação por esses custos seja na data de início ou como consequência de ter usado o ativo subjacente durante um período específico.

Mensuração inicial do passivo de arrendamento

26. Na data de início, o arrendatário deve mensurar o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nessa data. Os pagamentos do arrendamento devem ser descontados, utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada imediatamente. Se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, o arrendatário deve utilizar a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário.

c) somará um total pago de R$ 100.000 referente ao arrendamento ao fim dos cinco anos;

d) depreciará o ativo de direito de uso durante o prazo de arrendamento de cinco anos (R$ 95.890,35 ÷ 5 anos);

e) reconheceu os juros de R$ 21.711,11 no primeiro ano.

537

538

15. (FGV/AUDITOR PREFEITURA PAULÍNIA 2021) As Cias. Y e Z apresentavam os seguintes balanços patrimoniais, em 31/12/X0.

	Cia Y	Cia Z
Ativo Circulante		
Caixa	80.000	30.000
Estoques		90.000
Investimento		
Participação na Cia Z	84.000	
Ativo Total	164.000	120.000
Patrimônio Líquido		
Capital Social	164.000	120.000
Part. não controladores		
Passivo + PL	164.000	120.000

539

Em janeiro de X1, a Cia. Z vendeu metade de seu estoque para a Cia. Y por R$ 60.000, à vista.

Em outubro de X1, a Cia. Y vendeu 80% de seu estoque para terceiros, por R$ 80.000 à vista.

540

Assinale a opção que indica o valor do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores, em 31/12/X1, sem considerar a incidência de impostos.

a) R$ 30.800.
b) R$ 32.900.
c) R$ 39.500.
d) R$ 42.500.
e) R$ 47.000.

541

542

16. (FGV/INSPETOR E ANALISTA DA CVM 2024 – Mercado de Capitais) A empresa ZZZ S.A. concluiu, em 1º de novembro de 2023, a aquisição de 100% das ações da YYY S.A. O preço de aquisição foi de R$ 2 milhões pagos à vista, em recursos financeiros.

O patrimônio líquido da YYY S.A. era de R$ 200 mil. A YYY S.A. é a maior rede varejista especializada em produtos frescos, com foco em frutas, legumes e verduras, possuindo uma rede de 60 lojas em 6 estados brasileiros e sendo referência digital do setor no país, com as vendas online representando 30% do total.

A ZZZ S.A., através de avaliação de consultores externos, efetuou os estudos para determinação do valor justo dos ativos e passivos para a alocação do preço de compra.

O avaliador identificou passivos contingentes (não prováveis que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação) mensurados a valor justo com confiabilidade no valor de R$ 100.000,00.

YYY S.A.	Valor Justo (em reais)
Contas de ativo	
Títulos e valores mobiliários	30.000,00
Depósitos judiciais	4.000,00
Imobilizado	350.000,00
Intangível	670.000,00
Ativo de direito de uso	420.000,00
Outros ativos circulantes e não circulantes	400.000,00
Contas de passivo	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	540.000,00
Passivo de arrendamento	460.000,00
Imposto de renda e contribuição social diferido	150.000,00
Outros passivos circulantes e não circulantes	280.000,00

545

O ágio apurado até 31 de dezembro de 2023, data da operação concluída, foi pago principalmente pela expectativa de rentabilidade futura (goodwill), uma vez que a YYY S.A. oferece alta recorrência de compra, por meio da capilaridade, localização estratégica das lojas e integração digital. Considerando as informações apresentadas, o analista da CVM identificou um ágio de:

(A) R$ 144.000,00;
(B) R$ 344.000,00;
(C) R$ 1.556.000,00;
(D) R$ 1.656.000,00;
(E) R$ 1.800.000,00.

546

13. *A aplicação do princípio e as condições de reconhecimento pelo adquirente podem resultar no reconhecimento de alguns ativos e passivos que não tenham sido anteriormente reconhecidos como tais nas demonstrações contábeis da adquirida.*

23.As exigências do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes não se aplicam na determinação de quais passivos contingentes devem ser reconhecidos na data da aquisição. Em vez disso, o adquirente deve reconhecer, na data da aquisição, um passivo contingente assumido em combinação de negócios se ele for uma obrigação presente que surge de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. Portanto, de forma contrária ao Pronunciamento Técnico CPC 25, o adquirente deve reconhecer, na data da aquisição, um passivo contingente assumido em combinação de negócios, mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos (incorporando benefícios econômicos) para liquidar a obrigação. O item 56 orienta a contabilização subsequente de passivos contingentes.

549

Amanhã: Calma e Confiança!

O mundo é a prova!

550

OBRIGADO!

Prof. Marcondes Fortaleza

551

DIREITO TRIBUTÁRIO

Prof. Fábio Dutra

552

Prof Fábio Dutra

@proffabiodutra

Fábio Dutra

ProfFabioDutraConcursos

Simples Nacional

Tributação no Simples Nacional

- ❑ Recolhimento Mensal;
- ❑ **Regra:** regime de competência // **Opcional:** regime de caixa
- ❑ Documento único de arrecadação (DAS);
- ❑ Abrange impostos e contribuições incluídos na sistemática:

❑ IRPJ;	❑ PIS/Pasep
❑ IPI;	❑ CPP, com exceções;
❑ CSLL;	❑ ICMS;
❑ COFINS;	❑ ISS;

@ProfFabioDutra

Simples Nacional

❑ Alguns impostos e contribuições não incluídos no Simples Nacional:

- ❑ **IOF;**
- ❑ **II;**
- ❑ **IE;**
- ❑ **ITR;**
- ❑ **FGTS;**
- ❑ **PIS/Pasep, Cofins e IPI sobre importação;**
- ❑ **Demais espécies tributárias (taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios**

- ❑ **Distribuição de lucros** → isenção de IRPF
- ❑ **Remuneração por pró-labore, aluguéis ou serviço prestado** → Tributação por IRPF.

@ProfFabioDutra

Simples Nacional

Tributação no Simples Nacional

❑ **Incidências do ISS NÃO incluídas no Simples Nacional:**

- ❑ ISS devido em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte;

- ❑ ISS devido na importação de serviços;

@ProfFabioDutra

Simples Nacional

Tributação no Simples Nacional

- Dica importante: **as operações de importação foram excluídas do Simples Nacional:**
  - **- Imposto de Importação;**
  - **- ICMS na importação;**
  - **- IPI na importação;**
  - **- ISS na importação;**
  - **- PIS/COFINS na importação;**

@ProfFabioDutra

Simples Nacional

Vedações

- **Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado (Simples Nacional), para nenhum efeito legal (vedação plena), a pessoa jurídica:**
- de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- constituída sob a forma de sociedade por ações.

@ProfFabioDutra

FGV/Cam Dep. Consultor/2024

Estratégia Concursos

O Simples Nacional é a forma de tributação mais utilizada no Brasil pelas pessoas jurídicas, desde que possível o seu enquadramento no modelo previsto pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores.

Em relação ao Simples Nacional analise os itens a seguir.

I. É vedada a participação no Simples Nacional de pessoas jurídicas que participem do capital de outra pessoa jurídica.

II. A exclusão do Simples Nacional pode ser feita de ofício ou mediante comunicação da empresa optante do regime.

III. A exclusão de microempresas ou empresas de pequeno porte do Simples Nacional impede a aplicação das normas de tributação das demais pessoas jurídicas, por força da proteção constitucional prevista no Art. 146, III, c, da Lei Maior.

FGV/Cam Dep. Consultor/2024

Estratégia Concursos

Está correto o que se afirma em

A) II, apenas.

B) II e III, apenas.

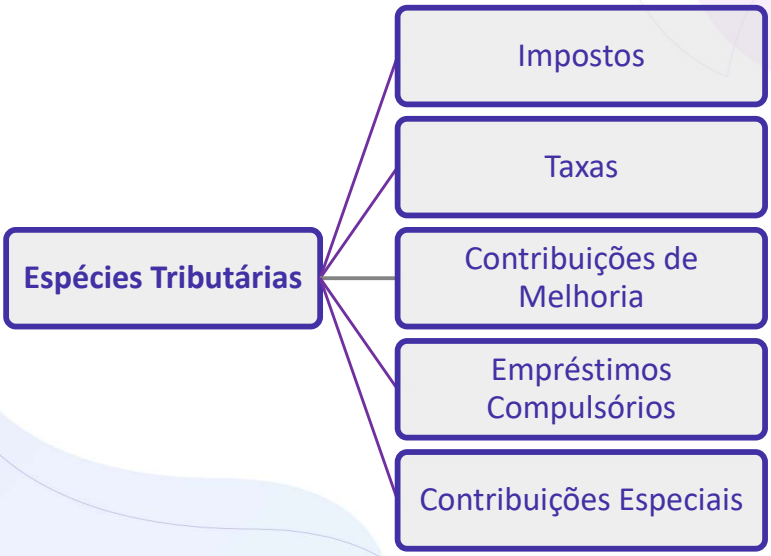
C) I, II e III.

D) III, apenas.

E) I e II, apenas.

Gabarito: Letra E

Espécies Tributárias



Conceito de Tributos
Prof. Fábio Dutra

@ProfFabioDutra

Taxas x Impostos

❑**Taxas**

❑Tributo Vinculado
❑**Fato Geradores:**
- ❑**Exercício regular do poder de polícia;**
- ❑**Serviço público específico e divisível;**

❑**Impostos**

❑Tributo não vinculado;
❑Tributo de arrecadação não vinculada;
❑Fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes definidos em lei complementar;

@ProfFabioDutra

Taxas x Impostos

Taxas Inconstitucionais	Taxas Constitucionais
Taxa de Iluminação Pública	Taxa de coleta de lixo
Taxa de Segurança Pública	Taxa Judiciária e Custas Judiciais
Taxa de Segurança de Incêndio	Emolumentos dos serviços notariais e registrais
Taxa de Limpeza de logradouros públicos	Taxas referente a Perícia e Diligência no âmbito do PAF
Taxa pela emissão de guia/carnê de pagamento de outros tributos	-

565

FGV/CM-SP-Consultor/2024

Em relação aos tipos de impostos e/ou suas características, é correto afirmar que os impostos

A) indiretos são regressivos e elevam a desigualdade de renda na economia.

B) são, geralmente, vinculados a despesas públicas ou a fundos públicos.

C) dependem de o Estado atuar na geração do seu fato gerador para que seja criada a obrigação tributária.

D) indiretos são pagos sobre a renda e patrimônio.

E) proporcionais são caracterizados por percentuais que crescem com o nível de renda dos contribuintes.

Gabarito: Letra A

566

FGV/TJ-AP/2022

José recebeu carnê de pagamento de contribuição de melhoria do Município Alfa referente à obra pública municipal que valorizou seu imóvel rural. Verificou que, no carnê, havia também a discriminação de pequeno valor de cobrança de taxa relativa ao custo de expedição do carnê, nos termos de nova lei municipal criadora dessa taxa.

A respeito desse cenário e à luz do entendimento dominante do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

A) a expedição de carnê de pagamento de tal tributo não pode ser remunerada por taxa;

B) a expedição de carnê de pagamento de tal tributo pode ser remunerada por taxa, em razão de configurar serviço público específico e divisível;

FGV/TJ-AP/2022

C) a expedição de carnê de pagamento de tal tributo pode ser remunerada por taxa, em razão de configurar exercício do poder de polícia;

D) o Município Alfa não detém competência tributária para instituir tal contribuição de melhoria;

E) o Município Alfa não pode instituir tal contribuição de melhoria referente a imóvel localizado em área rural.

Gabarito: Letra A

Princípios Tributários

❑**Princípio da Legalidade:**

❑**Instituição:** sempre por meio de lei (como regra, ordinária ou M.P.);

❑**Alteração das Alíquotas:** como regra, por meio de lei;

❑**Atualização de base de cálculo:** por meio de ato infralegal

❑**Imposição de Multa:** por meio de lei;

❑**Benefícios fiscais:** por meio de lei.

Imunidade Recíproca

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
(...)
VI - instituir impostos sobre:
a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

Imunidade Recíproca

- A imunidade recíproca é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público e à empresa pública prestadora de serviço postal, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes. **(Art. 150, § 2º, da CF/88, com redação dada pela EC 132/2023)**

Imunidade Religiosa

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
(...)
VI - instituir impostos sobre:
(...)
b) entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Imunidade Religiosa

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

(...)

§ 1º-A O imposto previsto no inciso I do caput deste artigo não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades abrangidas pela imunidade de que trata a alínea "b" do inciso VI do caput do art. 150 desta Constituição sejam apenas locatárias do bem imóvel. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 116, de 2022)

Imunidade Recíproca

Art. 149-B. Os tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, observarão as mesmas regras em relação a:
(...)
Parágrafo único. Os tributos de que trata o caput observarão as Imunidade previstas no art. 150, VI, não se aplicando a ambos os tributos o disposto no art. 195, § 7º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Competência Tributária

❑ **Novidades na Competência Tributária:**

❑ **Imposto de Competência Compartilhada E/DF/M:** IBS
❑ **Contribuição de Competência da União:** CBS
❑ **Imposto Federal:** Imposto Seletivo

Competência Tributária

❑ **Competência tributária:** poder para instituição de tributos.
- ❑Atribuída pela CF/88;
- ❑Indelegável;
- ❑Distribuída **apenas** aos entes federados: **U/E/DF/M**

❑**Capacidade tributária ativa:** funções de arrecadar, fiscalizar e cobrar tributos.
- ❑Delegável a outra pessoa jurídica de direito público.

❑**Arrecadação bancária:** pessoas jurídicas de direito privado.

Legislação Tributária

Estratégia Concursos

- **Definição de Legislação Tributária:**
  - A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
  - **Leis;**
  - **Tratados e convenções internacionais**
  - **Decretos**
  - **Normas complementares.**

@ProfFabioDutra

Vigência da Legislação Tributária

Estratégia Concursos

Direito Tributário
Prof. Fábio Dutra

@ProfFabioDutra

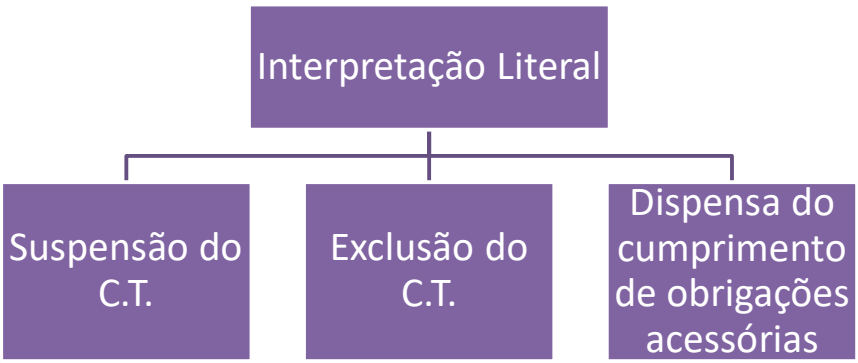
Aplicação da Legislação Tributária

- **Aplicação da Legislação Tributária:**
  - Fatos geradores futuros;
  - Fatos geradores pendentes;
  - **Excepcionalmente, aplicação retroativa:**
  - Lei expressamente interpretativa;
  - Lei mais benéfica sobre infrações e penalidades.

@ProfFabioDutra

Interpretação da Legislação

- **Interpretação Literal:**

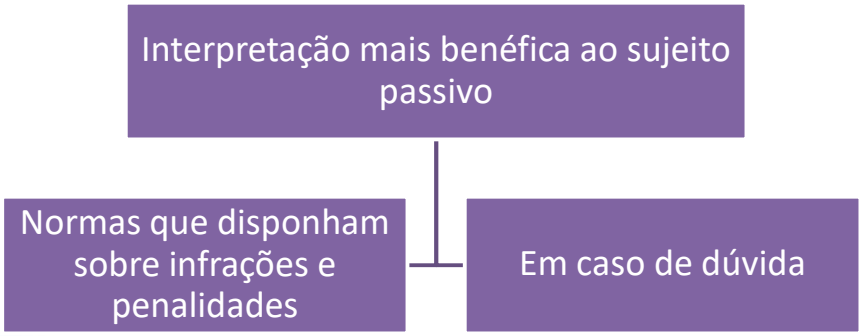


@ProfFabioDutra

Interpretação da Legislação

Estratégia Concursos

- **Interpretação mais benéfica ao sujeito passivo:**



@ProfFabioDutra

FGV/SEFAZ-BA/2022

Estratégia Concursos

O Estado X publicou uma lei que determina a isenção de IPVA para os proprietários de veículos automotores com deficiência auditiva que estejam aposentados, desde que comprovada a deficiência por meio de junta médica oficial.

Sobre a hipótese descrita, assinale a afirmativa correta.

A) Os proprietários de veículos com deficiência motora, visual ou mental, por analogia, poderão requerer a extensão do benefício fiscal, ainda que estejam no exercício de atividade laboral.

B) A referida lei deve ser interpretada literalmente. Portanto, somente aqueles com deficiência auditiva e que sejam aposentados poderão se beneficiar da isenção.

Direito Tributário
Prof. Fábio Dutra

@ProfFabioDutra

FGV/SEFAZ-BA/2022

C) É possível a interpretação extensiva da referida norma para beneficiar o deficiente auditivo, ainda que se encontre no exercício de atividade laboral.

D) A referida norma é inconstitucional por violar o princípio da isonomia tributária.

E) Em razão do princípio da justiça social, a interpretação da lei tributária deve ser extensiva a toda e qualquer pessoa deficiente, seja ela visual, auditiva, motora ou mental, que esteja aposentada.

Direito Tributário
Prof. Fábio Dutra

Gabarito: Letra B

@ProfFabioDutra

Obrigação Tributária

- **Obrigação Tributária Principal:**
  - **Surgimento:** Fato gerador
  - **Objeto:** pagamento de tributo ou multa tributária
  - **Extinção:** juntamente com o crédito tributário

- **Obrigação Tributária Acessória:**
  - **Decorre da legislação tributária**
  - **Objeto:** fazer ou deixar de fazer algo
  - **Autonomia em relação à obrigação principal**

- **Descumprimento de obrigação acessória:** multa tributária (obrigação principal)

@ProfFabioDutra

Obrigação Tributária

- **Sujeito Passivo:**
  - Contribuinte (relação pessoal e direta);
  - Responsável (terceiro legalmente obrigado);
    - **Atenção: PAssivo = PAgamento**

- **Sujeito Ativo:**
  - Ente federado (U/E/DF/M)
  - PJ de direito público

@ProfFabioDutra

Crédito Tributário

- **Modalidades de Lançamento:**

- **Lançamento de Ofício:** sem participação do sujeito passivo;

- **Lançamento por Declaração:** prestação de informações sobre matéria de fato;

- **Lançamento por Homologação:** pagamento antecipado sem prévio exame da autoridade administrativa.

@ProfFabioDutra

Crédito Tributário

- **Suspensão do Crédito Tributário:**
- moratória;
- o depósito do seu montante integral;
- as reclamações e os recursos, nos têrmos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;
- a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;
- o parcelamento.

Estratégia Concursos
@ProfFabioDutra

Crédito Tributário

- **Exclusão do Crédito Tributário:**
- Isenção
- Anistia

Estratégia Concursos
@ProfFabioDutra

Sigilo Fiscal

Estratégia Concursos

Exceções ao Sigilo Fiscal

❑ **Não é vedada** a divulgação de informações relativas a:

- ❑ **representações fiscais para fins penais;**
- ❑ **inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;**
- ❑ **parcelamento ou moratória.**
- ❑ incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica.

Administração Tributária

Estratégia Concursos

❑ **Certidões Negativas x Certidões Positivas com Efeitos de Negativa:**

Certidão Negativa	• Inexistência de débitos • Regularidade Fiscal
Certidão Positiva Com Efeitos de Negativa	• Crédito com Exigibilidade Suspensa • Créditos garantidos por penhora • Créditos não vencidos

591

592

OBRIGADO!

Prof. Fábio Dutra

593

Estratégia Concursos

594